



**PROFHISTÓRIA**

MESTRADO PROFISSIONAL  
EM ENSINO DE HISTÓRIA

OSMUNDO MACÁRIO DE SANTANA NETO

**DEVOÇÃO E RELIGIÃO NO SERTÃO DA RESSACA:  
POTENCIALIDADES PARA O ENSINO DE HISTÓRIA**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB  
NOVEMBRO / 2022



Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB  
Mestrado Profissional em Ensino de História. ProfHistória/UESB

Osmundo Macário de Santana Neto

**Devoção e religião no Sertão da Ressaca:  
Potencialidades para o Ensino de História**

Dissertação apresentada no Mestrado Profissional em Ensino de História. ProfHistória/UESB, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Linha de pesquisa: Saberes Históricos em diferentes espaços de memória

Orientadora: Profa. Dr<sup>a</sup> Grayce Mayre Bonfim Souza

Vitória da Conquista – Bahia  
Novembro de 2022

## Ficha catalográfica

S223d

Santana Neto, Osmundo Macário de.

Devoção e religião no sertão da ressaca: potencialidades para o ensino de história. / Osmundo Macário de Santana Neto, 2022.

118f. il.

Orientador (a): Dr<sup>a</sup>. Grayce Mayre Bonfim Souza.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós Graduação do Curso de Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória, Vitória da Conquista, 2022.

Contém Produto Pedagógico.

Inclui referência F. 101 - 104

1. Ensino de história - Sertões. 2. Sertão da ressaca. 3. Religião - Colonização e Império. I.Souza, Grayce Mayre Bonfim. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Mestrado Profissional em Ensino de história-

*Catálogo na fonte: Juliana Teixeira de Assunção – CRB 5/1890*

Bibliotecária UESB – Campus Vitória da Conquista-BA

## FOLHA DE APROVAÇÃO

Osmundo Macário de Santana Neto

Devoção e Religião no Sertão da Ressaca:  
Potencialidades para o Ensino de História

Dissertação apresentada no Mestrado Profissional em Ensino de História. ProfHistória/UESB, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Banca examinadora:

---

Profa. Dra. Grayce Mayre Bonfim Souza (Orientadora)  
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB

---

Profa. Dra. Lina Maria Brandão de Aras  
Universidade Federal da Bahia - UFBA

---

Prof. Dr. Belarmino de Jesus Souza  
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB

---

Prof. Dr. Jorgeval Andrade Borges  
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB

Vitória da Conquista – Bahia  
Novembro de 2022

## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus ancestrais, a quem devo a minha existência, e em especial meus pais, Rosania Prates Tavares e Osmar Vieira de Santana e avós, em memória de meu avô, Manoel Barbosa Tavares, que lá no passado plantou a semente da curiosidade e do saber naquele menino que não parava de conversar e querer descobrir o mundo. Mainha minha guerreira e a mainha avó meu grande colo, muito obrigado, não foram poucos os dias que me refugiei em minha terra natal em meio a elaboração desse trabalho. Essa vitória é de vocês, o menino da periferia, neto da lavadeira hoje é um mestre, o neto do porteiro da escola e filho da merendeira hoje é mestre em ensino, e que valoriza cada suor derramado no tanque e no tacho dos que ontem me prepararam o caminho.

Gratidão ao sagrado em todas as suas formas e ritos, línguas e expressões que através da prece, da arte e da fé dão esperança à existência dos seres humanos, nesse mundo. Ao meu Senhor Bom Jesus e a Virgem das Vitórias, meu respeito e reverência, e ao meu orixá Oxalá o meu afeto de quem na vida em meio a ciência e a dúvida guardou a fé, afinal o que ori (cabeça, pensamento, alma e inteligência) cobiça, ori conquista. Aos povos indígenas das diversas nações que lutaram e lutam bravamente na defesa de seu território.

Agradeço a Igreja Católica de Vitória da Conquista, em especial a Padre Valdo, que com carinho e solicitude abriu as portas dos arquivos da catedral, Igreja mãe de nossa Arquidiocese. A Ricardo, amigo historiador e artista, que me orientou e me passou preciosas informações a respeito da arte-sacra, durante sua estadia e trabalho nas obras de restauração do patrimônio da Igreja Matriz. Ao nosso Arcebispo Dom Josafá que sempre esteve aberto a acolher a Universidade, propondo um diálogo sério e respeitoso entre a Academia e a Instituição da Cúria Metropolitana. Que esse seja o começo de inúmeros trabalhos a respeito da Igreja Católica em nossa Região.

Ao programa de mestrado profissional em ensino de História, sem vocês seria impossível realizar esse sonho, a UESB, e a Capes, que a valorização do papel dessas instituições seja mais presentes no Estado democrático de direito, sem

pesquisa e universidades não se muda um país para melhor, eu acredito na educação.

A minha orientadora Grayce Mayre, obrigado pela paciência e as suas orientações, que me ajudaram a amadurecer como profissional, e mais que isso como ser humano. Aos professores da qualificação que deram o apoio necessário para a construção desse trabalho. Vocês são sacerdotes do saber, e inspiração para os que estão no início dessa jornada.

A minha turma do mestrado, não é fácil carregar o título de primeira turma, mas estamos conseguindo. Ganhei uma família, que me abraçou e criou uma rede de apoio no momento em que achei que não iria conseguir. Ninguém soltou a mão de ninguém. Foram tempos difíceis, mas com vocês descobrir a importância da solidariedade humana e a ter fé na humanidade, nada está perdido pois ainda existe a caridade. Aos meus amigos que continuaram e aqueles que se foram, obrigado por trazer luz a minha existência e sabedoria aos meus passos. Ao sorriso de meu afilhado, Júlio Cesar e a paciência de minha comadre, estamos vencendo, nada como o tempo.

A minha médica, Patrícia Guidi, e meus terapeutas, que com carinho me mostraram que é normal ser diferente. Cada um desses profissionais me ensinando a refazer meus caminhos. A minha vitória é pela ciência, sem ela não estaríamos aqui, em meio a um tempo sombrio onde o império do facismo e do negacionismo tentou imperar, mas que o amor venceu. A todos os seres humanos que possuem TDAH, pois não se trata de um limite, mas de saber regular a máquina da mente, somos luzeiros como tantos outros só precisamos compreender nosso funcionamento.

Agradeço aos meus alunos, cada sorriso e brilho no olho dessas pessoas funcionam como bálsamo em meio às dificuldades da vida. Aos meus colegas de trabalho, das escolas municipais de Vitória da Conquista, e de Barra do Choça, e dos colégios estaduais Polivalente e Abdias Menezes de Vitória da Conquista, que sempre me apoiaram com palavras de incentivo e foram solidários ao me ajudarem na execução dos trabalhos quanto professor, de onde colhi grandes frutos da amizade.

## Resumo

O presente trabalho tem como objetivo analisar as narrativas históricas e a memória a respeito da ocupação do Sertão da Ressaca e o estabelecimento da Religião Católica junto a devoção a Nossa Senhora da Vitória ou Vitórias, no processo de colonização e Império nos sertões da Bahia. A história da conquista e das dinâmicas surgidas na América portuguesa deixaram inúmeras marcas no cotidiano e nas escritas daí recorrentes. Tal estudo visa as possibilidades de abordagem da história local e sua potencialidade para o ensino de história nas escolas da educação básica.

Palavras-chave: Sertões, Religião, Ensino de História

## ABSTRACT

The present work aims to analyze the historical narratives and memory regarding the occupation of the Sertão da Ressaca and the establishment of the Catholic Religion together with the devotion to Nossa Senhora da Vitória or Vitórias, in the process of colonization and Empire in the sertões of Bahia. The history of the conquest and the dynamics that emerged in Portuguese America left countless marks in everyday life and in the recurring writings. This study aims at the possibilities of approaching local history and its potential for teaching history in basic education schools.

Keywords: Hinterlands, Religion, History Teaching



## LISTA DE FIGURAS

|  |    |
|--|----|
| Figura 1 - <b>Mapa do território das etnias indígenas que povoavam o Centro Sul da Bahia entre os séculos XVI à XIX</b>  | 31 |
| Figura 2 - <b>primeiro templo da Matriz de Nossa Senhora da Vitória.</b><br>Construída no início do século XIX, e demolida em 1932   | 38 |
| Figura 3- <b>Imagem do Interior da Antiga Matriz.</b> altar-mór e altares lateais.<br>foto retirada da internet  | 45 |
| Figura 4 – <b>Mapa Trás-os-Montes – Portugal –</b> Território de Origem dos<br>Gonçalves da Costa Século XVIII Elaborado pelo Autor com base em<br>documentos oficiais do Arquivo Histórico ultramarino (2013) | 47 |
| Figura 5 – <b>Mapa do território do Sertão da Ressaca - Centro Sul da Bahia:<br/>estradas e aldeamentos criados por João Gonçalves da Costa entre 1750 e<br/>1819</b>  | 54 |
| Figura 6- <b>Fotografia do Altar-mór da Antiga Matriz.</b> Destaque a Imagem de<br>Nossa Senhora da Vitória  | 63 |
| Figura 7 - Foto do primeiro templo Evangélico de Vitória da Conquista, 1ª Igreja<br>Batista, Chegada do novo pastor Gérson Correia da Rocha. Foto da internet  | 70 |
| Figura 8 - <b>Fotografia de Tertuliano Gusmão,</b> responsável pela fundação da<br>primeira comunidade evangélica da cidade. Foto retirada da internet   | 73 |
| Figura 9- <b>Foto em frente primeira casa espírita de Vitoria da Conquista<br/>(Espíritas kardecistas)</b>   | 78 |

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

APEB- Arquivo Público do Estado da Bahia

Anais BN- Anais da Biblioteca Nacional

ANTT- Arquivo Nacional da Torre do Tombo

BNCC- Base Nacional Comum Curricular

UESB- Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

## SUMÁRIO

|  |            |
|--|------------|
| <b>Introdução .....</b>  | <b>11</b>  |
| <b>1 - O CATOLICISMO NA EXPANSÃO DAS CONQUISTAS DO SERTÃO DA RESSACA (SÉCULOS XVIII E XIX) .....</b> | <b>19</b>  |
| <b>1.1 - a igreja católica no processo de colonização da américa portuguesa .....</b>                | <b>19</b>  |
| <b>1.2 - religião, economia e sociedade no processo de conquista do sertão da ressaca .....</b>      | <b>25</b>  |
| <b>2 - AS TERRAS DE NOSSA SENHORA DA VITÒRIA: IGREJA E COLONIZAÇÃO NOS SERTÕES .....</b>             | <b>34</b>  |
| <b>2.1- Entre o rancho e a capela .....</b>  | <b>34</b>  |
| <b>2.2 - ovelhas e pastores na conquista do sertão da ressaca .....</b>                              | <b>41</b>  |
| <b>2.3 - Os Gonçalves da Costa, entre o mito e a história da santa .....</b>                         | <b>45</b>  |
| <b>2.4 - A igreja e os indígenas nos sertões da conquista .....</b>                                  | <b>52</b>  |
| <b>2.5 - A câmara e o clero nas terras de nossa senhora .....</b>                                    | <b>55</b>  |
| <b>3 - DE VITÓRIA A VITÓRIAS: A DEVOÇÃO A VIRGEM MARIA NO PLANALTO DA CONQUISTA .....</b>            | <b>59</b>  |
| <b>3.1 - Reforma católica e conflitos inter-religiosos em conquista na primeira república .....</b>  | <b>64</b>  |
| <b>4 - DESAFIOS E POTENCIALIDADES DO USO DE HISTÓRIA LOCAL NO ENSINO DE HISTÓRIA .....</b>           | <b>85</b>  |
| <b>4.1 - Ensino e História local .....</b>   | <b>86</b>  |
| <b>4.2 Ensino de história e História das Religiões .....</b>   | <b>90</b>  |
| <b>Solução mediadora de aprendizagem .....</b>   | <b>93</b>  |
| <b>Proposta nº 1 .....</b>   | <b>94</b>  |
| <b>Proposta nº 2- .....</b>  | <b>96</b>  |
| <b>Considerações finais .....</b>  | <b>100</b> |
| <b>Referências .....</b>   | <b>102</b> |
| <b>ANEXOS .....</b>  | <b>106</b> |

## INTRODUÇÃO

Como eram as práticas e vivências religiosas de um lugar no sertão da Província da Bahia em meados do século XVIII ao início do século XX? Ao tentarmos responder à essa pergunta, o campo da pesquisa nos revela uma série de possibilidades. O desenvolvimento de uma Devoção a Nossa Senhora da Vitória da Freguesia do antigo Arraial da Conquista, no Sertão da Bahia pode ser utilizado para ilustrar essa realidade, útil não apenas aos estudiosos da área acadêmica, mas que ultrapassa os muros da universidade, podendo contribuir com os mais diversos setores da sociedade que se interessem em entender melhor o passado, em uma abordagem histórica, e que fala de uma característica da identidade local, de uma parcela de sua população. Através do Mestrado Profissional do Ensino de História desenvolveu-se esse trabalho.

Escolhemos como linha de pesquisa: **Saberes Históricos em diferentes espaços de memória**. Acreditamos que seja essa linha que melhor dá vazão à dissertação fruto da pesquisa histórica e uma proposta de intervenção pedagógica, um guia didático para o ensino de história. “A Padroeira do Arraial da Conquista: Potencialidades do uso da história local no ensino de história”. Com esse objeto almejamos colaborar com os estudos acadêmicos em História Regional produzidos no município e também com à Educação Básica em especial, professores e alunos dos últimos anos do Ensino Fundamental.

Dialogando com uma gama de autores das áreas de teoria da história, ensino, história local, história das religiões. Delimitamos os temas e onde cada autor pode nos ajudar na construção desse projeto; constituindo isso um desafio, já que uma teoria específica e única empobreceria a análise aqui apresentada. Foi necessário a visita dos mais diversos autores, e uma melhor delimitação do tema, para assim realizar-se a pesquisa. Conhecimento e conceitos de história local, história das religiões e religiosidades e ensino de história. Portanto é importante a compreensão desses autores que nortearam a construção do nosso trabalho.

Alguns princípios teóricos nos ajudarão na elaboração da dissertação e do produto: História e o Método histórico em Hobsbawm e Consciência Histórica em Rusen serão os norteadores para nosso método de análise da historiografia. Em sua obra o autor Eric Hobsbawm (1998), concebe história como um campo da ciência, e pensar diferente é um risco na análise das fontes que cercam o nosso objeto, pois sem um método fica difícil

distinguir os fatos históricos e a memória que estão interligadas, a exemplo da Devoção a Nossa Senhora da Vitória e a institucionalização da Igreja, no Sertão da Ressaca. As perguntas continuam, como pensar o que é História e Memória, na construção de um trabalho historiográfico a respeito de uma devoção, algo de origem abstrata, e que foi utilizada na formação dos mitos de origem da cidade?

Segundo Hobsbawm (1998), ao criticar as ideias das correntes historiográficas Pós modernas, afirma que a história não é simplesmente uma literatura, pois diferente da ficção e por mais que o formato, interpretações, e estilo do texto lembre uma narrativa, toda a escrita de um historiador, tem nas mãos um “método” “universal” no qual sua principal característica é o uso das evidências construídas a partir de fontes primárias e secundárias, e das evidências que ali podem ser encontradas. Para ele, a História e a Memória não caminham juntas, ou se caminham os objetivos são bem diferentes, ambas as matérias se enriquecem, mas não se misturam. Cada uma dessas matérias busca cumprir sua função política e social ao reescrever os fatos pretéritos. Todos precisamos de um passado, porém nem sempre esse passado é manifesto pela pesquisa histórica.

Aos historiadores é necessário um crivo, uma base de conhecimento científico que identifique nas fontes o lugar da memória e da história na manutenção do discurso e seu impacto no tempo presente. O historiador é responsável pelo que escreve, já que o que pode ser negativo ou positivo em seu texto irá depender do uso a que será utilizado, reutilizado, reinterpretado e as finalidades que daí se dão ao seu escrito. Contudo a função do historiador é limitada por três fatores: primeiro, a força de sua crítica negativa mediante a destruição de mitos; segundo, não consegue desacreditar as proposições de certos mitos, mesmo tendo evidências de base metodológica contrárias a eles. E terceiro, sua impotência mediante aqueles que permanecem fiéis pelo menos em curto prazo, ao mito histórico (HOBSBAWM, 1998).

Nós lembramos que não é o objetivo de nossa pesquisa, ser tomada como a verdade absoluta, mesmo atestando que algumas construções a respeito do que se fala da Devoção a Nossa Senhora fazem parte do mito fundador da cidade, não sejam verdade do ponto de vista historiográfico. Hobsbawm (1998), ressaltando o papel dos historiadores, lembram-lhes que não podem se perder em seus escritos, já que os discursos ali presentes não são restritos a seus pares. Todo escrito de história avança em outros meios sociais, servindo até de matéria-prima que podem e é, muitas vezes convertida em propaganda e mitologia. Sabe com isso que historiadores devam buscar como fundamento a “verdade”, porém evitando cair em um discurso dogmático, dando a História acadêmica que é uma

ciência social, um peso de escrito sagrado. Para ele é importante que o historiador tenha como princípio de seu trabalho a ética, para assim dizer aquilo que podemos demonstrar inverídico em seus objetos de análise.

Resolvido o trato com as fontes e as necessidades utilizadas para escrever e fazer ciência, temos outro desafio. O nosso trabalho não tem como fim a remontagem de uma história que se fecha para seus pares na academia, ela precisa gerar um produto, que aqui chamaremos de solução mediadora de aprendizagem. Se tratando da realidade da sala de aula, existem pontos que são diferentes da história acadêmica, esse material precisa se converter em elemento didático para absorção de um público que não é técnico na produção historiográfica ou não partilha da cultura acadêmica. E o olhar a narrativa histórica exige um pouco mais de minúcia, afinal tudo pode se ensinar e trazer conhecimento na prática da vida cotidiana. Os alunos trazem uma série de conhecimentos oriundo de suas vivências e isso pode ser uma chave para o entendimento de assuntos transversais caros ao ensino.

O segundo texto é de autoria de Jörn Rüsen, 2016, cujo título é: *Narração histórica: fundações, tipos e razão*. O autor percorreu um caminho diferente do de Hobsbawm (1998) que elaborou a sua crítica de modo positivo as ideias vindas das correntes pós-modernas. Para ele a história serve mais para o seu tempo, ao responder as questões do presente, ao olhar o passado, tendo como base uma narrativa presente em um tempo e espaço.

Em seu trabalho Rüsen (2016) detalhou o que é a narrativa histórica, e os diversos modos que podemos classificá-la, o que vai depender das características mais presentes no texto estudado. Ele faz uso do conceito de consciência histórica, sendo tal consciência o efeito do texto e seu discurso no meio social que o texto planeja alcançar. A escrita da história ao longo dos séculos foi sofrendo alterações assumindo diversas características. Para ele, à história quanto narrativa é percebida como fenômeno psicológico que perpassa várias etapas da história da humanidade, sempre se constituindo de maneira dinâmica.

Em sua peculiaridade a narração histórica possui para Rüsen (2016) três características: 1ª – encontra-se amarrada a mediação da memória, 2ª – se pensa como continuidade, 3ª – estabelecer a identidade de seus autores e ouvintes. Contando também com quatro condições fundamentais para existir que são as seguintes: possuírem uma estrutura, um processo e uma função. Essa existência possui quatro formas: afirmação, regularidade, negação e transformação, lembrando que mesmo que todos estejam presentes em uma narrativa, um deles prevalece mais que os outros.

Genericamente, em forma de afirmação temos as narrativas tradicionais, que teoricamente:

nos lembram das origens que constituem os sistemas de vida; elas constroem a continuidade como permanência dos sistemas de vida constituídos originalmente, e elas formam a identidade pela afirmação dos padrões culturais dados- ou mais precisamente, pré-dados – de alto compreensão (RÜSEN, 2016, p. 49).

Quanto forma de agente regulador, prevalece as narrativas exemplares, que em teoria seriam aquelas, que:

nos lembram dos casos que demonstram aplicações de regras gerais de condutas; elas impõem continuidade como validade supratemporal das regras que cobrem temporalmente diferentes sistemas de vida, e elas formam a identidade pela generalização das experiências de tempo às regras de conduta (RÜSEN, 2016, p. 51).

O terceiro tipo de narração é a crítica, tais narrativas:

nos lembram dos desvios que tornam problemáticas as condições de vida atuais; elas esquematizam a continuidade apenas indiretamente, isto é, dissolvendo ou destruindo culturalmente as ideias efetivas de continuidade. No que tange a continuidade essas histórias vivem daquilo que elas destroem (RÜSEN, 2016, p. 52).

Por último, temos as narrativas genéticas:

que nos lembram das transformações, que conduzem das formas estranhas de vida às próprias. Elas apresentam a continuidade como desenvolvimento, em que a alteração das formas de vida é necessária para a sua permanência. E elas formam a identidade mediando a permanência e mudança para um processo de auto definição (RÜSEN, 2016, p. 53).

Após expor de forma descritiva cada tipo de narrativa, seus elementos constitutivos, formas, teoria e exemplos, Rüsen (2019), reafirma dois pontos, o primeiro é que todos os quatro elementos são encontrados em qualquer texto histórico, um necessariamente implica o resto. Em segundo lugar, existe nessa escrita uma progressão natural, da narrativa tradicional para a exemplar, da narrativa exemplar para a genética. A narrativa crítica serve como catalisador necessário para essa transformação. Temos, pois, uma tipologia para a análise comparativa, podendo dessa forma o historiador classificar qual elemento predomina em uma obra e a qual perspectiva histórica a ela é pertencente, a partir do conceito de mudança temporal dos tipos de narrativas. Esses modos se sobrepõem ao longo dos tempos, em uma qualidade de uma ordem racional da experiência histórica.

Podemos assim periodizar os modos de escrever a história, com elementos que Rüsen (2016), chama de evolução da consciência histórica, seriam essas consciências o

começo das culturas pré-neolíticas, às culturas pré-industriais e as sociedades modernas. O principal agente evolutivo foram as concepções do tempo ao longo dos séculos. Por fim o autor defende a tipologia da narração histórica para melhor entendermos a disciplina da Teoria da história. Só com uma concepção de história, os seres humanos podem atribuir sentido a experiência temporal; dando a vida o princípio de continuidade, sendo a história que conecta a experiência do passado com a expectativa do futuro, realizando assim a unidade do tempo.

Diferente de Hobsbawm (1998), o autor Rüsen (2016), ver na identidade não um problema para a escrita da história, mas um desafio. Para ele, a função prática e fundamental da narração histórica é a formulação da identidade humana pela mobilização das forças da memória histórica. Em resumo a “orientação” da vida humana ao longo do tempo. O Mestrado Profissional veio como ponte entre a Academia e a História Ensinada nas escolas, é o saber acadêmico e a construção da consciência histórica no aluno. São realidades muito distintas, que se interligam, se influenciam, mas ao mesmo tempo estão separadas, e sofrem por uma certa hierarquização por parte da academia. Isso vem sendo mudado nos últimos anos através de uma série de grupos de pesquisas e outros projetos como o que desenvolveu o Mestrado Profissionalizante em História. Envolver o professor da base na pesquisa acadêmica é algo que está sendo realizado de forma frutuosa nos últimos anos.

Na primeira e segunda parte desta dissertação, procuraremos narrar os eventos relacionados a institucionalização do culto Católico no período colonial e sua chegada na região onde hoje se localiza a cidade de Vitória da Conquista-Bahia. Ilustrando o ambiente e o lugar onde se desenvolveu o culto a Nossa Senhora da Vitória. A Igreja e o processo de Colonização, e sua chegada ao Planalto da Conquista. A criação da Freguesia e dos aldeamentos de indígenas em uma comunidade nascente nos sertões da Bahia, entre os fins do século XVIII e meados do século XIX, compreendendo assim as disputas de terra entre Sertanistas e os povos originários. Primeiros templos e vida e origem do clero secular e religioso que assistia a sua gente, a administração dos Sacramentos e a catequese. O Patrimônio da Santa, as Terras da Padroeira.

Os trabalhos relacionados à Religião Católica na ocupação dos sertões da Bahia, foram pouco sistematizados, sendo uma área com enorme potencial a ser explorado. Grande parte dos estudos a respeito do catolicismo na região do Planalto da Conquista, foram feitos por memorialistas, como Mozart Tanajura e Aníbal Lopes Viana, que construíram os traços da narrativa e conservaram a memória local, que analisadas hoje



com base na historiografia, ajudam a compor o cenário e responder às diversas questões daí recorrentes. A devoção a Nossa Senhora da Vitória ou Vitórias é uma das marcas desses estudos, bem como as narrativas em torno da Igreja onde a mesma Senhora foi feita padroeira na cidade de Vitória da Conquista Bahia; fazendo parte dos mitos de origem da cidade.

Ao atentarmos para a historiografia local a respeito da origem da região, em seu passado mais remoto, destacam-se as obras de Maria Aparecida e Isnara Pereira Ivo. Ao tratarmos do papel dos índios na região e o seu destino, temos os trabalhos de Maria Hilda Baqueiro Paraíso e Renata Ferreira de Oliveira; essas abordagens serão partes importantes da constituição de nossa dissertação, somados às fontes de arquivos e a historiografia sobre a Religião e religiosidade. Destacamos especificamente o livro *Índios Paneleiros do Planalto da Conquista: Do massacre e o (quase) extermínio aos dias atuais* (2020), da referida historiadora Renata de Oliveira, pois é um dos mais recentes trabalhos sobre história indígena e de história regional. Para a autora “a narrativa sobre a fundação da cidade de Vitória da Conquista nasceu do mito colonizador a partir de algumas sementes de história”; a autora lembra ainda que se trata de “uma construção binária que é justificativa da colonização por meio da necessidade de civilizar o lugar, versus a morte do nativo que impedia essa colonização”.

Na terceira parte de nossa dissertação trabalharemos com a Religiosidade e o desenvolvimento do culto a Nossa Senhora da Vitória na cidade de Conquista. As Origens da devoção, da Europa às Américas. O Culto às imagens na Colônia portuguesa e a Imagem da padroeira da Conquista. A fé e a devoção em meio às gentes do sertão, ex-votos, ofertas, penitências e festas, o Sagrado e o Profano. A promessa de João Gonçalves da Costa a padroeira. A presença da religiosidade nos testamentos do lugar, as missas encomendadas e Vitória e demais ofertas. A Velha Festa do Divino e a primeira Festa da Virgem Maria com padre Olympio, à romanização chega a Conquista. De Vitória a Vitórias, e outros casos, títulos marianos em meio ao processo de romanização na Bahia.

Revisitando as narrativas da história oficial da Padroeira, transformações, reinterpretções, procuramos realizar uma revisão de como a Padroeira é representada na literatura local, e sua ligação com os mitos de fundação do município. A Virgem da Vitória como símbolo da institucionalização do Catolicismo na região. A Virgem da Vitória quanto componente da memória do (quase) massacre indígena e a ressignificação do seu lugar no tempo presente. Entre poemas, histórias, crônicas e canções. Através dos conceitos relacionados à História e Memória.

Um dos patrimônios imateriais da cidade é sem dúvida a efígie da padroeira, a sua imagem, feita de madeira, ou como eram chamadas em tal técnica, imagem de vulto, esculpida em madeira, e depois dourada em folha de ouro, e policromada. A imagem resiste ao tempo com mais de 200 anos atualmente. Seu estilo de estofamento e policromia é pertencente a escola barroca baiana, o que contraria o mito de sua origem ser portuguesa. Entender uma peça como essa, é também procurar compreender as diversas narrativas que podem ser exploradas, como a arte na colônia e o papel de artistas em sua maioria anônimos, trabalhadores de diversas etnias que mantiveram no período e recriaram a arte sacra com um toque nacional. A imagem não foi assinada pelo seu escultor, e durante esses dois séculos passou por algumas intervenções e restauração. O templo que foi construído para o seu abrigo não resistiu ao tempo e a ideia de “civilização” tão intensa no início do século XX, que abandonou o Barroco e o Rococó, adotando estilos como o neoclássico, porém a imagem resiste ao tempo, e sinal do afeto de muitos fiéis.

O pesquisador Jean-Claude Shmitt, em seu livro, *O Corpo das Imagens, ensaio sobre a cultura visual na Idade Média* (2007), fala da importância de as imagens nos tempos passados, e que as mesmas não podem ser desconsideradas e nem passarem despercebidas ao trabalho dos historiadores (2007, p. 11). Mesmo se tratando de uma imagem do período que condicionamos como Idade Moderna, a devoção a Virgem da Vitória e tem suas raízes no período medieval, a arte imagética tem nessa cultura simbólica um valor muito importante, Shmitt conceitua as imagens da seguinte forma:

Todas as imagens, têm sua razão de ser, exprimem e comunicam sentidos, estão carregadas de valores simbólicos, cumprem funções religiosas, políticas ou ideológicas, prestam-se a usos pedagógicos, litúrgicos e mesmo mágicos. Isso quer dizer que participam plenamente do funcionamento e da reprodução das sociedades presentes e passadas. Em todos os aspectos, elas pertencem ao território de caça do historiador (SHMITT, 2007, p.11)

Na quarta parte da dissertação discutiremos sobre o uso do Ensino de História local em sala de aula, e como a religião pode também ser trabalhada guardando as devidas considerações por ser um campo particular e polêmico em alguns aspectos conforme a discussão levantada por Leandro Antônio de Almeida, no livro *Ensinar História no século XXI: dilemas e perspectivas*, organizado por Fabrício Lyrio Santos e Sérgio Guerra Filho (2019). Para a composição deste capítulo foram fundamentais os estudos de Maria Auxiliadora Schimtdt (2009), Marlene Cainelli (2009) e Circe Bittencourt (2009). Através dessas autoras, podemos aprofundar sobre a configuração do ensino de história em nosso país, a consolidação da disciplina e o uso da História Regional na educação

básica, e suas metodologias serviram de base para pensarmos nosso Guia didático, escolhido como proposta mediadora de aprendizagem. Os espaços presentes em nossas sociedades podem ser utilizados em nossas aulas, muitos deles estão repletos de memórias e histórias e que contribuem para compreendermos as relações humanas e o meio através do tempo e espaço. Com isso, na última parte aparecem opções de atividades e projetos aplicáveis para o entendimento dos saberes.

## **1 - O CATOLICISMO NA EXPANSÃO DAS CONQUISTAS DO SERTÃO DA RESSACA (SÉCULOS XVIII E XIX)**

A Religião Católica esteve presente desde o princípio da ocupação portuguesa e espanhola pelas terras do “Novo Mundo”. A ideologia cristã foi utilizada como justificativa para as conquistas, legitimação das ações daí recorrentes e ao nacionalismo português que floresceria anos mais tarde. A propagação da fé Cristã em sua vertente Católica, através da conversão dos povos tidos como “gentios”, completaria um dos motivos da empresa colonial. Em uma Europa dividida entre Católicos e Protestantes, que promoviam uma série de reformas de ambas as partes, era importante o aumento do “grêmio da Igreja Romana”. A Sé de Roma, sede da Igreja Católica no Ocidente, apoiou a empresa mercantil das nações que permanecessem fiéis ao Sumo Pontífice, o Papa.

A pretensão da duplicação da sociedade ibérica em expansão nos territórios alcançados nas Índias Ocidentais e Orientais na Idade Moderna coincidiu, igualmente, com a reordenação da Igreja cristã, diante dos desafios suscitados pela Reforma Protestante e pela formação dos Estados Modernos. Nesse sentido, a Igreja e as Coroas Ibéricas requereram a transferência de instrumentos para a evangelização e o controle das populações à escala mundial, o que na prática, apenas circunstancialmente foi conseguido. (MANSO, 2020, p.12)

Como eram as práticas e vivências religiosas de um lugar no sertão da Bahia em meados do século XVIII ao início do século XX? Ao tentarmos responder a essa pergunta, o campo da pesquisa nos revela uma série de possibilidades. O desenvolvimento de uma Devoção a Nossa Senhora da Vitória da Freguesia do antigo Arraial da Conquista, no Sertão da Bahia pode ser utilizado para ilustrar essa realidade, útil não apenas aos estudiosos da área acadêmica mas que ultrapassa os muros da universidade, podendo contribuir com os mais diversos setores da sociedade que se interessem em entender melhor o passado, em uma abordagem histórica, e que fala de uma característica da identidade local, de uma parcela de sua população, a religião e a religiosidade.

### **1.1 - A Igreja Católica no processo de Colonização da América Portuguesa**

As instituições eclesiásticas na América Portuguesa surgiram, intimamente ligadas à história da Igreja em Portugal. Entre os períodos Colonial e o Império, o Brasil foi considerado território de missão, o que impulsionou o envio de diversas Instituições

de Evangelização ligadas ao Catolicismo Romano, as Ordens religiosas, com destaque a Companhia de Jesus. Aqui a Igreja construiu templos, fundou freguesias, mosteiros, irmandades leigas e circunscreveu dioceses, assim garantindo o domínio e propagação da religião Católica, assistindo assim aos colonos que partiram, e angariando também, mais e mais fiéis, entre os povos antes considerados gentios.

A Religião Católica se formalizou como Credo oficial do Estado, e assumiu uma postura de proselitismo com as religiões nativas dos demais territórios ultramarinos, através da propaganda dos missionários católicos. Eduardo Hoornaert (1991), em seu livro *Formação do Catolicismo Brasileiro*, salienta que, ser católico, no Brasil “assumiu nos primeiros séculos de sua formação histórica um caráter obrigatório. Era praticamente impossível viver integrado no Brasil sem seguir, ou pelo menos respeitar a religião Católica” (HOORNAERT, 1991, p 13). Através da Instituição do Santo Ofício em Espanha e Portugal, a Igreja dominou, vigiou e regularizou às práticas religiosas dos fiéis, “ajudou a formar (ou deformar) a consciência católica no Brasil, criando a impressão de que todos são católicos da mesma forma, obedecendo as mesmas normas e lutando contra os mesmos inimigos” (HOORNAERT, 1991, p.14).

O Tribunal do Santo Ofício não chegou a possuir sede própria na América Portuguesa, ficando sob a administração do Tribunal Inquisitorial de Lisboa, em Portugal. Segundo Grayce Mayre Bonfim Souza, “no Brasil, a atuação do Santo Ofício ocorreu por meio das visitas e inquirições ordenadas e, sobretudo, por meio dos Comissários, Familiares, Qualificadores e Notários que devidamente habilitados operaram em seu nome” (2014, p. 113). Além do Tribunal do Santo Ofício, a Igreja na expansão ultramarina teve em seu seio outras instituições, que também serviram como órgãos de administração e regulavam as ações dos seus fiéis leigos ou religiosos, como os tribunais do bispo e a Mesa de Consciência e Ordens.

A Mesa de Consciência e Ordens, cuja sede era em Lisboa, tinha como função auxiliar o Rei em matéria relacionada a “consciência”, fugindo assim de questões de caráter administrativo e jurídico. A Mesa pode ser definida como um veículo de burocratização da metrópole nas questões de religião, que pendia sob os interesses de fiéis religiosos daqui e de lá. Estando diretamente ligado às Ordens Militares de Cristo e Avis, e a instituição do regime do Padroado. O rei determinava quem seriam os bispos e padres na hierarquia eclesiástica Católica. Esse quadro se manteve durante todo o período colonial (1500 a 1822) e perdurou no Império brasileiro (1822 a 1889). Por conseguinte,

A submissão financeira da Igreja ultramarina à Coroa, decorrente do direito do Padroado, teve consequências bastante perniciosas para a constituição do clero colonial. O controle sobre a concessão das cômguas atrelava a expansão da estrutura paroquial aos interesses do Estado e cindia o clero em dois grupos distintos. Um, predominantemente urbano, ocupavam as paróquias coladas, submetendo-se à autoridade dos bispos e à hierarquia eclesiástica. Outro, mais numeroso, espalhava-se pelo sertão e desenvolvia estreita dependência das autoridades locais, a quem servia nas capelas (LAGE, 2011, p.176).

A Cidade do Salvador da Capitania Bahia foi a sede do primeiro bispado estabelecido na América Portuguesa, o que se deu em 25 de fevereiro de 1551, através da Bula *Super Specula Militantes Ecclesiae*, promulgada pelo papa Júlio III. Entre os séculos XVI e XVII, a Igreja Católica foi se consolidando na Cidade do Salvador, os recursos ainda eram escassos, o culto religioso ficava resguardado a segundo plano, já que a emergência de controle, posse e proteção das terras eram de maior urgência. Após a expulsão dos holandeses a Igreja da Cidade do Salvador da Bahia passou por uma fase de melhor reestruturação, aquele lugar se tornou por instituição e direito uma Metrópole Ultramarina, e com ereção do Arcebispado sua cúria gozou de maiores privilégios. O Bispado de Salvador ficou submetido ao Arcebispado de Lisboa até 22 de novembro de 1676, quando passou a categoria de Arcebispado.

Pouco tempo depois, em novembro de 1676, a Bahia seria erigida em arcebispado, tendo por sufragâneos os bispados recém-criados do Rio de Janeiro e de Pernambuco. A elas viriam a se juntar duas dioceses africanas, a de São Tomé e a de Angola, confirmando a centralidade da Bahia naquele que era, então, o mais importante eixo comercial do império ultramarino português, o Atlântico Sul, valendo-lhe o apodo de empório, ou seja, de grande centro de trocas, na documentação coeva. Elevado a categoria de Metrópole, o arcebispado da Bahia vê seu tribunal eclesiástico alçado à condição de Relação, isto é, tribunal de segunda instância, que deveria, portanto, julgar os recursos de causas julgados nos tribunais diocesanos dos bispados sufragâneos, (SOUSA, 2016, p. 137-138).

Até a Independência das colônias portuguesas na América, ficaram subordinados ao Arcebispado da Bahia os bispados do Rio de Janeiro (1676), Olinda (1614), Luanda e ilha de São Tomé, na África. Somaram-se as dioceses de São Paulo e Mariana (1745), e as prelazias de Goiás e Cuiabá (1745). As dioceses do Maranhão (1667) e Grão Pará (1719), ficaram adscritos ao Arcebispado de Lisboa durante todo o período colonial. Em suas dioceses ou arquidioceses, o prelado era os chefes máximos, porém, estavam todos eles ligados hierarquicamente ao Sumo Pontífice, o papa, bispo de Roma. Um conjunto de Dioceses também estavam ligadas a uma Arquidiocese, O papa e o seu consistório, constituem a hierarquia máxima da Igreja Católica, cabendo a ele a tarefa de erigir as províncias eclesiásticas, as dioceses e prelazias. O território das dioceses e prelazias eram

divididos em paróquias, ao qual se ligavam uma população e uma igreja matriz. As paróquias são chamadas também de freguesias. Esse processo de criação de freguesias, é uma marca importante das conquistas portuguesas, e muitas vezes o Estado também utilizava essas divisões para organizar o seu trabalho político administrativo (SALGADO, 1986).

Ao nos referirmos a Igreja Católica, temos duas classes básicas de sacerdócio, o Clero Secular e o Clero Regular. O Clero Secular são os sacerdotes que estão diretamente ligados à jurisdição dos bispos, são eles os responsáveis pelas freguesias. O Clero Regular é composto dos religiosos que formam uma associação que seguem a ordem, carisma ou regra, estabelecida por um fundador, por exemplo: Beneditinos seguem a Regra de São Bento; Jesuítas seguem o carisma de Santo Inácio de Loyola, fundador da Companhia de Jesus; Franciscanos é o conjunto de associações que seguem a regra de São Francisco, dentro dessa ordem teremos ao longo da história ramificações, como Ordem dos Frades Menores, os da Antiga Observância, Capuchinhos e Franciscanos da Terra Santa. Os Regulares além de prestarem obediência do território onde atuam, estão primeiramente ligados aos superiores de sua respectiva ordem, geralmente vivem em grupos nos espaços chamados de mosteiro ou abadia e de tempos em tempos podem estar realizando trabalho de missionário pelas paróquias seculares.

Cada paróquia contava com a liderança de um sacerdote, o padre vigário (cura), que com a ajuda de padres auxiliares os coadjutores, realizavam os trabalhos pastorais. Tanto o cura (vigário), quanto os seus padres auxiliares, precisavam ter bons costumes, limpeza de sangue, não serem membros de ordem regular e não possuírem impedimento físico ou canônico. Os vigários poderiam ser de duas qualidades, os colados, vigários que administravam freguesias pagas pelo Estado, geralmente eram membros da Ordem de Cristo, o salário pago a esses sacerdotes recebia o nome de cõngruas. O outro tipo de vigário, eram os encomendados, ou os de simples encomendação, não recebiam salário fixo, e viviam apenas das diversas ofertas que custavam os serviços litúrgicos (missas, batizados, casamentos, unção dos enfermos e viáticos), esses valores variavam de região e recebiam o nome de expostulas ou pés de altar.

Como era o Rei o responsável pela burocracia da administração dos padres colados, devido à demora de tais serviços, os padres eram empossados por simples encomendação, só depois sua condição era regularizada junto a Coroa. “Cabia ao rei a apresentação de todos os benefícios eclesiásticos, bem como o sustento das igrejas

paroquiais e catedrais, através da Fazenda Real que, por sua vez, era quem recolhia os dízimos” (SILVA, 2016, p. 163).

Os bispos, repartiam o território que lhe eram confiados e regiões, ou distritos, compreendendo várias freguesias. Eram as chamadas vigararias forâneas ou arceprestados, constituíam-se Comarcas Eclesiásticas, encabeçadas por um vigário da vara, eram estes padres responsáveis de fiscalizar a atuação dos vigários e coadjutores em suas freguesias. Sobre a atuação dos vigários da vara, eram os juízes de situações menores, uma espécie de tribunal de primeira instância do arcebispo, já que os demais vigários eram apenas ocupados no trato da cura das almas, e administração de sua freguesia.

Ao vigário da Vara competia tirar devassas, dar sentenças em causas sumárias e fazer autos das causas enviadas ao juízo eclesiástico. O bispo e sua Câmara episcopal funcionavam como primeira instância do juízo eclesiástico, o qual não só cuidava das causas de cunho religioso, mas também das de origem civil que envolvesse clérigos com privilégio de foro (SALGADO, p.119, 1986).

Em cada diocese era formado o senado diocesano, chamado cabido. Eram os responsáveis por questões de cunho administrativo, pelas cartas de cura, capelão e confessor, além de todas as demais licenças eclesiásticas, ordenação de novos padres. Em caso de vacância da cátedra, era eleito entre o cabido, um vigário capitular, encarregado de reger a diocese até a provisão de um novo Bispo ou Prelado (SALGADO, 1986). “De forma geral, pode dizer-se que a principal função de um cabido era de tipo litúrgico. Ao conjunto de clérigos que o compunham competia zelar pelo culto da catedral, o principal templo de uma diocese” (SILVA, 2016, p. 165). Além do Cabido, o arcebispo contava com uma segunda instância, o Tribunal do Bispo, conhecido também como Relação Metropolitana, Relação ou Auditório Eclesiástico. Ali julgava-se as apelações e problemas relacionados às decisões da primeira instância (pertencente aos vigários da vara), assim como causas das quais bispos ou membros da hierarquia sacerdotal estivessem envolvidos (SALGADO, 1986). Todas essas instituições da Igreja eram cobiçadas socialmente e serviam aos interesses políticos e financeiros de muitos:

A tendência, desde o estabelecimento da Relação eclesiástica da Bahia, de nomear desembargadores que também fizessem parte do cabido, como forma de garantir a estabilidade financeira dos eclesiásticos com formação superior que se dispunham a fazer uma carreira no seio da Igreja, galgando posições nos cabidos e tribunais eclesiásticos, de onde poderiam esperar alcançar maiores mercês régias. (SOUSA, 2016, p. 138)

O Arcebispado da Bahia, era dirigido por uma série de diretrizes, organizadas no século XVIII, *as constituições Primeiras*. O Código foi fruto das reformas empreendidas



pelo Bispo D. Sebastião Monteiro da Vide, que ao redigir as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, teve como principal objetivo a implantação e adequação das normas do Concílio de Trento-Itália (1545-1563) a realidade da América Portuguesa, e ao arcebispado da Bahia, e suas dioceses sufragâneas. Monteiro da Vide parecia conhecer bem as necessidades de seu rebanho ao falar sobre as constituições da Bahia e a Reforma Tridentina no Clero do Brasil, Lana Lage destaca que:

A criação de novas dioceses e prelazias foi fruto do esforço de crescimento e consolidação da estrutura eclesiástica colonial, que incluiria também o desmembramento das paróquias e diligências para efetivar sua colação, garantindo aos párocos as devidas cômruas, que por conta do sistema de padroado dependiam da boa vontade da Coroa. Nesse contexto que os bispos setecentistas vão procurar disseminar, por meio de suas cartas pastorais, as determinações das Constituições primeiras do arcebispado da Bahia, incluindo as que visavam à reforma do clero colonial (LAGE, 2011, p.155).

Os Bispos tiveram seu serviço voltado aos assuntos de jurisdição eclesiástica, mas durante a história da colonização, em especial durante o Padroado, ocuparam ou exerceram por provisão funções de cunho administrativo civil. Entre os muitos exemplos podemos citar o de 1688, com a morte do então governador D. Mathias da Cunha de febre amarela, “que havia tornado endêmico, o arcebispo assumiu o governo militar e político, exercendo-o até a posse do novo governador-geral, Antonio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho, em outubro de 1690” (SOUSA, 2016, p. 141). O aumento de dioceses aconteceu de forma lenta, esteve sempre a desejar mediante necessidades pastorais. O que estava além do alcance do bispo, nem sempre chegava ao seu entendimento, e somente no século XX, com o final da ligação administrativa entre Igreja e Estado, foi ampliado o número de dioceses.

A medida que o processo de colonização avançou, levou consigo a ação do Estado e da Igreja pelo território de domínio. Durante muito tempo as zonas interioranas não foram o foco de exploração da Coroa portuguesa, o que acarretou também uma demora na institucionalização de freguesias no interior da Colônia, base para formação das futuras dioceses. A necessidade de exploração dos recursos naturais fez com que os colonizadores adentrassem os sertões, com a criação extensiva de gado, e paralelamente a busca por jazidas de metais preciosos como ouro e diamantes e “escravização” dos povos indígenas. Conforme os colonizadores dominavam o sertão, levavam consigo a religião católica e travavam guerra contra os povos indígenas. Renata Ferreira de Oliveira (2012), afirma que:

O tecido das relações indígenas e sertanistas foi confeccionado ao longo dos avanços desses últimos sobre as áreas nativas, acarretando a desestruturação social das comunidades e o largo apresamento de índios para a utilização de

mão-de-obra, seja para o serviço de abertura de estradas, derrubada de matas e produção de gêneros alimentícios, seja para o combate a outros grupos nativos. Contudo, para entender os fios dessa costura confeccionada pelos nativos frente ao processo de conquista de seus territórios é fundamental considerá-los como sujeitos ativos, porque eles também foram responsáveis pelo molde das relações travadas contra os portugueses (OLIVEIRA, 2012, p.48).

No contato com os diversos povos até então desconhecidos pelos colonizadores, aconteceram vários movimentos de domínio das nações subjugadas, a religião foi um dos elementos utilizados nesse processo para marcar território. O domínio da fé recém-chegada da Europa não se deu de maneira igual em todos os cantos, variando conforme o tempo e o espaço. Acordos e resistência dos nativos, bem como conflitos permearam todo o período; além da religião os interesses econômicos estavam em voga.

A violência nesses processos não foi apenas física, mas também cultural, muitas vezes a resistência à fé Católica, e ao aldeamento promovido pelos missionários, encabeçado pelos colonizadores europeus, foi o suficiente para justificar ações violentas, como por exemplo as chamadas “guerras santas”<sup>1</sup> contra os povos que residiam nos territórios conquistados. A abordagem do clero Secular ou Regular mudou muito. Iremos nos ater neste trabalho ao século XIX, período que mais nos interessa, e corresponde a elevação da primeira Freguesia no Sertão da Ressaca, nos idos de 1840. É importante compreendermos os passos que foram dados no período final do século XVIII, e ajudaram a construir o patrimônio da Igreja Matriz, cujo a Padroeira, veio a ser a dona das terras onde surgiu o núcleo povoador da hoje cidade de Vitória da Conquista.

## **1.2 - Religião, economia e sociedade no processo de conquista do Sertão da Ressaca**

No primeiro século de colonização a ocupação portuguesa se deu no litoral onde aconteceram os primeiros contatos com as nações indígenas, guerras, alianças, domínio e trocas culturais. A partir do século XVI e XVII, as conquistas portuguesas se dilataram através de expedições para as regiões mais distantes da costa. As terras além do litoral

---

<sup>1</sup> Eduardo Hoornaert, em seu trabalho de 1974, *formação do catolicismo brasileiro 1500-1800* (1ª Edição), aprofunda o sentido de catolicismo guerreiro, guerra santa ou guerra justa. “Os reis portugueses, contudo, encaram as navegações para a América como “cruzadas”, os índios como “gentios” a serem convertidos, a guerra contra os índios como “guerra santa”, tudo na melhor tradição ibérica de conquista e reconquista após o domínio árabe: a mentalidade das cruzadas os marcou definitivamente” (1974, p. 32).

receberam o nome de Sertões. O termo “sertão” é polissêmico, possui diferentes significados no tempo e espaço. Desde a colonização as narrativas e conceitos a respeito das terras que vão além do litoral da colônia eram escritas, principalmente por religiosos e viajantes. Ao longo do último século os historiadores foram se debruçando a contar sua história, e esse lugar vai assumindo uma representação diversificada de norte a sul do país. Para Bluteau sertão seria tudo o que não era litoral (1728, v 7, p. 613). Antonil classifica o sertão como a zona de criação do gado, que rente aos rios e lagos ia adentrando.

A região situada entre as bacias do Rio Pardo e de Contas<sup>2</sup>, em especial a área hoje conhecida como Planalto da Conquista recebeu o nome de sertão da ressaca, e é nesse espaço que transcorreram os estudos dessa nossa dissertação. O termo ressaca para designar essa área, foi alvo de diversas pesquisas de historiadores e memorialistas, sobre o que significava em sua época e origem. Ruy Medeiros destaca duas possíveis ligações, um ligado a geografia, seria então “o relevo formado por vales semicirculares assemelhados, em sua forma, ao recuo das águas da praia para o mar”, a aplicação de um termo do mar ou da costa para os sertões. O segundo seria ligado a vegetação, “corresponde a sertão de ressaco, sertão formado por ressacos que na geografia popular é uma funda baía de campo na orla de um mato” (MEDEIROS, 2013, p. 43).

Na documentação eclesiástica a região estudada aparece, abrangendo um outro termo, o de Sertão de cima. Em documento de 1775, as freguesias do Sertão de Cima e Minas aparecem juntas por se tratarem de zona fronteira e que estava em constante disputa entre as jurisdições estatais e eclesiásticas das capitanias e de Minas Gerais durante o século XVIII<sup>3</sup>. “Estas 7 freguesias do sertão de Cima pertencem algumas as Minas pelo que toca ao civil e militar, porém a jurisdição eclesiástica pertence a este Arcebispado da Bahia, onde confina com o bispado de Minas”<sup>4</sup>. Sertão de Cima ou Alto Sertão, segundo Erivaldo Fagundes (2008), tem sua abrangência maior, historicamente relacionada a geografia local:

Antes de tudo, “alto sertão” significa o recôndito interior, como se “alto” sinonimizasse longe, afastado, distante. Denominam-se “altos sertões” às “faixas semiáridas rústicas e típicas das depressões colinosas de todos

---

<sup>2</sup> Conforme observa o Ruy Medeiros: Mas não toda essa área. Pode-se, dentro dos limites desses dois grandes cursos d’água, recortar a área que os geógrafos denominam hoje de mesorregião Centro-sul da Bahia. Não é que a fronteira daquele sertão não fosse cambiante nos documentos de antanho, mas a aproximação possível é aquela indicada. (MEDEIROS, 2013, p. 42)

<sup>3</sup> Mapa de todas as freguesias que pertencem ao arcebispado da Bahia, Concelho Ultramarino (APEB) Brasil, Bahia. 03 de março de 1775,

<sup>4</sup> Mapa de todas as freguesias que pertencem ao arcebispado da Bahia, Concelho Ultramarino (APEB) Brasil, Bahia. 03 de março de 1775,

ambientes sertanejos”; e “sertão bravo”, as “áreas mais secas e sub-desérticas do interior nordestino”. A designação de Alto Sertão da Bahia referencia-se, pois, na sua distância do litoral, talvez com os reforços da posição relativa ao curso do rio São Francisco e do relevo baiano, que ali projeta as maiores altitudes do Nordeste do Brasil (NEVES, 2008, p. 28).

Sabemos que os sertões eram bastante povoados por nações indígenas de diferentes nações, além de se constituírem como foco de resistência à colonização. Não apenas indígenas, mas mesmo levas de escravizados fugidos se organizavam em comunidades pelos sertões, os chamados quilombos, e mesmo os que fugiam do controle da Coroa e das cobranças, como é o caso dos desvios de ouro e outras riquezas pelos colonos.

Aos poucos, o gado adentrava os sertões e junto a ele todo artifício e gentes da produção como o vaqueiro e sua família. A colônia que afunilava os indígenas, aquilombava os escravizados, daria margem aos novos usos da terra, a exploração em um sistema bem diferente do praticado nas tradicionais comunidades indígenas e quilombolas, como bem lembra Candido da Costa no Clássico, *Roteiros da vida e da morte*, “Aqui, tudo começa e acaba na terra, do seu uso e da sua posse estratificam-se os grupos sociais (SILVA, 2017, p. 18)”.

As conquistas portuguesas alimentadas pela ambição econômica, organizou grupos paramilitares no intuito de adentrar, conquistar e investigar o potencial de riquezas naturais das terras ainda não dominadas, as milícias e ordenanças. Através de distintos movimentos que ficaram conhecidos como Bandeiras e Entradas, esses grupos de bandeirantes ou sertanistas, seguindo os cursos dos rios, expandiram e conquistaram os territórios sertanejos. As regiões intermediárias entre a Capitania de Minas Gerais, Sul da Bahia como Ilhéus e Porto Seguro, Capitania do Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo compreenderam a essa dominação tardia, em meados do século XVII, e ao longo de todo o século XVIII.

As terras ocupadas pelos portugueses na zona litorânea, tinham como o domínio grupos locais bastante sedimentados em meados do século XVIII, formados por descendentes dos antigos donatários, eram ricos fazendeiros, uma aristocracia da terra a qual se ligava uma intensa rede de parentes e dependentes, cientes de sua importância social nesse quadro de relações com a metrópole essa elite não empreendeu novas conquistas. As empresas conquistadoras no século XVIII, tinham sob comando diversos estrangeiros, majoritariamente portugueses originários do Norte de Portugal, ou mesmo

de outras bandas da Europa, aventureiros que chegavam com pouco capital, mas que obstinadamente conseguiam fazer grandes fortunas (SILVA, 1986).

A região que abrange o Planalto da Conquista, teve seus domínios sob o comando desses aventureiros sertanistas. Em suas entradas, organizando-se em milícia, e sob a vista do Estado, exploraram, conquistaram e repartiram os sertões. Em suas fileiras, eles contavam com um grupo numeroso de soldados de origem étnica diversa, mestiços, indígenas e negros. Muitos dos indígenas além de conhecimento dos caminhos que davam acesso aos sertões, compreendiam as línguas nativas das nações indígenas do interior. Sem o apoio desse grupo diversificado, seria impossível para o Estado português adentrar e conquistar o interior do território que deu origem ao Brasil contemporâneo. Nessa empreitada, pobres e ricos se relacionavam em relações de compadrio e laços de lealdade,

Deitar gado impôs a necessidade de botar roça. Inicialmente como atividade de apoio para sustento dos que vaquejavam. Ao depois, na continua expansão dos currais, a agricultura de subsistência ganhou em proporções e estabilidade, levando o homem sertanejo a uma “saudável” atuação colonizadora, vaqueiro e agricultor ao mesmo tempo (SILVA. 2017, p.17)

Os diversos trabalhos de Isnara Pereira Ivo (2000, 2012, 2016), tem muito a revelar sobre as dinâmicas presentes nas entradas e ocupação colonial. A autora associa a colonização dos sertões ao processo de Mundialização, iniciado pelas coroas ibéricas de Portugal e Espanha no início do século XVI, e que aproximou gentes das quatro partes do mundo. Faz um outro paralelo com a vida de agentes colonizadores, a sua condição e cor. De acordo com a historiadora, os sertanistas eram homens que desempenharam o papel de mediadores, de diferentes mundos. Um exemplo é o de João Gonçalves da Costa, português, identificado como preto-forro,<sup>5</sup> que junto aos seus familiares passou para a história do lugar, como o principal responsável pela conquista da região.

A América Portuguesa era um ambiente gestado na mais diversa complexidade de culturas até então nunca colocadas em contato umas com as outras, onde o caráter dinâmico foi feito em um constante fluxo e refluxo de trocas culturais em que os critérios de hierarquização passavam pelas categorias de condição e de cor, frutos de intensa mestiçagem. Segundo Ivo, “falar em dinâmicas de mestiçagem é conceber os universos culturais como marcadamente definidos por diversos elementos que produzem, ao mesmo

---

<sup>5</sup> Qualidade atribuída a João Gonçalves da Costa em sua carta patente de capitão-mor. APEB. SCP. Série: Patentes e Alvarás do Governo. 1738-1745. Maço 356. Patente do posto de capitão-mor do terço de Henrique Dias concedida a João Gonçalves da Costa. f. 370.

tempo, as coexistências, as resistências, as superposições, as apropriações e as misturas” (2016, p. 184).

O Planalto da Conquista, como o nome já diz, teve sua história relacionada às guerras coloniais de fins dos séculos XVIII, alimentadas pela procura de novas fontes de riquezas como ouro e diamantes e o avanço da pecuária, em caminhos que abertos interligaram regiões distantes. A área entre os rios Pardo e o rio das Contas, conhecida como “Sertão da Ressaca”, despertou grande interesse de domínio pela Coroa, por ser uma zona estratégica que ligava o Norte de Minas à Bahia. O povoamento e localização do Sertão da Ressaca lhe constituiu importante entreposto comercial entre os sertões das duas províncias, facilitando os intercâmbios entre os sertões e o litoral. Homens como o português João Dias de Miranda, João Gonçalves da Costa e o italiano Pedro Leonino Maris são exemplos bem retratados pela historiografia, e agentes que lideraram esses processos.

A ocupação e conquista dos Sertões tiveram como consequência o aumento do número de freguesias e mesmo bispados em toda a América Portuguesa, durante os séculos XVIII e XIX. O trânsito, sedentarização e economia, levou junto consigo as instituições eclesiásticas e as diversas manifestações culturais de origem ibérica que almejavam a hegemonia Católica na Colônia, em uma sociedade plural, porém rigidamente marcada pelo domínio português. Com os episódios que levaram a criação do Reino Unido de Brasil e Portugal em 1806, e a independência em 1822, novos rumos serviram para a sedimentação do poder da monarquia, que contou com o apoio da Igreja. Segundo os estudos de Riolando Azzi, nesse período a Igreja procurou manter o seu status de religião oficial do Estado, “apesar da forte crise que abalara o sistema colonial, os membros da hierarquia católica gostariam de ver restaurado no Império o tradicional modelo de união entre Igreja e Estado, desde que fossem resguardado os direitos e os privilégios eclesiásticos” (2001, p. 7).

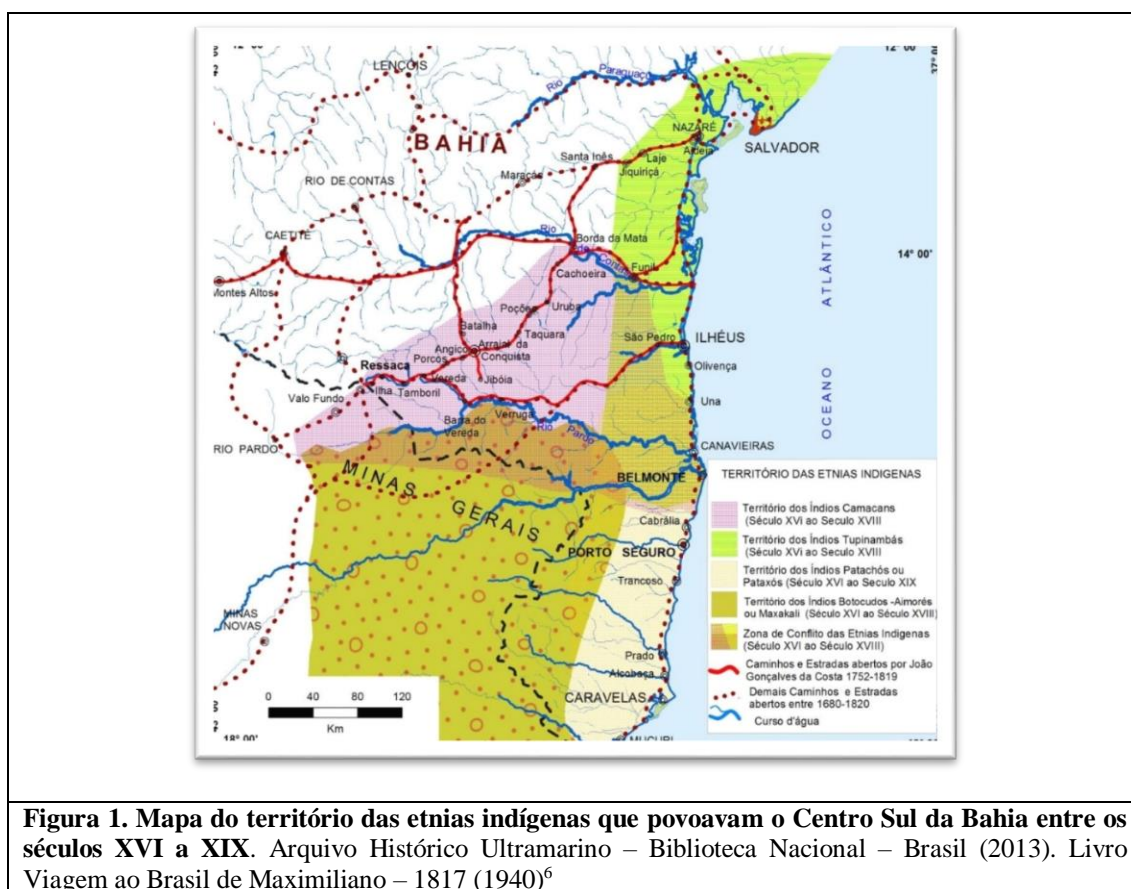
A ocupação foi se dando aos poucos, e a cultura da pecuária e estabelecimento estratégico dos arraiais foi o fator de maior desenvolvimento e povoação do Planalto da Conquista. Através da pecuária findou-se a posse das terras já que o gado era criado solto, pastando e se misturando a fauna local, vivendo dos pastos naturais e vegetação nativa, em um território vasto. As terras passaram a pertencer a um eixo comum de famílias, algumas até descendentes dos sertanistas, como é o caso do núcleo familiar ligado a João Gonçalves da Costa. Essas famílias estabeleciam laços matrimoniais entre si, para a manutenção do poder.

Constituiu-se assim no Sertão da Ressaca uma marcha do elemento colonizador figurado nos sertanistas e mais tarde fazendeiros, que geograficamente veio dominando a região começando pelo bioma caatinga, e pouco a pouco atingindo a zona conhecida como mata cipó, vegetação de transição entre a caatinga e a mata atlântica, e com maior índice de chuvas. As populações indígenas eram como que empurradas para as matas mais fechadas, foco de resistência que perdurou aos que não se integraram ao sistema imposto. Através de conflitos, resistência, acordos, genocídio, epidemias, as nações indígenas foram aos poucos sendo comprimidas para o leste, modificando as fronteiras pré-estabelecidas e em disputa de nações rivais como os Mongoiós inimigos dos demais grupos como o dos Pataxós e Imborés. A presença indígena é uma constante se analisarmos atentamente a documentação, muitos foram aldeados e incorporados aos projetos da metrópole portuguesa, “domesticação”, “redução”, e “limpeza” dos chamados gentios.

O declínio da mineração na região de Minas Gerais e na Chapada Diamantina na Bahia, no século XVIII, aceleraram a marcha de colonização do Sertão da Ressaca. Após as entradas, as terras dos indígenas eram remarcadas e doadas pela Coroa Portuguesa e repartidas entre a elite dominante. Daí em diante entravam em cena novos personagens. Ao povoar os sertões, os colonos se depararam com um clima inóspito, natureza desconhecida e chuvas irregulares, os povos da terra foram importantes na troca de conhecimentos. Em torno dessa elite que por certo é miscigenada, mas de ascendência branca, gravitou uma série de trabalhadores pobres e escravos, gentes das mais diferentes origens, submissos ao sistema de condição e cor vigente à época.

Essas classes subalternas e de forte ascendência negra e indígena, foram os pés e as mãos do trabalho empreendido pelos fazendeiros. Os índios “domesticados”, engrossaram essas fileiras, na qual muitos se tornaram miseráveis e marginais, após servirem na abertura de estradas e na guerra contra outras aldeias. Criaram-se novas tecnologias para adaptação, aprendendo os segredos das matas e caatingas. Retirantes de outras bandas dos sertões fugindo das secas se estabeleceram nessas terras, e criavam vínculos com os donos e proprietários. Os indígenas que resistiam eram descritos como selvagens e qualquer ação de defesa ou retomada de território era tido como barbárie, porém a retaliação e violência do colonizador, gerou conflitos que se estenderam durante todo o século XX, onde colonos e indígenas se moviam, como as peças em um jogo de xadrez.

O indígena que antes da colonização só conhecia a anta como o maior animal de suas terras, aprenderam a lidar com o gado bovino. Africanos de origem banto que já criavam gado nas savanas de reinos como Angola e Congo, aqui foram escravizados e continuariam a lida vaqueira, como mão de obra especializada, como bem ressalta Itamar Aguiar (2011). Saberes das mais diversas partes do mundo se cruzavam nos sertões da Colônia. Por influência das armaduras medievais, nossos vaqueiros se revestiram em trajes de couro, formando assim as indumentárias sem os quais a lida do gado seria impossível nas caatingas por conta da vegetação repleta de cactos, garranchos e arbustos espinhosos. A elite local e sua posteridade fizeram da criação de gado, o eixo primaz do desenvolvimento da região, fato comum nas mais diversas localidades, a pecuária dividia espaço com o plantio do algodão e a lavoura de subsistência. Em um de seus trechos, Aguiar destaca: “ao adentrar os sertões pode-se dizer que o boi levou o negro pendurado no rabo e o índio na ponta do chifre, seguidos pelo branco como o dono da fazenda, montado a cavalo” (2011, p. 678).



**Figura 1. Mapa do território das etnias indígenas que povoavam o Centro Sul da Bahia entre os séculos XVI a XIX.** Arquivo Histórico Ultramarino – Biblioteca Nacional – Brasil (2013). Livro Viagem ao Brasil de Maximiliano – 1817 (1940)<sup>6</sup>

<sup>6</sup> Mapa disponível no artigo: O Papel de João Gonçalves da Costa na Produção do Espaço Baiano – entre os séculos XVIII e XIX, as origens do território de vitória da conquista. ROCHA. Geopalta, vol.2 núm. 3, p. 83-89, 2018. UESB. link: <https://www.redalyc.org/journal/5743/574362571006/html/>



O Catolicismo foi a religião dos colonizadores do sertão da ressaca, assim a Igreja durante esse período realizou uma série de ações diretas e indiretas ao domínio lusitano, sendo ela um dos braços do Estado e controlada pelo Monarca através do Regime do Padroado. Em relação aos processos que desencadearam a colonização do sertão da Ressaca, os sacerdotes foram figuras de influência tardia, chegaram depois da conquista para prestarem um papel de apoio a comunidade colonizadora nascente, bem como fazer uma ponte no que diz respeito ao processo de incorporação dos povos autóctones ao projeto previsto pelo Estado Português. No primeiro século de Colonização no Sertão da Ressaca, foram os leigos, ou seja, os não sacerdotes, que se destacaram na implementação do catolicismo. Mas quem eram esses leigos que falaram em nome da Igreja? Eram homens e mulheres de uma elite sócio econômica em formação e de forte base patriarcal, familiar, militar e mestiça, porém, hegemonicamente atrelada a uma sobreposição do conteúdo de matriz europeia, sob as matrizes indígenas e negras.

A fé vivida pelos colonos leigos não seguia os padrões rígidos da ortodoxia católica e longe dos olhos da cidade episcopal, se espalhavam sob os vastos sertões (desertões), assistidos por pouquíssimos padres, desenvolveu-se ali uma série de comportamentos próprios referentes às práticas e interpretações do sagrado. As gentes sertanejas, muitas vezes, só tinham acesso aos ritos sacerdotais por ocasião da desobriga, uma vez ao ano, geralmente no período quaresmal, quando o padre ou missionário apareciam e quando o dinheiro dava para pagar por tais serviços. Nesse contexto de escassez de sacerdotes somado às grandes distâncias despovoadas, os núcleos familiares eram de grande importância como expressão religiosa e reconstrução e disputas narrativas da prática da religião e religiosidade luso-brasileiras.

A religião na colônia assumiu um caráter doméstico e privatizado marcante em contraponto ao institucional, em casa aprendiam-se as orações e os comportamentos moral-religioso. Faltava doutrina, catequese e instrução, sobravam manifestações sentimentais e fervorosas da fé, dissociada de um comportamento virtuoso, mas rigidamente moral. A catequese das crianças ficava por conta das famílias, nesse ambiente de intensa mística, mas de dogmas pouco assimilados, suscetível às misturas com os elementos de um universo multicultural (HAUCK, 2008). É sob tutela das famílias sob a égide de um catolicismo patriarcal que os conquistadores institucionalizaram a religião Católica no Sertão da Ressaca.

O primeiro passo nas terras alvo da cobiça pela posse do Reino de Portugal, eram a construção de marcos da fé, como levantamento de um cruzeiro ou mesmo quando possível a celebração de uma missa, como se deu na região de Porto Seguro no ano de 1500, com a chegada das caravelas de Pedro Álvares Cabral. A Cruz, símbolo máximo do cristianismo demarcou no início da colonização a posse e presença do braço português nas terras do Além-mar. No Sertão da Ressaca, conquistados já na altura de fins do século XVIII o símbolo usado, segundo o mito fundador foi a construção de uma ermida dedicada a Virgem Maria, sob o título de Nossa Senhora da Vitória. A capela seria assim o pagamento da promessa feita pelo conquistador João Gonçalves da Costa por êxito em sua campanha armada contra uma Aldeia de índios Mongoiós.

Segundo o relato da memória, a ermida fora construída no lugar onde existia a Aldeia dos indígenas. Essas terras, fazendas de posse de sertanistas entre os quais o fazendeiro que era sogro de Costa, foi o patrimônio de doação para a construção não apenas da Igreja que veio a se tornar sede de freguesia em 1840, mas de todo povoado onde se ergueu o arraial. Segundo Renata Oliveira, “as doações das terras tomadas dos índios fazem parte de um processo de constituição de uma rede de poder que, entrelaçando-se ao religioso, veio a ser a base sobre a qual se ergueu a imensa riqueza da família Gonçalves da Costa” (2012, p.144). As documentações demonstraram que existiu autorização formal por parte da Igreja católica representada na Sé arquiépiscopal de Salvador a autorização para a construção do templo no arraial na data de 1813.

## **2 - AS TERRAS DE NOSSA SENHORA DA VITÓRIA: IGREJA E COLONIZAÇÃO NOS SERTÕES**

Reconhecer como o sertanejo se organizou no espaço geográfico é o principal modo de entender sua experiência religiosa em todo o sertão da arquidiocese da Bahia. A forma como estavam dispersos os colonos nos sertões retardou o projeto eclesial de instalação paroquial, tão almejado pelo Concílio de Trento. “O serviço religioso, de tempos em tempos, para desobrigar, esteve restrito à administração dos sacramentos que por um lado massificou o crente sem respeitar-lhe o acolhimento consciente e livre” (SILVA, 2017, p.25). Os arraiais foram se transformando em vilas com o passar do tempo, e as conexões entre os sertões e o litoral foram se estreitando.

Os sertões do norte das Minas e os sertões da Bahia – Alto Sertão da Bahia e Sertão da Ressaca – vivenciaram, de forma conectada, as experiências de trânsito e de mobilidade verificadas em todo o mundo ultramarino, compreensão que parece ter sido clara para muitos dos personagens dessa história, pois entendiam aquele espaço como sendo um sertão longo que não tem portas. Sertão que abrigava elementos de um mundo em movimento, formado por uma solução heterogênea de mistura de essências e matérias de todos os cantos e recantos. (IVO, 2012, p. 35).

O papel dos proprietários de terras foi importante na submissão a obediência a fé Católica dos seus subordinados, porém tanto esses como a massa mais simples da população estavam longe de uma catequese bem-feita, como previam as normas da Igreja. O povo se organizava em um processo quase que autônomo em relação ao clero e a vida paroquial. Isso explica como as principais famílias de colonos sertanejos foram responsáveis pela idealização e construção de Capelas. Entre as povoações que se nuclearam ao redor de uma capela, está a do Arraial da Conquista que serviu de abrigo para o culto a Nossa Senhora da Vitória. Tudo indica que logo após o êxito nas batalhas e negociações pela posse das terras, em meados do século XVIII, o coronel João Gonçalves da Costa edificou uma pequena Igreja, a Nossa Senhora da Vitória, cujo título a memória local associou as disputas presentes no lugar.

### **2.1 - Entre o rancho e a capela.**

A capela primitiva, foi palco das desobrigas e demais atividades religiosas na fazenda da família do dito coronel, até a construção de um templo maior para o arraial que ali se desenvolveu com o passar dos anos. A povoação fundada por João Gonçalves

da Costa, tem seu primeiro registro em 1780, segundo informações do Governador da Bahia, Manuel da Cunha Menezes, ao demonstrar interesses de chamar o dito coronel para seus serviços, em especial a abertura de novos caminhos, para facilitar o escoamento de gado para a região de Valença e Camamu. A respeito do sertanista ele descreve:

Um homem que com sua família vivia nas cabeceiras da citada Capitania, no Sertão da Ressaca, chamado João Gonçalves da Costa, o qual, obrigando-se, não sei o motivo, por aquele deserto por dilatado tempo, não logrou ver fruto do seu trabalho, pois lhe roubavam os índios bravos e as onças que eram em grande número, mas como se lhe foram agregando alguns casais de índios domésticos e teve com que comprar alguns escravos, hoje tem no rancho mais de 60 pessoas e vivem sossegadas das primeiras perturbações e rodeados de fazendas de gado com que fornecem os açougues da Vila de Jaguaripe, povoação de Nazareth e Aldeia, tendo a fazer dilatado caminho para lhe introduzir os gados.<sup>7</sup>

A rancharia, ou rancho, pode ser deduzido como uma construção que segue o modelo arquitetônico que mesclava saberes indígenas e ibéricos. Importante destacar que os povos autóctones são retratados de duas formas na fala do governador, os que atrapalhavam a consolidação da fazenda administrada por Gonçalves da Costa, identificados como “índios bravos”, e os casais de índios “domésticos”, “que iam se agregando” a família do conquistador. É bem provável que junto a tal rancharia, ou mesmo em terreno a parte existisse já um local para culto católico. Provavelmente, entre o estabelecimento dos conquistadores até o ano de 1811, as missas e demais atos religiosos da povoação foram realizados na primitiva ermida, provavelmente uma palhoça de barro, que podemos confirmar quando pela solicitação de padre para desobriga, feita por Costa em carta de 1782, Segue -se então a transcrição:

O operário do Vigário o dito Manoel Dias da Costa em desobriga, e o que não tive dinheiro para lhe dar, não só não os confessou como também os pôs na porta da Igreja, onde estão trinta e tantos, e eu junto com os soldados, que fui para o muito por desobrigar, mandando-o eu chamar no princípio da Quaresma para mim vir confessar, e mais a tropa, o não fez, dizendo que ia ajuntar a sua boiada, que antes queria perder a desobriga, do que deixar desfazer a sua junta, fiando-se em que com uma desobriga faz duas, e quando cobra, também cobra o que não fez (...) Arraial de Nossa Senhora da Vitória, 30 de outubro de 1783 (Cairú, 23 de fevereiro de 1782).<sup>8</sup>

Ao afirmar que muitos foram deixados “a porta da Igreja”, temos então duas possibilidades, deixar-se a porta da Igreja, se referir a possibilidade de ficar do lado de

---

<sup>7</sup> *Anais BN*, v.32. Ofício do ex-governador da Bahia Manuel da Cunha Menezes para Martinho de Mello e Castro, sobre a Capitania dos Ilheos. Lisboa. 12.08.1780. p. 472.

<sup>8</sup> Referência do Cópia da Carta de João Gonçalves da Costa ao Desembargador e Ouvidor de Ilhéus Francisco Nunes da Costa e governo interino da Bahia. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Brasil-avulsos.

fora da “Capela primitiva do lugar”, e assim não receber os sacramentos, ou ter os seus nomes expostos como devedores da santa fé sob risco de excomunhão, por não estarem com suas obrigações em dia e daí terem seus nomes expostos em papel as portas da igreja matriz da freguesia de Rio Pardo e sofrerem assim as sanções do vigário da vara.

Ruy Medeiros em um artigo ao *Jornal Hoje* (2008)<sup>9</sup>, narra a história das construções que vieram a ser a casa da Padroeira do lugar. Através de seu artigo, nos atentamos ao fato de o Coronel e sua família pedirem formal autorização eclesiástica para construir o local de culto, que lhe seria concedido pela hierarquia católica de maneira formal apenas em 1813:

Em 8 de fevereiro de 1813, Dom José, mediante provisão, concede ao “Coronel João Gonçalves da Costa e mais moradores do Sertão da Conquista, termo da Vila de Caetité, na Freguesia do Rio Pardo, licença para que possam erigir um Oratório público, ou Casa de Oração, no Arraial da mesma Conquista em atenção a se acharem muitas léguas distantes da Matriz, e da capela mais vizinha”. A provisão arquiiepiscopal dizia ainda que motivava a permissão o objetivo de “poderem cumprir o preceito da Missa, não só o dito Coronel, e sua família, senão também os moradores do mesmo Sertão da Conquista; e nele se poderá administrar os sacramentos, sem prejuízo dos direitos paroquiais; e com a mesma condição poderão estabelecer nele ou fora, cemitério público; no qual depois de bento se poderão sepultar os corpos dos falecidos”. Quanto ao cuidado com o cemitério, o arcebispo ainda recomendava que o lugar fosse “murado ou cercado, e com os sinais característicos de um lugar pio”.<sup>10</sup>

O pedido de autorização para a Capela, demonstra que o Coronel procurava seguir as normas estabelecidas pela Arquidiocese da Bahia, promulgadas nas Constituições de seu Arcebispado por D. Sebastião Monteiro da Vide. As Constituições foram um dos principais documentos que nortearam a aplicação e o estabelecimento do culto e prática da religião Católica em todo o Arcebispado do Brasil e Angola por mais de 300 anos.

Ainda que é coisa muito pia, e louvável edificarem-se Capelas em honra, e louvor a Deus Nosso Senhor, da Virgem Senhora Nossa, e dos Santos, por que com isso se exercita, e afervora a devoção dos fiéis, e se segue a utilidade de haver nas grandes, e dilatadas paróquias lugares descentes, em que comodamente se possa celebrar; como convém muito que se edifiquem com tal consideração, que, erigindo-se para ser Casa de Oração, e devoção, não o sejam de escândalos pela pouca decência, e ornato delas, ordenamos, e mandamos, que querendo alguma pessoa em nosso arcebispado fundar Capela de novo, nos deem primeiro conta por petição, e achando Nós por vistoria, e informação, que mandaremos fazer, que o lugar é descente, e que se obrigam a faze-la de pedra, e cal, e não somente de madeira, ou de barro, assinando-lhe dote competente ao menos de seis mil réis cada ano para sua fábrica, reparação, e ornamentos, lhe concederemos licença, fazendo-se de tudo autos, e

---

<sup>9</sup>. MEDEIROS, Ruy. *Notícia da Velha Casa de Oração*. In: *Jornal Hoje*, edição comemorativa dos 161 anos de instalação do Município da Imperial Vila da Vitória. 2008.

<sup>10</sup>. *Ibidem*.

escrituras, que se guardaram no cartório de nossa Câmara (DA VIDE. 1853 Título XIX, par. 692, p. 254).

A existência da ermida, da mitológica promessa presente na memória popular, se confronta com a história da velha matriz do começo do século XIX, isso levou a dúvidas quanto existência e divergência sobre o local onde foi erguido o primeiro templo católico na região. Seria ela a construída no sítio onde estava situada a aldeia Mongoió, ou na região da Batalha, próximo a Serra da Inês? Para Ruy Medeiros, a área que corresponde a Fazenda Batalha pode se referir não à localidade, mas a todas as terras a qual ela se expande. Ele situa como sendo a ermida levantada no mesmo sítio onde até 1932 se erguia a antiga Matriz, que vai de onde está a Catedral e adentra parte de onde hoje se encontra a praça Tancredo Neves. De qualquer modo, quando chegou a autorização da Igreja, a Capela já estava pronta:

O sentido de pertença a uma comunidade ideal, espacialmente determinada, não tinha vigência para o povo que recorria ao presbítero mais próximo, como a um despachante do sagrado. Fica patente que as relações de caráter religioso não estavam subordinadas aos limites paroquiais e sim as possibilidades concretas de deslocamento do povo. A prática anulava a jurisdição canônica (SILVA, 2017, p.25).

Segundo Ruy Medeiros, o local da primeira capela rústica, foi substituída por um templo maior, o da autorização de 1813, cujo a construção foi iniciada em princípios de 1803, com base nas anotações contidas nas telhas com datação de 1806, sua construção terminou em 1823, ainda sem os altares e decoração. Nos relatos do príncipe Maximiliano, ao passar pelo arraial em 1817, o templo ainda estava em construção sendo o mesmo edificado com recursos do Capitão João Gonçalves da Costa e família. Para Mozart Tanajura (1992), no ano de 1811 foi entronizada na igreja a imagem de Nossa Senhora da Vitória. As cidades na colônia cresciam em torno de uma Igreja e seu largo, como afirma Maria Aparecida:

É importante ressaltar que a existência de uma igreja num pequeno povoado em princípios do século XIX revestia-se de representação muito maior que um simples espaço para orações. O surgimento de capelas no Brasil colonial foi fundamental para a fixação de muitos núcleos urbanos. Em algumas localidades parece que o viés religioso se sobrepôs ao econômico. No caso do arraial da Conquista, a construção da igreja de Nossa Senhora da Vitória serviu como ponto de aglutinação de seus moradores (SOUSA, 2000, p.175).

O artigo do professor José Mozart Tanajura Júnior<sup>11</sup> traz importantes informações a respeito da padroeira de Conquista, e a construção de sua Igreja (2014). O autor faz referência aos escritos de Bruno Bacelar de Oliveira, que sugere o ano de 1809 como marco histórico da instalação do templo que serviu como primeira matriz a Paróquia de Nossa Senhora da Vitória:

Ao demolir a velha igreja, construída por João Gonçalves da Costa, o fundador da cidade, foi demolido também um grande cruzeiro que havia em sua frente e no qual estava colocada uma chapa de cobre, tendo gravada a data de 1809 e que fora colocada por João Gonçalves da Costa, em procissão festiva, no dia da missa inaugural da igreja por ele construída (15 de agosto de 1809). Essa placa em cobre era sempre recolocada em novos cruzeiros, pelos padres da freguesia, quando o cruzeiro envelhecia. Conhecida por toda a população conquistense, arrancada do cruzeiro para ser guardada, a chapa metálica comemorativa de tão importante acontecimento, desapareceu para nunca mais ser vista, desaparecendo de igual modo algumas telhas com inscrições também comemorativas encontradas no telhado da velha igreja demolida”<sup>12</sup>



Figura 2- **primeiro templo da Matriz de Nossa Senhora da Vitória**. Construída no início do século XIX, e demolida em 1932. <sup>13</sup>

<sup>11</sup> José Mozart Tanajura Júnior é presidente da Academia Conquistense de Letras, mestre em Letras pela UESB.

<sup>12</sup> . Apud, TANAJURA JÚNIOR, 2014. OLIVEIRA, B. B. *Objetos Históricos*. In: O Sertanejo. Vitória da Conquista, 04/09/1976.

<sup>13</sup> . Arquivo fotográfico do Museu Regional de Vitória da Conquista, Casa Henriqueta Prates.

A demora para o término da obra da antiga Matriz é explicada pelo aparato e ornamentos que o culto barroco exigia. Mesmo sem atingir o nível artístico das Igrejas da Cidade do Salvador, as capelas sertanejas foram construídas para que não deixassem a desejar mesmo em sua simplicidade a pompa católica de então. “O espírito Barroco de glorificação da Igreja Católica se materializa nos templos, como monumentos atestantes do triunfo da religião” (SILVA, 2017, p. 38). O sítio escolhido para abrigar o templo, era um lugar de destaque, em um ponto alto da cidade e de forma solta para que segundo as recomendações das constituições, o povo pudesse dar voltas organizadas nas procissões realizadas durante o calendário católico.

Com as terras oficialmente doadas pelo Sertanista João Gonçalves da Costa em 1815, podemos registrar em 1817 através do relato do Príncipe (WIED-NEUWIED, 1940), a construção do prédio que em 1840, se tornou a Matriz da Freguesia de Nossa Senhora da Vitória. Ele destaca a construção de uma igreja em andamento, e cerca de 40 casas baixas, sendo as fazendas ao seu redor residência de grandes proprietários que financiavam a construção do templo. Entre as fronteiras de Minas ao Arraial da Conquista, ele conheceu de perto a realidade dos sertanejos nas grandes fazendas. Além da criação e manejo do gado praticada na região, o príncipe destaca o quanto era importante ao Arraial da Conquista os caminhos e seu papel de entreposto:

Independentemente dos recursos que a cultura dos campos fornece para a subsistência dos habitantes, a venda do algodão e a passagem das “boiadas”, que vão para a Bahia, lhes proporcionam outros meios de vida; as boiadas que vêm do Rio São Francisco passam também por essa localidade; algumas vezes veem-se chegar, numa semana, para mais de mil bois, que se destinam à capital. O gado comumente emagrece, durante o longo trajeto que tem que percorrer, motivo pelo qual deixam-no descansar, aí, durante algum tempo, e mandam-no para se refazer nos pastos mais próximos (WIED-NEUWIED, 1940, p. 409).

Acreditamos que no Arraial da Conquista, conforme nos indica a documentação, aconteceu um movimento parecido com o do Arraial dos Poções, uma capela provisória deu lugar a uma Capela melhor construída, mas isso só foi possível, tanto em Poções quanto em Conquista, com as doações dos abastados que enriqueciam com o dinheiro do manejo do gado, e dos benefícios da estrada das boiadas. A Capela dedicada a “Nossa Senhora da Lapa”, em Poções, foi uma instalação simples e provisória para a Igreja matriz do padroeiro do lugar, o Divino Espírito Santo, porém a mesma permaneceu de pé e o padroeiro teve seu templo construído em outro local.



Ao passar pelo Arraial do Poções em 1817, o príncipe narra que o arraial de Poções contava com uma dúzia de casas e uma capela feita de barro, (WIED-NEUWIED, 1940) essa construção era uma “lapinha”, o termo Lapa aqui carece de maior averiguação, segundo os relatos do padre Olympio em princípios do século XX, era comum a população chamar as pequenas capelas de barro de lapinhas. Ou seja, seria a capela da Lapinha uma referência ao porte da construção? ou o estabelecimento devocional à Virgem da Lapa, título de origem portuguesa dedicado a uma imagem de Nossa Senhora da Conceição? De todo modo as duas coisas são notadas na memória e documentação. Em Conquista diferente de Poções, a ermida de barro pode ter sido desmanchada e deu origem a antiga Igreja Matriz do século XIX. Contudo as capelas mais antigas do Sertão da Ressaca são as de São Felipe e Santo Antônio da Barra. A Igreja do arraial de São Felipe, foi dedicada ao seu onomástico e à Nossa Senhora da Saúde e Glória. Segundo Medeiros existem evidências que indicam sua construção em princípios do século XVIII:

de seu telhado constava telha com data de 22 de agosto de 1705 e o nome de Teodorico Alves Pinheiro. Trata-se de telha da época da edificação? Os antepassados costumavam, para deixar patente data de construção de templo, escrever em baixo relevo data e outra qualquer informação em telha.<sup>14</sup>

A Capela da Vila de São Felipe, encontra-se ainda hoje de pé, seu último restauro foi em 2014, a região pertence ao território do município de Tremedal. Sua localização é um dos marcos de ocupação e de um dos caminhos que ligavam as regiões das Minas do Rio das Contas até as Minas Gerais desde o início do séc. XVIII. Como afirma Medeiros:

A construção de templo religioso denota permanência ou intenção de permanência em determinado local. Em 1705 era possível que houvesse já a presença não indígena na região *sic*. Isso pode-se afirmar por que desde os últimos anos do século XVII, o caminho do Morro do Chapéu, para Minas e para a região de Minas do rio de Contas já era percorrido. O Morro do Chapéu era um marco distribuidor de caminhos pelos rios Verde Pequeno e Gavião (Cha-pé, nome indígena, significa, aproximadamente, lugar de ver o caminho).<sup>15</sup>

As igrejas não eram o único local da vivência religiosa, existiam nas casas de pobres e ricos, durante o período colonial, os oratórios ou mesmo um cômodo para guardar as imagens, o quarto dos santos. Nesse sistema reinavam as devoções ao Bom Jesus, ao Santo Lenho da Cruz, a Virgem Maria, e diversos santos e santas, onde o fiel desenvolvia uma relação de familiaridade com os símbolos e devoção católica. A

---

<sup>14</sup> Acesso: 05 de julho de 2022. Link: <https://www.blogdorodrigoferraz.com.br/2014/01/13/ruy-medeiros-escreve-igreja-de-nossa-senhora-da-saude-e-gloria-vila-de-sao-felipe-tremedal/>

<sup>15</sup> Acesso: 05 de julho de 2022. Link: <https://www.blogdorodrigoferraz.com.br/2014/01/13/ruy-medeiros-escreve-igreja-de-nossa-senhora-da-saude-e-gloria-vila-de-sao-felipe-tremedal>.

organização de um espaço de culto, sejam eles lapinhas, capelas ou igreja matriz nas localidades, relacionam-se ao povoamento dos colonizadores com sedentarização e trânsito social, dilatação de novas fronteiras. O príncipe Maximiliano relata a experiência que viveu em uma fazenda de uma senhora chamada Simoa, próximo a Barra da Vereda na região do Planalto da Conquista, onde é possível a observação de manutenção de cultos de caráter devocional mesmo sem a presença da hierarquia clerical:

ao cair da noite, todos os comensais se reuniram para entoar ladainhas, segundo o costume da terra; nessas moradias solitárias ou “fazendas” costuma haver uma sala onde existe uma grande caixa ou armário, contendo algumas imagens de santos; os moradores se ajoelham diante dessas imagens para fazer orações. (WIED-NEUWIED, 1940, p.385).

Os espaços domésticos de oração eram comuns em toda a América portuguesa, as pessoas criam no espaço doméstico formas de continuarem a transmitir os valores e tradições religiosas onde muitas vezes é caracterizado por elementos que fundem uma série de culturas e recriam ao seu modo. O príncipe, recolheu a seguinte informação em referência aos padres missionários nas fazendas: “não ouvi falar aqui de padres, que vão de um lado para o outro com altar, como Koster encontrou no sertão do Ceará” (WIED-NEUWIED, 1940, p.385). De fato, a presença dos agentes do clero são escassas, mas não nulas, existiu um trânsito de sacerdotes, seculares e regulares que de maneira lenta foi aumentando ao longo do século XIX.

## **2.2 - Ovelhas e pastores na Conquista do Sertão da Ressaca**

Segundo o semanário *O Conquistense* de 1959, a Casa de Oração dedicada a Virgem da Vitória, enquanto esteve ligada a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Rio Pardo, recebia “uma visita anual do Vigário, que permanecia no Arraial durante 8 a 15 dias em serviço da Igreja, em desobriga”.<sup>16</sup> Em 1799, a freguesia do Rio Pardo constava de oito Capelas<sup>17</sup>, que chegavam até a distância de 22 léguas uma das outras. A ermida levantada pelos Gonçalves da Costa, não foi contada entre essas oito capelas, o que não significa que não existia um local simples para provisão do culto, até as obras da Capela maior, oficializada sob a autorização de 1813.

---

<sup>16</sup> Arquivo Municipal de Vitória da Conquista. Jornal *O conquistense* de 06 de junho de 1959.

<sup>17</sup> Anais da Biblioteca Nacional- *Mapa de todas as freguesias, que pertencem ao arcebispado da Bahia*. 03 de março de 1775. Concelho Ultramarino- Brasil- Bahia. Caixa 47, documento doc, nº 8745-8752

Além de um clero presente nas vilas e arraiais mais prósperos, o Sertões submetidos à Freguesia do Rio Pardo, contou com um clero itinerário enviado pelo Arcebispo mediante algumas provisões: em 1812 o padre Antônio Vaz de Carvalho, recebeu “provisão de altar portátil por dois anos”(ANGELIS, 1994), no mesmo ano o Padre Caetano José Mendonça, recebeu “provisão de pregador, e na mesma (Freguesia) recebe ainda faculdade de ouvir confissões por um ano”(ANGELIS, 1994), administrando sacramentos na região até 1816. Em 1828 o Padre Manoel Fernandes registrou desobrigas, na região de Verruga (que deu origem ao município de Itambé) e Barra da Vereda (hoje distrito de Veredinha), ambas localidades do Sertão da Ressaca.

O Clero local se associou as elites, como forma de garantir o seu sustento, já que nem todos recebiam as mercês do Estado, nisso muitos se tornaram proprietários. Segundo Lage o clero sertanejo por vezes “dedicava-se a negócios, às vezes rendosos, mas impróprios para o sacerdócio; ou via-se obrigado a extorquir pés de altar de uma população já onerada pela exploração colonial, a qual, por sua vez, não poupava veementes reiteradas acusações de simonia à Igreja” (LAGE, 2011, p.176). Mas afinal o que se constitui um sacerdote no campo dos estudos de Religião? Segundo Tatiana Machado Boulhosa,

Sacerdotes exercem nas diferentes religiões diferentes papéis. Existem aqueles cujo papel é exclusivamente ritualístico e privado; mas há também aqueles que estão intimamente ligados ao Estado e exercem sua função de maneira pública. Há ainda sacerdotes que estão ligados a questões políticas e que participam da administração das sociedades em que estão inseridos; e há outros que ficam retirados da sociedade. (BOULHOSA, 2021).

O padre Manoel Fernandes da Costa recebeu em 1837, provisão de pároco missionário na “Missão dos índios Mongoiós da roça da Conquista de Nossa Senhora da Vitória, da Freguesia do Rio Pardo de Minas” (ANGELIS, 1994). Apesar de sua provisão ter saído em 1837, o padre Manoel Fernandes, segundo registro de 1834, de ofícios trocados entre o Juiz de Paz do Arraial da Conquista e a Câmara da Vila de Caetité, ele é já aparece citado como “párocho dos índios do Sertão e Matas do Rio Pardo”. Segundo essas correspondências ele residiu junto aos indígenas da região, entre os rios Jequitinhonha e Pardo, e os afluentes do Rio Pardo, o Manjenon a esquerda, e o Catolé Grande a direita. O padre Manoel teria feito a paz entre os índios Imborés, e “reduzidos cerca de 100”, de indígenas dessa nação, em uma aldeia na confluência do Ribeiro Mangeron no Rio Pardo (Região hoje pertencente aos municípios de Macarani, Ribeirão

do Largo e Encruzilhada). O sacerdote abria com os índios uma estrada que daria acesso ao Sul da Bahia, margeando o Rio Pardo. Sua missão teria sido possível graças a ajuda dos moradores da Colônia do Verruga, local que segundo o sacerdote em pouco tempo estava sendo mais e mais povoado pelos refugiados da fome e seca (ANGELIS, 1994).

Outro dado interessante é que os padres coadjutores chegavam a residir nos arraiais exercendo a função de Capelão do lugar. Cada região que abrangia a freguesia ficava por conta de um determinado coadjutor, sendo as capelas da Freguesia de Rio Pardo que estavam no território que militarmente e politicamente pertenciam a Bahia, como São Felipe e Condeúba a assistência de um mesmo padre que assistia também região da Conquista. O padre João Batista de Andrade em 1812 foi escalado como capelão em Santo Antônio da Barra (Condeúba), mas veio a falecer em 1819, no arraial da Conquista (ANGELIS, 1994). A Capela de Condeúba foi benzida em 1745, o que indica que sua construção tenha sido iniciada anos antes:

O Reverendo Senhor Padre Visitador Geral do Sertão de Cima, ou Sertão Alto e Minas Novas do Arcebispado da Bahia, João de Vasconcelos Pereira, benze com todas as solenidades litúrgicas, uma pequena capela filial situada na Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Rio Pardo, na insipiente povoação com a denominação de Santo Antônio da Barra do sítio das Condeúbas, na antiga ex-fazenda à margem direita do Rio Gavião. Foram nomeados fabriqueiros, o alferes: Bernardo Pinheiro Ribeiro e na ausência deste, o Sr. José Francisco Torres; e para apontador das sepulturas, o Sr. Diogo de Barros.

18

A presença de padres era uma raridade, o que se dava geralmente uma vez por ano, na chamada desobriga, que aconteciam durante a quaresma como preparação dos fiéis à Semana Santa. Em resposta ao Governador, João Gonçalves da Costa, em carta escrita no já considerado, Arraial de Nossa Senhora da Vitória, queixa-se dos valores cobrados pelas desobrigas, além de manifestar indignação pelos sacerdotes que priorizavam os serviços particulares, e não os espirituais:

[...] e assim estão os sertões todos acabados, e que os tem acabado são os juízes de órfãos e os vigários, pois estes pegam-se ao velho costume antigo de levarem duas patacas a cada pessoa, filhos, famílias, e escravos a pataca pela desobriga, e por cada criança que batizam, quatro patacas, e outro tanto, defesa de casar quatro mil réis de estola, e dez patacas dos banhos, quatro mil réis de fazer perguntas aos noivos se fizeram os votos de castidade, e a vista disso é bem melhor ser gentil no mato de que ser cristão em semelhante terra. Arraial de Nossa Senhora da Vitória, 30 de outubro de 1783.<sup>19</sup>

---

<sup>18</sup> ANGELIS. *Efemérides Riopardenses*. Salinas: R & S Arte Gráfica, 1998. PIRES, Simeão Ribeiro. *Raízes de Minas*. Montes Claros, 1979. \_\_\_\_\_.

<sup>19</sup> ANTT (*Arquivo Nacional da Torre do Tombo*). Brasil- avulsos. Cópia da Carta do Capitão João Gonçalves da Costa ao Desembargador e Ouvidor de Ilhéus Francisco Nunes da Costa e governo interino da Bahia.

Dois traços são interessantes nessa fala, o primeiro é a relação que o sertanista João Gonçalves da Costa, estabelece com o Estado, onde queixa-se a respeito dos funcionários da Igreja. O segundo traço é o vínculo antigo da região do Sertão da Ressaca com a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Rio Pardo de Minas. O padre Manoel Dias da Costa foi um dos cinco clérigos seculares<sup>20</sup> que atuaram nessa freguesia, fundada em 1740, no arcebispado de Dom José Fialho, no Arraial de Rio Pardo existente desde 1698. De sua fundação até o ano de 1760, a região norte de Minas esteve ligada civil e militarmente à Capitania da Bahia. Religiosamente, permaneceu sob administração do Arcebispado da Bahia até 1854, o que só se efetivou em 1864 com a criação do bispado de Mariana (ANGELIS, 1998).

Ao explorar a região ele se apoiou na hierarquia do Estado, sendo ele através de suas patentes de Capitão e chefe de milícias um braço dessa hierarquia. O seu prestígio foi construído e a Igreja o ajudou nesse processo. Em muitos documentos, João Gonçalves pede ao Estado a presença de sacerdotes para auxiliarem em sua empresa no aldeamento dos índios. Podemos afirmar que padres estiveram presentes na criação de aldeamentos em fins do século XVIII, porém pouco sabemos como atuaram nesse período. Segundo o padre Cypriano Lobato Mendes, em carta a D. Pedro III, datada de 1788, é possível através do olhar desse agente da Igreja, termos uma visão do papel desempenhado por João Gonçalves da Costa, chamado pelo padre Cipriano de “Conquistador do gentil, sujeito de muita utilidade tanto ao serviço de Deus, como a Sua Majestade”<sup>21</sup>.

Na época em que o Capitão João Gonçalves fundou o arraial, a Freguesia estava sob a responsabilidade do Vigário colado, Francisco Xavier de Moura. Provavelmente o padre Manoel foi o responsável pelas desobrigas na capela do Arraial da Conquista e localidades mais próximas.<sup>22</sup> Outros sacerdotes fizeram esse papel sob a designação de Cura de capelas, geralmente eram os coadjutores, cabendo ao vigário a administração e supervisão dos mesmos na capela sede da freguesia (Paróquia). Em 1817, ao passar no arraial de Poções, relata o príncipe: “cujo vigário pareceu-me grande apreciador de bebidas fortes, pelo menos a julgar pelo seu estado de completa embriaguez” (1940-

---

<sup>20</sup> *Anais BN*. Mapa de todas as freguesias, que pertencem ao arcebispado da Bahia. 03 de março de 1775. Concelho Ultramarino- Brasil- Bahia. Caixa 47, documento doc, nº 8745-8752

<sup>21</sup> *Anais BN*, v. 34. Representação do padre Cypriano Lobato Mendes dirigida a Dom Pedro III sobre a situação econômica da Capitania da Bahia, em que se contem notícias muito interessantes. Bahia, 31.07. 1788.

<sup>22</sup> *Anais BN*, v. 34. Representação do padre Cypriano Lobato Mendes dirigida a Dom Pedro III sobre a situação econômica da Capitania da Bahia, em que se contem notícias muito interessantes. Bahia, 31.07. 1788

p.247)”. Seria o padre João Batista o relatado do príncipe? Muito provavelmente, mas podemos crer que se trata do mesmo capelão que assistia as demais capelas do sertão da Ressaca, e estava submetido ao vigário de Rio Pardo.

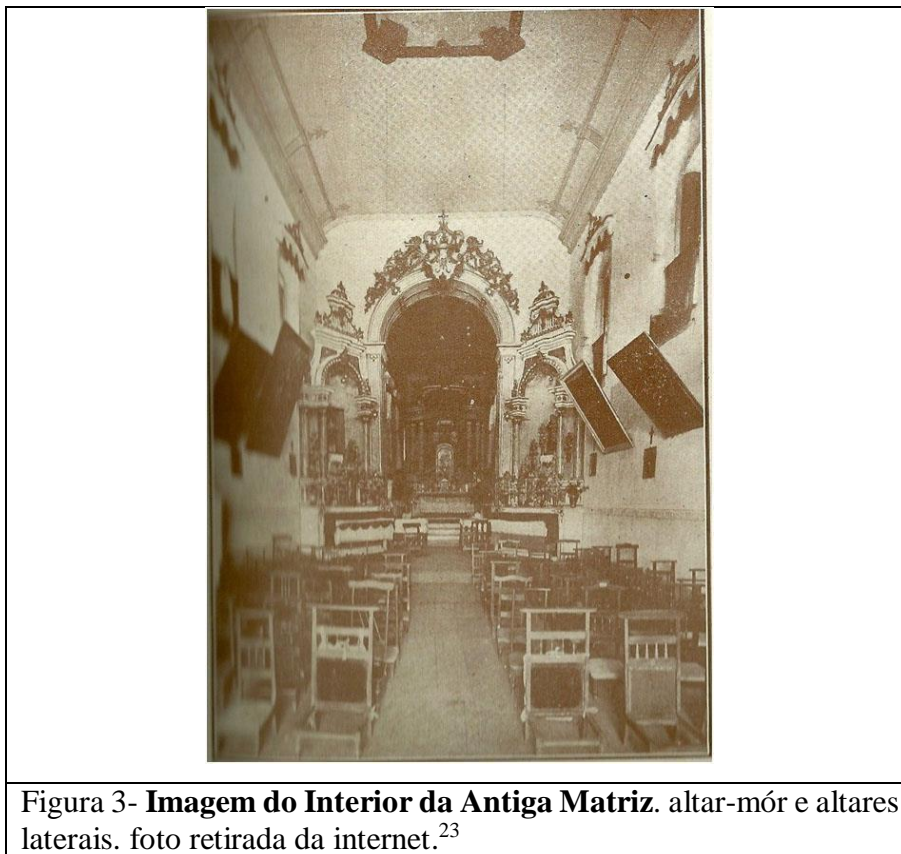


Figura 3- **Imagem do Interior da Antiga Matriz.** altar-mór e altares laterais. foto retirada da internet.<sup>23</sup>

### 2.3 - Os Gonçalves da Costa, entre o mito e a história da santa

Para a instalação da Igreja, casa de oração de onde nasceu a Freguesia de Nossa Senhora da Vitória, houve o empenho de custeamento de obras pelas ricas famílias que ocupavam o lugar. A capela tornou-se assim o primeiro marco da conquista e do poder local exercido pelo braço do Estado, da Igreja e das elites dominantes. O Arraial da Conquista, teve como núcleo fundador a divisão das terras em diversas fazendas de gado. Segundo Maria Aparecida Silva de Sousa, “entre os proprietários no arraial da Conquista

---

<sup>23</sup> Acesso: 03 de dezembro de 2022. link: <https://fotosdevitoriaadaconquista.wordpress.com/category/anos-20-1925/>

figura Nossa Senhora da Vitória. Em 1815 João Gonçalves doara uma faixa de terras para patrimônio da casa de oração no valor de 140\$000, garantindo dessa forma, o vínculo com o poder religioso” (SOUSA, 2001, p. 174). Segundo IVO (2016), a doação de terras à Virgem Maria, pelos que formaram a aristocracia local, demonstrou um princípio de piedade cristã e, além disso, por estes mecanismos de doação, tornou a propriedade doada inalienável, o que significa dizer que não poderia ser hipotecada pelo Estado.

O mito fundador da cidade evocou o título de Nossa Senhora da Vitória, tradição popular que liga a Santa e sua capela a promessa do colonizador português João Gonçalves da Costa, uma das mais conhecidas histórias formadas pela memória local, mas que esconde a História dos fatos com toda a sua complexidade. O que é importante salientar é que a ocupação não foi feita por um único agente, existe uma rede onde o personagem encontra apoio em outras pessoas, e mesmo em relação aos indígenas as relações de resistência assumem diversas formas, bem como as negociações. É importante analisarmos algumas evidências presentes na documentação que questionam o antagonismo de João Gonçalves o que não reduz seu papel como sertanista e patriarca de uma linhagem aristocrática no lugar. Corroborando com os estudos de IVO (2012), sobre Costa podemos dizer que:

João Gonçalves da Costa, português e preto forro, foi o mais importante pioneiro das imersões portuguesas nos sertões da Bahia, principalmente nos sertões da Ressaca. Nascido na cidade de Chaves, em Trás os Montes, provavelmente por volta de 1720, envolveu-se no processo de conquista dos sertões. Era reconhecido pelas autoridades coloniais como um grande desbravador e conquistador de gentios, recebendo em 1744, a patente de capitão-mor do *Terço de Henrique Dias* para auxiliar o mestre de campo, João da Silva Guimarães, encarregado do empreendimento. Após a morte de Guimarães, Costa assumiu, oficialmente, a tarefa de conquista do sertão da Ressaca e, já no início do século XIX, obteve o reconhecimento público de membros da nobreza lusitana que, ao relatarem a exploração das margens do Rio Pardo. (IVO, 2012, p. 28).

O feito de João Gonçalves da Costa, enaltecido nas correspondências dos diligentes políticos da época colonial foi a abertura de estradas interligando Minas e Bahia, e seu trabalho no aldeamento e combate aos indígenas, porém sua chegada e permanência ao Sertão da Ressaca podem nos mostrar outros detalhes. Um outro português, Mathias João da Costa, foi o sogro de João Gonçalves, ambos são oriundos da mesma região, a Arquidiocese de Braga, região Norte de Portugal, possivelmente o fato da origem comum apertou os laços entre eles, e possivelmente são parentes consanguíneos. Mathias enquanto viveu constituiu fortuna equivalente a 14 contos de réis, foi um dos grandes latifundiários do Alto Sertão da Bahia. Em 1705, Mathias junto

a outros aventureiros, já tinha atingido as margens dos rios Jequitinhonha e Pardo (IVO, 2012. p. 39).

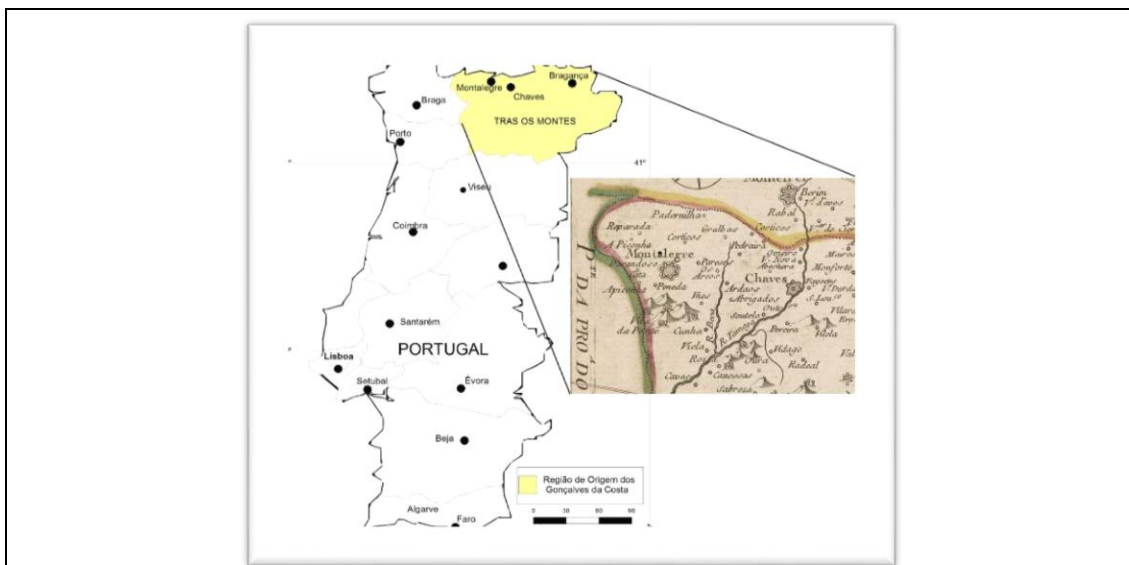


Figura 4 – **Mapa Trás-os-Montes – Portugal** – Território de Origem dos Gonçalves da Costa Século XVIII Elaborado pelo Autor com base em documentos oficiais do Arquivo Histórico ultramarino (2013)<sup>24</sup>

Ao se casar com a filha de Mathias, a senhora Josefa Gonçalves da Costa, João Gonçalves se vincula a um dos maiores proprietários do Sertão da Ressaca, o seu sogro. foi morador da Região do Rio das Contas, a altura do território de Macaúbas onde residia em uma de suas propriedades. Os domínios de Mathias João da Costa, era uma sesmaria de “3 léguas de comprido com 1 de largo” doada pelo governo português em 26 de junho de 1732, em recompensa pela ocupação de uma área as margens do rio Pardo (SOUSA, 2001). Era ele um dos grandes afortunados da época, coube a seus descendentes e agregados a conquista, repovoamento e exploração de sua sesmaria? As evidências mostram que sim, Timóteo Gonçalves da Costa, filho de Matias, foi o fundador do Arraial dos Poções (NEVES, 2011, p 76).

Em 1758, no inventário de Mathias João da Costa, aparece como o título de um sítio dentro de suas fazendas na região do Sertão da Ressaca com o nome de Nossa Senhora da Vitória. No mesmo documento é citado a Fazenda Conquista, onde “quatro cativos cuidavam de 300 rezes e 58 equinos” (NEVES, 2011, p.76). Era também dono de terras “na outra banda do Rio Pardo”, onde criava “100 cabeças de gado”. Mathias declara

<sup>24</sup>. Mapa disponível no artigo: O Papel de João Gonçalves da Costa na Produção do Espaço Baiano – entre os séculos XVIII e XIX, as origens do território de vitória da conquista. ROCHA. Geopalta, vol.2 núm. 3, p. 83-89, 2018. UESB. link: <https://www.redalyc.org/journal/5743/574362571006/html/>



também mais propriedades entre as quais: “fazendo Olho d’Água, e sítios Vereda, Barra, Nossa Senhora da Vitória, Catolés, Espírito Santo e Santo Antônio” (NEVES, 2011, p.76). Essas mesmas propriedades aparecem no inventário dos bens de sua filha, Josefa Gonçalves da Costa<sup>25</sup>. A catolicidade de João Mathias pode ser notada quando o mesmo enviuvou em 1748 ditou o seu testamento, “com a determinação de extensas séries (capelas) de missas em Caetité, Rio de Contas, Salvador, Lisboa, Travassos, Montalegre e Braga” (NEVES, 2011, p.75).

Não podemos precisar ao certo se esse tempo essas terras inventariadas, já abrangem aos territórios que mais tarde foram doadas a padroeira, porém podemos afirmar que se trata de uma devoção não apenas pessoal de João Gonçalves, mas familiar, já que uma das filhas de Matias, a senhora Josefa Gonçalves da Costa casou-se com o sertanista João Gonçalves da Costa, e mesmo antes da oficial doação a santa em 1815.

No relato de suas conquistas, escrito em 1806-1807<sup>26</sup>, Costa da conta de que batizou de aldeia Victória uma das quatro comunidades de indígenas da nação mongoió conquistada por ele sua tropa. o nome escolhido se deu por lá ter encontrado um índio de nome Victório, apreendido e batizado em outra ocasião, velho conhecido do sertanista<sup>27</sup>. Ao certo não podemos afirmar se o nome da localidade de Nossa Senhora da Vitória, está referindo-se a antiga aldeia Mongoió, e dessa a criação do arraial no mesmo sítio, ou se o arraial nasce como rancho sede na fazenda Conquista, propriedade de seu sogro. Costa cita que a aldeia Victória “é sitiada a margem de um ribeiro cuja as corrente se dividem em dois braços”, um que deságua no Pardo e outro no Jequitinhonha<sup>28</sup>. As informações não são precisas, poderia se tratar dos rios Santa Rita, ou Verruga que estão próximos onde foi instalado o arraial da Conquista, mas o deságua no Jequitinhonha é um equívoco, já que os sertões por ele desbravados correspondem apenas a duas bacias hidrográficas, a do Pardo e a do Rio de Contas.

Outro personagem importante dessa história é o italiano Pedro Leonino Maris, administrador dos termos que compreendiam a região das Minas Novas e Araçuaí em meados do século XVIII, e que gozava de extrema confiança do governo português. Maris era amigo de Mathias João, o que se justifica pelo casamento arranjado entre Mathias e

---

<sup>25</sup> AFMJ. Arquivo 1ª vara cível. Caixa de Inventários: 1801-1832/1834-1839. Inventário de Josefa Gonçalves da Costa.

<sup>26</sup> *Anais BN*, v. 37. Memória summaria e compendiosa da conquista do Rio Pardo feita pelo capitão mor João Gonçalves da Costa. 1806-1807.

<sup>27</sup> . *ibidem*. p. 456.

<sup>28</sup> *Anais BN*, v. 37. Memória summaria e compendiosa da conquista do Rio Pardo feita pelo capitão mor João Gonçalves da Costa. 1806-1807. p. 457.

Clara Gonçalves da Costa, ex-escrava de Mariz. Clara era preta forra e natural da Ilha de Cabo Verde<sup>29</sup>. Pedro Leonino Mariz também foi responsável por indicar o genro de seu amigo Mathias, o senhor João Gonçalves da Costa para compor o terço de Henrique Dias, com patente recebida em 1744. Como este terço paramilitar, só pode ser composto por negros, confirma assim a condição de preto-forro de Costa, ou seria seu posto recebido por conta dele mesmo branco, ter sido casado com Josefa, uma mestiça de português com uma cabo-verdiana? São investigações futuras, a mestiçagem de Costa e seus descendentes são indicadas em outros documentos, como o que caracteriza um de seus filhos com Josefa, como Curiboca. “Com a morte de Mathias João, em 1758, no inventário dos bens autuado pelo filho Leonardo Gonçalves da Costa, novamente Josefa Gonçalves foi declarada como herdeira ao lado do marido e demais irmãos” (SOUSA, 2001, p. 118). As terras do Planalto da Conquista de posse de Mathias João, aparecem relacionadas a negócios que este fizera anteriormente com João da Silva Guimarães, um dos primeiros a explorar os Sertões da Ressaca. Mathias João, declarou o seguinte:

Por então contendas com o mestre-de-campo João da Silva Guimarães, ficará a beneplácito de todos os herdeiros tomar em pagamento de dezesseis mil cruzados, os sítios seguintes: Santo Antônio da Conquista, Espírito Santo, Nossa Senhora da Vitória, Catolés, Barra do Sucesso e outro do outro lado do rio Pardo, Pedra Comprida, de cujos sítios se acham de posse (SOUSA, 2001, p. 120).

Em 1762, João Gonçalves da Costa é chamado a declarar o dote de sua esposa. Em 1763, o Juiz de Órfãos expediu um mandado de prisão contra o dito. Para não ser preso ele apresentou um documento, abre mão dos bens de sua esposa, como menciona no documento “quer dizer e fazer termo de abstenção de toda e qualquer herança que possa tocar a dita sua mulher” (SOUSA, 2001, p. 123). Contudo, ele e sua esposa ficaram com as fazendas da Conquista e Catolés, que segundo Sousa, foram “possivelmente compradas de algum outro herdeiro, conforme aparecem declaradas no inventário de Josefa Gonçalves cerca de meio século depois” (2001. p. 124). Os conflitos relativos as posses de terra entre os Gonçalves da Costa na região são especuladas em carta de 1799, por Balthazar da Silva Lisboa. em resposta aos conflitos entre as jurisdições dos sertões da Ressaca entre Ilhéus e Salvador, ele escreveu para D. Rodrigo de Sousa Continho, nos seguintes termos:

Esse homem tinha acompanhado a hum mestre de campo, que fugindo de Minas do governador D. Pedro de Mascarenhas, se situou na Ressaca, conquistando e tomando posse pelo rio de Gavião, Batalha, Arraial, Xoxá,

---

<sup>29</sup> Livro de registro eclesiásticos da Villa de Santo Antônio do Urubu. Registro presente no arquivo do Santuário Lapa, cidade de Bom Jesus da Lapa-BA, sob a administração da UNEB.

Cachorro, Barra de Xoxá, Salinas e Aruba e pela beirada do Rio de Contas, o sobredito João Gonçalves. E por que hum filho do mesmo mestre de campo conseguisse do governador de Minas haver as fazendas de seu pai, auxiliando com tropas para aquele fim, foi tal a resistência que encontrou no dito João Gonçalves, que huma batalha de morte e de ferimentos se travou, mas que não escapando aos soldados foi conduzido prezo para Minas Novas, com outros, de cuja cadeia fugindo se tornou a refugiar nos referidos sertões.<sup>30</sup>

O documento acima, é o primeiro que não poupa críticas a João Gonçalves, assim como as memórias que foram mantidas na tradição oral e recolhida pelos memorialistas, essas fontes fazem um paralelo com as outras documentações que elogiam Costa, como carta de Cypriano, as documentações do governador de Ilhéus, e o que foi escrito pelo próprio João Gonçalves da Costa em suas memórias, e que serviram de construtora de sua boa imagem católica. O “Costa se esquivou em revelar o lado violento de suas conquistas, preocupando-se apenas em ilustrar as vitórias de sua iniciativa” (IVO, 2012, p.101). enaltecendo seus atos, Costa se tornou figura destacada na memória e história local. Além de registros da memória local que apontaram o lado violento das conquistas, o ouvidor da comarca de Ilhéus, Balthazar da Silva Lisboa, expressou críticas sérias às entradas de João Gonçalves, e seus filhos, onde além de desmerecer as origens mestiças de sua família, o identifica como desordeiro, violento e incompetente, entre as suas palavras cita:

Hum quarto de légua abaixo dos Funis, quis naquele terreno o meu antecessor estabelecer uma vila de índios, que chegou a levanta-la, mandando para a mesma vir os índios de Almada e de várias outras partes, mas tal foi a desordem do pároco com o diretor, que a fazenda real somente tirou o prejuízo das somas dispendidas, sendo aliás aquela vila de suma importância para servir de registro, que embaraçasse o contrabando do ouro descido das minas, pelas estradas dos Sertões da Ressaca.<sup>31</sup>

Ao elencar os problemas com a Fazenda Real, é possível fazer inferência com o documento do padre Cypriano que não quis tomar partido a respeito do que seria a possível problemática de Gonçalves com a Casa da Fazenda<sup>32</sup>, em sua viagem a Cidade do Salvador. Se tratam de interesses políticos, das diversas elites político-econômicas que trava assim uma série de jogos de interesse. “Costa submeteu os índios e ainda explorou a mão de obra nativa na construção de aldeamentos, empreendimento acompanhado de

---

<sup>30</sup> *Anais BN*, v. 36. Ofício do ouvidor da comarca dos Ilhéus Balthazar da Silva Lisboa para Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, no qual lhe comunica uma interessante informação sobre a comarca de Ilhéus, a sua origem, a sua agricultura, comércio, população e preciosas matas. Cairú, 20.03.1799.

<sup>31</sup> *Ibidem*.

<sup>32</sup> *Anais BN*, v. 34. Representação do padre Cypriano Lobato Mendes dirigida a Dom Pedro III sobre a situação econômica da Capitania da Bahia, em que se contem notícias muito interessantes. Bahia, 31.07.1788.

violência” (IVO, 2012, p.110). As aldeias forneceriam a mão de obra especializada que ajudaria a abertura de caminhos e construção de vilas e estradas, esse processo levou a conflito entre diferentes nações, dizimação e o quase massacre das populações indígenas.

A violência foi um elemento presente durante todo o período de domínio e consolidação da Conquista e fundação do Arraial da Vitória. O príncipe Maximiliano ao falar dos moradores do lugarejo evidencia a presença e práticas de violência difundidas entre as camadas mais pobres da população. Em seu relato cita que “a malandrice e uma inclinação imoderada para as bebidas fortes são traços distintivos do caráter desses homens; daí resultam disputas e excessos frequentes, que tornam detestável esse lugar de má fama” (WIED-NEUWIED, 1940, p. 409).

Para o viajante eram essas pessoas, “trabalhadores e desocupados”, ressaltando a violência com o exemplo ao afirmar que “cada um, como é perigoso costume da terra,” portava um estilete ou punhal na cintura” (WIED-NEUWIED, 1940, p. 409). Sobre a elite local, Maximiliano afirma que era formada por núcleos familiares descendentes dos primeiros colonizadores, provenientes das grandes fazendas que circundavam o povoado e os identifica como pessoas “sérias e consideradas”.

Essas famílias, aos olhos do Príncipe, eram responsáveis pela “boa imagem” do lugar por promoverem a economia do algodão e a pecuária. Podemos afirmar, entretanto, que a conduta violenta dos moradores da região não foi exclusiva das camadas pobres, pois as acirradas e violentas disputas entre as famílias dominantes foram típicas da vida social da região desde os primórdios da sua história (OLIVEIRA, 2012, p. 44).

Destacamos assim as mais importantes famílias que compuseram o cenário da elite local, dos fazendeiros que circundavam a região ocupada entre os séculos XVIII e XIX: “Gonçalves da Costa, Oliveira Freitas, Fernandes de Oliveira, Lopes Moitinho, Oliveira Dantas, Santos Silva, Gusmão, Gusmão Cunha, Gusmão Sales, Prado, Ferraz, Ferraz de Araújo, Andrade, Leal Menezes, Correia de Melo, Nunes de Oliveira, Lemos, Fonseca e Viana” (SOUZA, 1999, p. 28). Após abrir estradas e administrar fazendas, herdadas de seu sogro e ampliar seus limites após conflitos e aldeamento de indígenas, o capitão João Gonçalves se mudou para a região da Uruba, na Fazenda Cachoeira, território que hoje pertence ao município de Manoel Vitorino-Bahia. Porém seus descendentes permaneceram realizando um trabalho semelhante ao do pai, bem como dando prosseguimento na manutenção da fortuna por ele conquistada.

## **2.4 - A Igreja e os indígenas nos sertões da Conquista.**

Além de ter ofertado as terras do patrimônio da Igreja Católica, João Gonçalves da Costa e seus filhos, tiveram um papel importante no aldeamento dos índios, antes da chegada dos missionários. A religião Católica institui-se como religião oficial nos sertões conquistados, enquanto as religiões dos indígenas foram consideradas, superstição, barbárie, gentilismo, idolatria e assim decaindo, para um status de não religião, associado a ignorância dos povos autóctones, e muitas vezes a demonização de seus rios e práticas. Para os colonizadores trazer o índio ao cristianismo era uma forma de serviço ao sagrado e de valor incalculável, como notamos nos constantes elogios do Governo ao papel do sertanista João Gonçalves da Costa como o responsável pela pacificação dos índios.

Vários problemas se encontraram mediante as perspectivas de atendimentos dos fiéis, a Igreja com o marquês de Pombal mudou as políticas de aldeamento priorizando a criação de novas vilas em substituição ao antigo sistema jesuítico. O padre do sertão contou assim com dois mundos em constante luta, dois tipos de fregueses, ou melhor dois tipos de pároco que se opunham também as suas concepções dos processos decorrentes, o padre dos índios e o padre das vilas. O clero atuou de duas formas no Sertão da Ressaca, na primeira forma não era protagonista das relações em relação as aldeias, eram indígenas e colonos os responsáveis de costurar tais relações. O padre ao chegar nas fazendas e arraiais desempenhava o seu papel de cumprimento da ritualística, o índio se aceitasse o batismo, era tratado no mesmo modo que os demais sertanejos do lugar, iria assim se somar a uma classe de trabalhadores pobres que auxiliavam os colonos em uma relação sujeita a animosidades. Cabia ao colono o papel de diretor de índios, domesticá-los.

Foram os capitães gerais que fizeram a redução dos índios, algo bem diferente do modelo antigo onde eram os Sacerdotes que tomavam a iniciativa de reduzir os indígenas, como foi o caso dos inúmeros aldeamentos jesuíticos iniciados desde o século XVI, e findados com a expulsão da ordem pelo Marquês de Pombal. Em sua abertura de estradas, com a ajuda dos índios que estavam sob seu controle, João Gonçalves da Costa chegava a passar de oito a dez meses desaparecido nas matas (SOUSA, 2001). Essa familiaridade e conhecimento das matas e a sobrevivência as mais inóspitas condições só foi possível com o auxílio de inúmeros indígenas que auxiliariam o serviço de Costa. O seu destaque foi elogiado por integrantes do clero.

O papel de missionar os indígenas, o que antes era dividido com os jesuítas, ficou por conta das demais congregações e do clero secular. A fala de Cypriano na carta, onde

sugere a criação de uma nova diocese abrangendo o litoral e sertões sul da Bahia, demonstram o prestígio político desse agente, apesar de toda a retaliação sofrida pelos religiosos de sua companhia, mas também um elogio ao trabalho de Costa:

Quem dera, Senhor, que Vossa Alteza fizesse em Porto Seguro uma grande cidade e um bispado. (...) Buscando o Sertão umas 50 ou 60 léguas. (...) que só assim se cultivarão aquelas férteis terras e ricos sertões, os quais se acham povoados de número de gentios, estes conquistados, por cima, pelo insigne conquistador o Capitão Mor João Gonçalves, com facilidade se poderá conquistar estes gentios, que além de grande serviço que se fará a Deus, grande utilidade e interesse se dará a Coroa Portuguesa.<sup>33</sup>

Após emitir uma série de elogios a região sul da Bahia e aos limites da mesma, Padre Cipriano narra as desventuras que João Gonçalves passou na Cidade do Salvador, quando em viagem foi requerer o pagamento pelos serviços da abertura da estrada e do aldeamento na região dos Funis do Rio de Contas, na ocasião não foi bem recebido pelas autoridades, por razões intencionalmente não esclarecidas pelo padre. A respeito do pároco que acompanhou a João Gonçalves no aldeamento dos Funis, Cipriano salienta:

Agora proximamente chegou o vigário que tinha mandado S. Ex. Revm.º para aquelas aldeias, com a notícia de que se tinham convertido outras, e que procuraram o grêmio da igreja e veio a pedir padres a S. Ex. Revm.º para a cura destes novos católicos; nada lhes deferem, trazendo-os a prática e acham-se umas e outras aldeias reconvertidas, sem ter quem as instrua nos dogmas da fé, quem os batize, diga missa e os enterre; e se tornarem o seu gentilismo quem serão culpados para com Deus? Este é o Santo Prelado que está na metrópole da Bahia, que só cuida de saber se os clérigos são casados.<sup>34</sup>

O padre fez uma crítica a respeito da administração do arcebispo aos sertões, e ver que a carência de novos sacerdotes era importante para essas missões. Apenas no século XIX, o clero soma-se aos colonos e índios nesse processo, um padre assume esse papel pela primeira vez no Sertão da Ressaca no ano de 1821. Não sabemos qual destino se deu ao mesmo. Essa interferência vem das caatingas, é um agente do clero secular que desce o curso dos rios. Enquanto a atuação de João Gonçalves e família é com os Mongóios as do padre Manoel é mais intensa com os Imborés. As terras da Mata do Cachimbo que ligavam o sertão na altura do Arraial da Conquista e a Região dos Ilhéus foi um dos últimos focos de trabalho missionário do Sertão da Ressaca, delegado aos padres seculares e depois aos Capuchinhos,

---

<sup>33</sup> *Anais BN*, v. 34. Representação do padre Cypriano Lobato Mendes dirigida a Dom Pedro III sobre a situação econômica da Capitania da Bahia, em que se contem notícias muito interessantes. Bahia, 31.07. 1788.

<sup>34</sup> *Anais BN*, v. 34. Representação do padre Cypriano Lobato Mendes dirigida a Dom Pedro III sobre a situação econômica da Capitania da Bahia, em que se contem notícias muito interessantes. Bahia, 31.07. 1788.

Recriavam-se espaços por essa gente acaboclada, na qual não se queriam reconhecidos nem o índio, nem o branco, mas que configurava um cristão católico mestiço, superando a oposição original. De resto um processo mais amplo que faz a sociedade brasileira étnica e culturalmente mestiça. Esse cristão caboclo quase não tem merecido estudo no campo baiano. (SILVA, 2000, p 76)

A outra intervenção da Igreja aconteceu a partir de 1842, onde, os padres e religiosos capuchinhos, desempenharam o aldeamento dos indígenas na região. Os religiosos subiram o curso dos rios da Cachoeira, vindo de Ilhéus até chegarem a região do Cachimbo do Rio Pardo. Os capuchinhos transitaram entre as três nações e muitas das desventuras nos aldeamentos se dão decorrentes de misturar nações rivais em uma mesma comunidade. “Aumentava a população incorporada ao processo colonizador e rapidamente decrescia a população autóctone” (SILVA, 2000, p. 76). Uma civilização que se construiu entre mundos diferentes, filha da resistência e da violência mediante as alteridades. Desse processo, podemos considerar o caboclo o mestiço o sinal a ser desvendado.

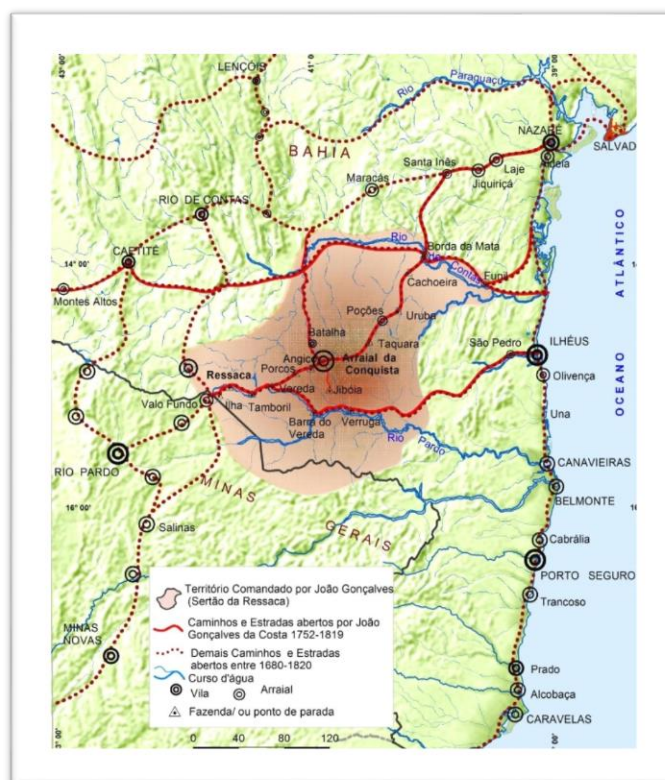


Figura 5 – Mapa do território do Sertão da Ressaca - Centro Sul da Bahia: estradas e aldeamentos criados por João Gonçalves da Costa entre 1750 e 1819.

Elaborado pelo autor com base em informações documentais do Arquivo Histórico Ultramarino – Biblioteca Nacional – Brasil (2013) e do livro *Viagem ao Brasil de Maximiliano – 1817* (1940), e do Atlas Geográfico de Vitória da Conquista (2015).<sup>35</sup>

## 2.5 - A câmara e o clero nas terras de Nossa Senhora

As capelas dos arraiais e aldeamentos indígenas no sertão da ressaca não serviram apenas aos cultos religiosos, tinham também importância política, pois nos pequenos lugarejos de povoação colonizadora eram nas capelas que aconteciam as reuniões administrativas locais de cunho civil e militar, como escolha de juizes de paz dos distritos ou mesmo como no Arraial da Conquista, a casa de oração, abrigou em suas dependências tais reuniões, e mesmo quando elevada à condição de vila, o seu consistório serviu para reunião da câmara de vereadores. Só depois de algum tempo a vila passou a ter casa própria para a Câmara. No caso das missões, as capelas eram o abrigo do clero que residia no meio dos povos originários, e assim traçavam as estradas da conquista indígena<sup>36</sup>.

Em 1829 aparece nos documentos da Câmara da vila de Caetité a localização das capelas sob a jurisdição de seu termo, confirmando assim a importância desses espaços nos distritos<sup>37</sup>. Apesar de estar sob a jurisdição civil e militar da Freguesia do Rio Pardo, os padres mesmo ligados ao governo do arcebispado de Salvador, eram cotados como candidatos de pleitos políticos civis nas Câmaras de vereadores das villas da região, e participavam também das eleições de juizes de paz dos distritos. As freguesias do Sertão de Cima, e Norte de Minas mesmo distantes entre si, não eram isoladas, vemos assim que a uma conexão interligando toda essa região, unindo poderes distintos, de administração civil e religiosa, entre as diferentes capitâneas da Bahia e a de Minas Gerais. Contudo essa união era repleta de problemas também, o que veio a ser resolvido ao longo do século XIX. Um exemplo para ilustrarmos, foi nas eleições para vereador na Villa de Caetité em 1829, onde 8 padres concorreram a disputa eleitoral, e o padre Manoel Moreira foi eleito como vereador mais bem votado sendo ao todo 97 votos<sup>38</sup>.

---

<sup>35</sup> Mapa disponível no artigo: *O Papel de João Gonçalves da Costa na Produção do Espaço Baiano – entre os séculos XVIII e XIX, as origens do território de vitória da conquista*. ROCHA. Geopalta, vol.2 núm. 3, p. 83-89, 2018. UESB. link: <https://www.redalyc.org/journal/5743/574362571006/html/>

<sup>36</sup> . APEBA- Seção: Colonial e Provincial. Presidência da Província, Governo da Câmara.doc. nº: 1469.

<sup>37</sup> APEBA- Seção: Colonial e Provincial. 1823-1834. Correspondências entre o Presidente da Província e a Câmara de Caetité Maço-1274. Cópia de Ofícios.

<sup>38</sup> Ibidem.



Em 1833, o consistório da Capela de “Nossa Senhora da Vitória da Conquista, termo da Villa Nova do Príncipe e Santana Termo de Caetité”<sup>39</sup>, foi palco das eleições para Juízes de paz para o arraial da Conquista e para o distrito dos Poções. A cerimônia foi presidida pelo padre João Nepomuceno Moreira Pinho, Pároco da Freguesia, cuja sede era em Minas Gerais. As cerimônias começaram com uma missa “Depois de celebrada a Missa do Espirito Santo”, deu-se início as eleições.

As Câmaras exerceram papel importante desde o primeiro século de colonização portuguesa, seus vereadores eram escolhidos entre os chamados “homens bons” da localidade, geralmente homens de riqueza e donatários, a presença do clero nessas disputas, apontam o fato de ser a Igreja um local de ascensão social na hierarquia do Estado. A mesa da Câmara era composta por alcaides, juízes ordinários, procuradores e almotacés e constituíam o governo das vilas, formavam o Senado da Câmara e deliberando sobre diversos assuntos administrativos como, abastecimento, segurança, prática de ofícios, emprego de pesos e medidas, limpeza e conservação urbanas, multas e circulação tendo também algumas atribuições judiciais e militares do lugar (LEONZO, 1986, p. 322).

Após a elevação do Arraial da Conquista a condição de Villa, sua Capela continuou a ser por um tempo seu centro político administrativo, as eleições para vereadores e reuniões da Câmara aconteciam no consistório da Capela de Nossa Senhora da Vitória, mesmo palco de eleições para juiz de paz dos distritos de Conquista e Poções anos anteriores. Em 1842, a Câmara, em meio as demandas do lugar, solicitou ao arcebispo a presença de padre missionário, para a função de atender a população indígena, o que corrobora com as afirmações a respeito de as questões indígenas e seus descendentes se arrastariam até o século XX, na região, apesar do silenciamento ou a crença do extermínio total dos povos originários nos primeiros contatos com os colonos.

He igualmente urgente necessidade de um pároco missionário, que nos traga conselho nome e virtudes a possibilidade de ser obedecido e respeitado por todos eles, em cuja capacidade se adquirirá nem só a catequese; como tão bem a terrível contingência da mendicidade. (A Câmara ao Prelado diocesano 13 de junho de 1842)<sup>40</sup>.

A associação da mendicidade e pobreza na então vila era um problema antigo, em 1817, já era observado pelo príncipe Maximiliano. Eram os indígenas e seus descendentes que compunham esse lugar de marginalidade na vila, e o que é interessante também é

---

<sup>39</sup> Ibidem.

<sup>40</sup> APEBA- Seção: Colonial e Provincial. Presidência da Província, Governo da Câmara.doc. n°: 1469.

entender que em 1842 eles resistiam a serem “civilizados”, conforme apontado pelo documento onde a catequese era tida como necessária. O fato é que indígenas e seus descendentes, continuariam arrastados à pobreza extrema.

Entre as sessões de 1842 e 1844<sup>41</sup> da Vila da Vitória, outros sacerdotes são citados em ata, alguns por vezes fazendo a vez do pároco que “encontrava-se ausente”, a exemplos: em 1844 o Padre Francisco Rodrigues Dias e em 1848 o padre Antônio Maria de Jesus. Apesar da presença clerical, é notável percebermos na documentação elementos de separação que se acentuariam ao longo da segunda metade do século XIX entre as instâncias civil e religiosas no país e tomam reflexo na vila. O começo das querelas das instancias civil e religiosa, apareceram pela primeira vez quando os vereadores desejaram alugar uma casa, e não mais presidir as reuniões do consistório da capela por insatisfação do pároco. O padre apesar de ter autorizado, voltou atrás na concessão feita junto ao fabriqueiro da matriz, chegando “há ponto de já terem sobre isso disputado superioridade de jurisdição<sup>42</sup>”. Quando chegou a vila em 1840, o pároco provavelmente já encontrou o cargo de fabriqueiro em exercício de um leigo, essa função é como a de sacristão, responsável por zelar por todos os bens do patrimônio da igreja local inclusive os cofres de ofertas e os dízimos. Além da função de zelo, por cofres e alfaias, ao cargo de fabriqueiro somava-se o de juiz de capelas dependendo do território. Os vereadores solicitam a intervenção do Governador da Província, para deixar claro a independência das instâncias civis e militares no uso do consistório da Igreja Matriz, argumentou-se, pois, o seguinte:

Súplica a Câmara Provincial tanto à Vossa Excelência se dignar esclarecer-lhe, se, avista da falta acima dita, e da disposição do artigo 334 do Código do P. C., e aviso de 25 de novembro de 1834, pode ela livremente, e sem permissão alguma continuar a funcionar no dito consistório, onde igualmente se celebram as sessões judiciárias, por força da citada lei. 13 de junho de 1848<sup>43</sup>.

As disposições afirmam revelam a interação de instituições em um Estado confessional, e onde um civil que não era ligado de forma direta ao corpo hierárquico eclesiástico, mas que como bom Católico possuía na Villa da Vitória, e demais capelas da Bahia aquela época uma importância social, bem definida.

Em 1855, os vereadores pedem ao governador da província um esclarecimento a respeito de qual instituição deveria assumir a função de fiscalização e aplicações das

---

<sup>41</sup> Ibidem.

<sup>42</sup> Ibidem.

<sup>43</sup> APEBA- Seção: Colonial e Provincial. Presidência da Província, Governo da Câmara.doc. nº: 1469.

punições da não limpeza das ruas e praças bem como asseio das fachadas dos casarios e roçar a vegetação que crescia no largo da matriz. O motivo dessa problemática, se quanto função da Igreja na figura do fabriqueiro ou dos vereadores, se deu pelo fato que a cede do município foi instalada nas terras de Nossa Senhora, ou melhor, os fundadores do ainda arraial doaram os terrenos a Santa:

A Câmara municipal da I.V.V. julga conveniente consultar a Vossa Excelência sobre a seguinte dúvida; se pertencendo o terreno desta vila a Nossa Senhora da Vitória, a quem ela deve pagar fôros; sendo de costume ser a praça e ruas desta vila limpas das relvas, que renascem nas húmidas estações custa do rendimento da fábrica e impugnado o atual fabriqueiro segundo o costume dos seus antecessores, deve ser ou não, limpas à custa da Câmara<sup>44</sup>.

Em 1858, as questões continuaram sem uma ampla resolução, e os vereadores retornavam ao Governador a cobrança de quem pertenceria o cuidado com a limpeza da relva crescente em especial nos períodos de chuva. É notório aos vereadores o uso da mesma justificativa, que por receber o fabriqueiro os foros de arrendamento das terras da Nossa Senhora, caberia a ele tal cuidado dos terrenos. Uma possível tensão a respeito de um tema que adentrou disputas de cunho cível e religioso até o tempo presente.

---

<sup>44</sup>. Ibidem.

### **3 - DE VITÓRIA A VITÓRIAS: A DEVOÇÃO A VIRGEM MARIA NO PLANALTO DA CONQUISTA**

A devoção a Padroeira da cidade de Vitória da Conquista, se insere no ramo da Religiosidade, é um tema muito visitado por memorialistas e historiadores da região. Segundo Tanajura, (1992), Nossa Senhora da Vitória, se trata de um título mariano dedicado pela Igreja Católica à Maria, Mãe de Jesus. Tal invocação floresceu na Península Ibérica e recebeu maior popularidade após as guerras de reconquista em Portugal.

Existem dois títulos de origem e história diferentes, mas que se fundiram no século XX, cujo as histórias se entrelaçam ao da padroeira de Vitória da Conquista. A evocação de Nossa Senhora da Vitória, escrito no singular, é encontrado em toda a documentação referentes a região entre os séculos XVIII e XIX, título oriundo da tradição portuguesa, confirma sua identidade com as dos colonizadores da região, os responsáveis pela divulgação dessa devoção. O título de Nossa Senhora das Vitórias escrito no plural, remete a uma tradição francesa popularizada no Brasil apenas no começo do século XX, o que evidencia uma europeização a francesa do catolicismo brasileiro, a partir de então o nome da padroeira é referenciado no plural e no singular, mas é com os padres Capuchinhos que definitivamente a Senhora do lugar passou a ser invocada sob a denominação francesa grafada no plural.

Em 1772, o Frei Agostinho de Santa Maria, importante promotor da religiosidade luso brasileira, em sua obra “Santuário Mariano, História das Imagens Milagrosas de Nossa Senhora”, publicado em Lisboa. O livro se constitui como um grande compêndio a respeito do culto a Virgem Maria, manifestado através de imagens sacras, muitas tidas como milagrosas pelos fiéis. Na vasta extensão do Império Português à época, o autor descreve dados históricos, milagres atribuídos às diversas invocações marianas, e a memória que circundava ao redor delas.

No “Santuário Mariano” o culto mais antigo à Nossa Senhora da Vitória, em Portugal, remete ao século XIV, e se espalhou por todas as regiões de domínio do Império Português entre os séculos XVI, XVII e XVIII. Na Bahia se destacam dois santuários a santa, um em Salvador por volta de 1549, e outro em Ilhéus no ano de 1595. A construção dos santuários, foram gestos de gratidão após êxitos militares dos colonizadores à posse do território, espoliado dos nativos, como bem salienta o autor:

A primeira Paróquia, e Igreja Matriz, que teve a Cidade da Bahia, que ao depois se chamou Cidade de São Salvador, ou Bahia de todos os Santos, foi a casa de nossa Senhora da Vitória, título adquirido de uma grande vitória, que os Portugueses alcançaram com o favor de nossa Senhora contra os Índios; porque estimulados estes do mal trato de alguns dos nossos; unidos todos em um copiosíssimo exército, intentaram lançar de todo fora das suas terras aos nossos Portugueses, e como estes os venceram, e destruíram com o favor de nossa Senhora, pela grande vitória, que ela lhe deu contra todo aquele Gentilismo, lhe impuseram então o título de Vitória (MARIA. 1772, p.)<sup>45</sup>.

O cronista Tranquilino Torres, 1859-1896, foi autor de um dos primeiros registros oficiais, sobre os conflitos contra os indígenas na região do Planalto da Conquista. Em paralelo aos escritos de Frei Agostinho, confirmou que a memória do título da padroeira do Arraial da Conquista e sua ligação aos conflitos com os indígenas, sustentando assim o mito fundador da aristocracia local. O sertanista, Capitão Mor, João Gonçalves da Costa, “mestre de campo, animando seus companheiros e soldados, promete a Nossa Senhora da Vitória elevar no lugar do triunfo, se vencesse uma capela com aquela invocação” (1996, p. 44). Confirmando assim a devoção a Nossa Senhora da Vitória implantada no Planalto da Conquista como vinculada à tradição portuguesa, já estabelecida àquela altura em outras localidades da Província da Bahia, como na Cidade do Salvador e na de São Jorge dos Ilhéus.

Outro relato é o de Spix e Martius, entre 1817 e 1820, presentes no livro: “*Viagem pelo Brasil*”<sup>46</sup>. Mesmo não estando no Arraial da Conquista, eles notaram que às gentes dos sertões do norte de Minas e Bahia, possuíam costumes comuns, fruto das semelhanças do clima e povoamento dessas regiões

Medeiros contribui com uma vasta pesquisa a respeito do culto mariano na cidade (2015), e implantação do catolicismo. Ele afirma que logo após o êxito nas batalhas, o coronel João Gonçalves edificou uma pequena casa de oração, cumprindo assim sua promessa. Tomando como base a carta do Capitão Gonçalves da Costa ao Intendente Geral do Ouro, João Ferreira Bittencourt em 1782, foi mencionada a existência de uma igreja construída no arraial. Sobre o local desse primeiro templo não se chegou a um consenso de sua real localização o que pode ser onde hoje está levantada a Catedral Metropolitana de Vitória da Conquista, ou no sítio onde hoje abriga o Cemitério do

---

<sup>45</sup> Frei Agostinho de Santa Maria.

<sup>46</sup>SPIX, J. B. V., MARTIUS, C. F.V. Viagem pelo Brasil. Vol.2. 3ª Ed. São Paulo- SP. Melhoramentos-IHGB-MEC. 1976.

povoado da Batalha, é importante lembrar que à “Fazenda Batalha”, abrangia uma área bem maior<sup>47</sup>.

O culto mariano, no século XIX, continuou ocupando lugar de destaque na Bahia. O professor Luiz Mott, ao escrever sobre as vivências religiosas dos colonos, em um capítulo do livro *História da Vida Privada*, salienta que: “Um dos traços marcantes da espiritualidade luso-brasileira sempre foi a devoção preferencial de nossos colonos por Maria Santíssima” (1997, p. 184). Em uma cultura patriarcal, como justificar o demasiado culto a figura feminina da Virgem Santíssima? Segundo Mott, com base em outros pesquisadores, “a supervalorização da mariologia entre nós, seria uma faceta do machismo ibero-americano, uma sorte de compensação sobrenatural para contrabalançar a inferiorização do segundo sexo na sociedade colonial” (1997, p. 184). Pensando assim não é de se espantar que muitos dos difusores desse culto a Nossa Senhora, sejam homens, mesmo que suas vidas algumas vezes não sejam das mais devotadas aos mandamentos do cristianismo.

Sobre as devoções e religiosidade na Bahia, conto com os diversos trabalhos de Edilece Sousa (2004; 2010; 2013; 2016; 2018). Sobre as devoções a Nossa Senhora, de um culto pacífico e agrícola, antimilitarista, foi se transformando no final da Idade Média, época das invasões castelhanas, em santas guerreiras “e intervieram favor dos soldados portugueses contra os castelhanos e também contra os mouros no Marrocos, durante a conquista portuguesa do século XV (2004, p.99)”.

Todas as pesquisas até aqui mencionadas ilustram o culto a Virgem das Vitórias e seu lugar na memória local bem como na história da Igreja no Brasil. Contudo a de se destacar os fatos que se dão nos processos de ocupação dos sertões onde a Virgem da Vitória foi utilizada como personagem dos mitos de origem. Para tratar dos conflitos de ocupação e seus desdobramentos, temos como referência a publicação de Maria Aparecida, *A Conquista do Sertão da Ressaca* (2001). Em suas pesquisas a autora destaca a figura da padroeira como “grandes detentoras de terras na região”. “Os bens da Senhora da Vitória, não se resumiriam a matriz, sede da Freguesia, “em 1815 João Gonçalves doara uma faixa de terras para patrimônio da casa de oração no valor de 140\$000, garantindo, dessa forma, o vínculo com o poder religioso.” Demarcou assim seu poder e daqueles que seriam os seus descendentes”. Segundo a documentação não foram poucas

---

<sup>47</sup>- MEDEIROS, Ruy Herman. *Notícias da Velha Casa de Oração*. Disponível em: ruymedeirosblogspot.com.br. Consultado em dezembro de 2015.

as famílias que doaram terras a santa, apenas com o desenvolvimento da pesquisa poderemos sistematizar as relações entre os devotos e a padroeira.

Apenas no início do século XX a freguesia de nossa Senhora passou a celebrar a sua padroeira com as tradicionais novenas, antes disso se sabe apenas da existência das festas em louvor ao Divino Espírito Santo, “que eram feitas com grande pompa, como dizem, com banquetes por dias e dias”<sup>48</sup>. Provável que o mastro que se observa em algumas fotografias em frente à matriz era levantado em honra ao Divino Espírito Santo, em seu dia no Pentecostes. Segundo Viana “quem fez as primeiras festas em louvor ao Divino Espírito Santo, nos primeiros anos da Vila da Vitória, foi Dona Faustina Gonçalves da Costa”, a esposa do Capitão João Gonçalves. Segundo Candido Costa e Silva,

A festa de Pentecostes veio incorporando novas motivações ao longo do tempo. Até porque o conteúdo atribuído à celebração, os objetivos buscados, variavam no conjunto dos crentes. Importa lembrar, ainda que brevemente, a relação da festa assim concebida, com seus promotores em Portugal, D. Diniz e D. Isabel, a rainha santa. O influxo da doutrina de Joaquim de Fiori relativa à idade ou era do Espírito Santo recebeu a Rainha, através dos franciscanos, aos quais estava ligada. Era que seria construída pela subversão igualitária, pela partilha fraterna do alimento farto e pela libertação dos oprimidos (SILVA. 2000. p. 102).

As festas do Divino são muito populares em todo Brasil, foi uma herança de origem portuguesa que de norte a sul assumiu diversas formas, aqui ela adquiriu influência de outras matrizes culturais com elementos próprios de índios e negros. Na vizinha Vila dos Poções o Divino Espírito Santo foi proclamado como padroeiro e erguido uma capela, e a ele fora doado terras pela família do bandeirante João Gonçalves da Costa.

Com pouca assistência eclesiástica, as populações sertanejas recriavam suas práticas de fé, embasadas no catolicismo popular, em espiritualidade que mesclavam elementos do catolicismo medieval português e práticas oriundas de grupos indígenas e africanos

Entre as preocupações dos moradores da Vila e Freguesia estavam o bem morrer, isso significa que a preocupação com as despesas fúnebres foi sempre presente entre seus moradores, o que envolvia uma série de despesas para o custeio das cerimônias. E estar mais próximo do Paraíso era visto como ser enterrado na Igreja ou em algum cemitério próximo a esta. O espaço de enterro das pessoas, a princípio, foi a Igreja de Nossa Senhora da Vitória, nas chamadas catacumbas existentes em seu interior

---

<sup>48</sup> Livro do Tombo da Freguesia de N. S. da Vitória, fevereiro de 1905.

Os testamentos da época são importantes fontes históricas sobre o cotidiano cultural e econômico da região, mas também religioso. No testamento da senhora Faustina ela encomenda à quantidade de missas para sufrágio de sua alma após seu falecimento, escreve: “Declaro que meu testamenteiro mandará celebrar doze missas a São Sebastião, doze ditas a Nossa Senhora da Vitória, doze a Nossa Senhora da Conceição e doze ao Divino Espírito Santo” (VIANA, 1982, p.12). Através dos testamentos conseguimos identificar quais devoções eram mais populares entre os moradores da localidade. Como matriarca de uma das principais famílias povoadoras do local, percebemos como os santos de devoção familiar dos Gonçalves da Costa foram instituídos como patronos da localidade.

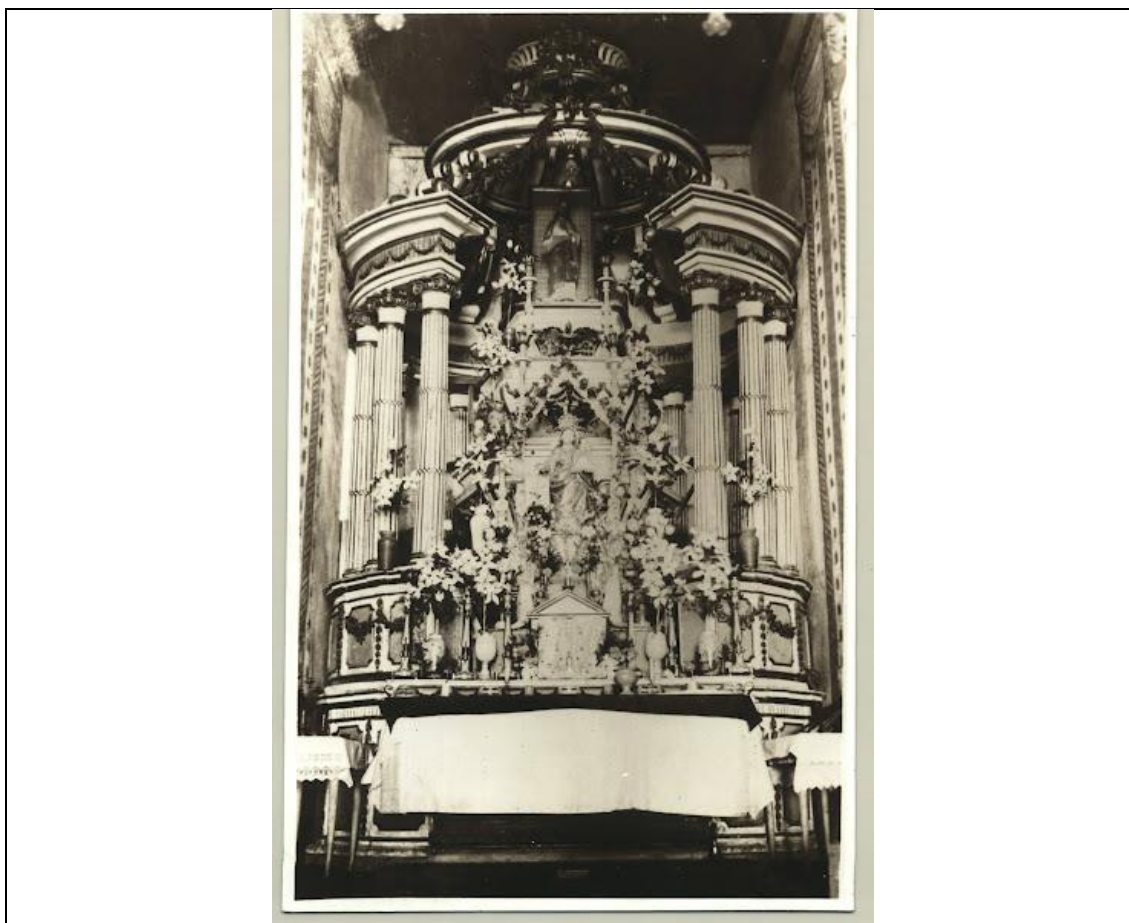


Figura 6- **Fotografia do Altar-mór da Antiga Matriz.** Destaque a Imagem de Nossa Senhora da Vitória.<sup>49</sup>

A partir de 1830, por influência estrangeira e recomendações dos médicos sanitaristas, os enterros nas igrejas passaram a ser visto com maus olhos (REIS, 1991, p.

---

<sup>49</sup> Foto pertencente ao acervo do Museu Regional de Vitória da Conquista- Casa Henriqueta Prates.



247). A presença dos cadáveres sepultados nas igrejas foi tida como responsável pela propagação de doenças e epidemias. Essas ideias influenciaram os administradores da vila da Vitória, conforme uma solicitação da Câmara em 1859, notificando a situação como um grave problema ao presidente da província:

gozando outrora esta Vila de ar puro, tem certo tempo a este desenvolvido enfermidades que pasmam, como assim sejam as contaminadas febres cataras (sic) e outras pensa-se se provenientes dos muitos corpos enterrados na Matriz. a construção do cemitério nesta Vila é de utilidade pública Duas décadas depois dessa solicitação, os oficiais da Câmara informaram à Assembleia Legislativa que a Igreja, além de não suportar o número de mortos nela enterrados, “ameaça desabar, acontecendo o que poderá perder o centro da Província o seu mais belo templo, e caríssima se tornará a sua reconstrução, o cemitério em falta do qual são os corpos inhumados na arruinada Matriz” (IVO, 2004, p. 84,86).

Apesar da notificação, nada foi feito e a autorização e verbas não chegaram. Em 1876 houve uma nova apelação pelos oficiais da Câmara, que foi atendido em junho daquele ano a aprovação para a construção do cemitério por parte do governo. Em 1879 havia informação de que a obra estava bem adiantada (2004, p. 85). Ivo lembra ainda que a Igreja Matriz em 1858 não estava em boas condições por conta das rachaduras, conforme solicitações feitas para a reforma desta também.

### **3.1 - Reforma Católica e conflitos inter-religiosos em Conquista na Primeira República**

Na República -, “a vila foi elevada à condição de cidade, passando a denominar-se, a partir de 1º de julho de 1892, Conquista” (SOUZA, 1999). Os trinta primeiros anos da república foram de intensa transformação no cenário religioso nacional. Desde a transição da Monarquia, a Igreja Católica vivia um intenso processo de renovação inspirado nas diretrizes vindas da Cúria Romana, e independência do padroado. A Reforma empreendida na Igreja Católica decorreu durante a segunda metade do século XIX no que tange ao organismo macro da instituição Igreja em todo o domínio católico, mas no Brasil esse processo adentra as primeiras décadas do século XX, e é auxiliado com a laicização do Estado.

Na Cidade de Vitória da Conquista, esse movimento reformador só vai ser sentido com a chegada do padre Manoel Olympio no ano de 1906, o que demonstra que os movimentos religiosos possuem uma duração maior em relação as efetivas mudanças dos

processos de organização da vida espiritual de seus fiéis e líderes. No período anterior, como já estudamos, o cotidiano da Igreja na cidade caracterizou-se muito semelhante ao existente no período Colonial, e mesmo as divergências que durante o Império abalaram a Igreja nacional, não encontramos indícios de interferência nos documentos estudados. A exceção foi a chegada de novas confissões religiosas para a região, como os Batistas em meados de 1900 e as doutrinas do Espiritismo Kardecista em 1890, bem como a laicização do cemitério antes pertencente à administração eclesiástica, além da mudança de nome para Conquista, o que indica um traço de dissociar o nome Vitória, que faz referência a padroeira da cidade, do nome do município (AGUIAR, 2007).

Ressaltamos aqui como e em qual contexto teve origem esse processo na cidade, e de como ele extrapolou os limites da instituição católica afetando a sociedade conquistense como um todo ao longo da primeira metade do século XX. O que estamos chamando de reforma católica em Vitória da Conquista se configura como um movimento muito maior que tem suas raízes consolidadas durante o século XIX, mas que apenas veio a refletir mudanças significativas na pequena cidade de Conquista a partir de 1906, por ação da figura carismática do padre Olímpio. Esse movimento foi de suma importância para a manutenção do poder da Igreja Católica no país, na constante tentativa da Igreja em conservar o seu prestígio na sociedade em meio às diversas mudanças políticas daquele século. A Reforma Católica no século XIX está ligada ao movimento conhecido como Ultramontanismo (Além dos Montes, referente a França, onde teve início) ou Romanização, desenvolvida no seio da hierarquia católica e que segundo Cristina Ferreira S. Souza:

O grande ideal dos bispos de tendência ultramontana, ou seja, de apoio irrestrito ao Papa, consistia em desvincular a Igreja da Coroa e submetê-la às determinações romanas. A este processo alguns historiadores, (...) chamam de romanização, e está relacionada a um movimento universal da Igreja, ou seja, estabelecido em todas as dioceses católicas, que naquele momento se tornaram totalmente obedientes as decisões papais (2005, p.93).

Os fatos ocorridos nesse período marcaram as diretrizes elaboradas pelos bispos no Brasil e no mundo, e em práticas que foram se consolidando ao longo das décadas seguintes. A Igreja se viu ameaçada por inimigos externos, frutos da filosofia do Iluminismo e da Revolução Francesa. A princípio sua reforma tinha como principal objetivo a luta contra as doutrinas e ideologias liberais que trouxeram grandes mudanças com a instituição do Estado republicano, democracia, laicização do Estado, queda do

Antigo Regime e suas influentes Monarquias absolutas, e a presença de religiões concorrentes filha do Protestantismo em suas variadas ramificações e o Espiritismo, (doutrina francesa que mesclava, ciências naturais, religião e filosofia).

Todos esses movimentos e processos históricos que marcaram a modernidade e o período contemporâneo, levou a Igreja a buscar “reconquistar o monopólio político da sociedade, através de uma reforma entre o clero e os fiéis (SOUZA, 2005, p. 53)”. Internamente a igreja lutava contra a falta de instrução de seus clérigos e catequização dos fiéis, algo que teve início com o Concílio de Trento. “A Igreja foi buscar instrumentos de resistência no que possui de mais forte para enfrentar as tribulações a que estava sendo submetida em meio à onda de modernização que encarava a religião como um agente de impedimento para o processo de elevação social” (SOUZA, 2005, p. 96).

Com a implantação do sistema republicano seus principais idealizadores questionavam a influência do poder da Igreja no Estado e fazia uma crítica a tal relação vista como retrógrada e danosa para o desenvolvimento econômico e social do Brasil. A República veio a ser instalada em 1889, por um golpe promovido pelos militares com o apoio da aristocracia, e em 1890 houve a separação oficial da Igreja do Estado, e o fim do padroado. Solange Alves lembra que “a situação institucional católica se agravou, uma vez que nos anos iniciais do novo regime travou-se uma batalha ideológica para legitimá-lo e todas as correntes criticavam abertamente a Tradição Católica” (2003, p. 45). No entanto, a Igreja elaborou vias de continuar a sua influência nesse novo cenário, e se viu livre do aparelho do estado para melhor consolidar suas reformas aos padrões romanos, era uma volta a Sé, uma redefinição da identidade Católica que no Brasil estava ainda repleta de elementos culturais próprios.

O concílio de Trento realizado no século XVI foi o maior sintetizador do que veio a ser o pensamento da Igreja na modernidade, e foi nele que se consolidaram as bases doutrinárias das reformas católicas até a metade do século XX. Ao longo desse período se fortificou o poder do papa, o que culminou com a decisão do Concílio Vaticano I (1864), no qual foi definido o dogma da Infallibilidade Papal. Corroborando com os estudos de Cristina Ferreira, podemos nos questionar como um Concílio do século XVI viria a influenciar reformas em uma instituição na Bahia, até o início do século XX? Lembrando que ao longo do período colonial tentou-se transplantar para o catolicismo português as práticas definidas em Trento, mas que não tiveram tanto desempenho devido, como assinala no primeiro capítulo, as deficiências do clero na América Portuguesa e a falta de recursos materiais.

Corroborando com estudos de Israel dos Santos (2006), que lembra que a tendência política e organizacional da Igreja Católica passou a acompanhar o sistema federativo brasileiro vigente na República, mesmo com a separação do Estado, e foi do interesse da hierarquia eclesiástica alcançar a maior quantidade de fiéis, reformulando as fronteiras de suas circunscrições administrativas no chamado processo de estadualização. As novas dioceses que foram planejadas e criadas posteriormente decorriam do processo da reforma e restauração e respeitavam as fronteiras políticas e administrativas dos Estados.

Não só a Igreja assumiu nova conjuntura com a proclamação da República, mas também as elites locais, no caso de nossa pesquisa, a elite conquistense do início do século XX. As elites políticas locais passavam por um processo de transformação, e o poder em conjunto passou a ser valorizado, diminuindo assim o mandonismo individual de muitos dos coronéis que foram obrigados a se aliarem a partidos políticos da capital, como explica Belarmino Souza (1999, p. 148),

o advento do regime republicano, com um forte caráter federalista, aproximou mais os diversos níveis de poder do Estado, reduzindo a autonomia dos chefes políticos locais, que, no regime anterior agiam com a desenvoltura de verdadeiros mandões. Apesar da aparência de poder na região, efetivamente, os chefes políticos locais, os coronéis, passaram a depender cada vez mais do apoio, e do vínculo com os grupos hegemônicos na política estadual, para manterem as condições e os recursos viabilizadores do seu poder local. Nesse novo contexto, controlar a municipalidade, e, por meio dela, vincula-se ao poder estadual.

A Igreja procurou fazer alianças com esses coronéis, dando legitimidade a seus atos e se fazendo presente na vida pública. Enquanto os políticos se associavam às camadas de maior poder estatal, como as instâncias estaduais, a Igreja, que perdeu seu espaço na esfera do Estado, se associou às pequenas instâncias políticas locais, em suas freguesias para assim continuar sua influência e poder na sociedade. A hierarquia católica aproveitava-se dos eventos sociais como enterros, batizados, casamentos, posses e inaugurações e assim se aproximava desses chefes que viam na Igreja um forte elemento de apoio para suas campanhas (SANTOS, 2006).

O movimento de reestruturação da Igreja na Bahia com o advento da República começou em meados da década de 90 do século XIX, com D. Jerônimo Thomé da Silva (1849-1924), se estendeu até as décadas de 30 do século XX com seu sucessor Dom Augusto Álvaro da Silva (1876-1962). Não podemos nos esquecer de que outros bispos anteriores também tiveram papel fundamental na reforma, e influenciaram os contornos

adotados na República.

Foi sob o bispado de Dom Jerônimo que chegou à Freguesia de Nossa Senhora da Vitória o padre Manoel Olympio no ano de 1905, sob as devidas orientações e obediências ao seu bispo. O padre Olympio recebeu na capital uma formação diferenciada, ao contrário de seu antecessor, e conseqüentemente já se enquadrava no rol dos padres reformados. Até a criação de uma diocese na cidade de Conquista em 1957, a cidade esteve ligada a Arquidiocese de Salvador e depois a Diocese de Amargosa, esteve sob a liderança dos bispos D. Jerônimo, D. Augusto, e logo em seguida com a criação da Diocese de Amargosa em 1941, D. Florêncio (1942-1969). Padre Olympio foi um dos empreendedores e talvez o maior responsável em seu período pela reforma católica na cidade de Conquista, no período de 1905 a 1918<sup>50</sup>. Relatou no livro de Tombo da paróquia que:

No primeiro de janeiro de mil novecentos e cinco, às onze horas do dia, celebrei pela primeira vez aqui o santo sacrificio da missa na Igreja Matriz desta cidade da Conquista e Freguesia de Nossa Senhora da Victória em presença da grande massa de pessoas que vieram assistir a minha posse. Depois da missa li a provisão pela qual o Exm<sup>o</sup>. Revem<sup>o</sup>. Sr. Arcebispo Primaz Dom. Jerônimo Thomé da Silva me teria nomeado Vigário encomendado desta dita Freguesia<sup>51</sup>.

Podemos afirmar que o foi um exemplo de presbítero que seguia os rumos da renovação propostos pela Igreja de sua época. Este pároco estabeleceu na cidade as políticas eclesiais de expansão e consolidação de um novo padrão romano de catolicismo pretendido pela hierarquia eclesial, a exemplo de projetos de assistência à educação e a saúde e criação de novas irmandades religiosas, reforma devocional e dos costumes do clero e dos fiéis, conforme nos evidencia a documentação. Mas para que a Reforma saísse do papel o padre Olympio contou com o apoio da elite local.

Ao chegar à cidade ele constatou que o estado da freguesia tanto do ponto de vista material quanto o espiritual era deplorável. Nos dez primeiros anos da República pouca coisa mudou na vida dos sertanejos da cidade de Conquista e fregueses da paróquia de Nossa Senhora da Vitória em relação às práticas católicas. Possuíam uma assistência eclesial quase nula, onde o elemento popular prevalecia.

Mas não era apenas de preceitos católicos que se desenvolvia a realidade nesses

---

<sup>50</sup> Era natural de Currealinhos, distrito de Livramento de Nossa Senhora, hoje cidade de Dom Basílio (TANAJURA, 1992, p.60).

<sup>51</sup> Livro de Tombo da Paróquia Nossa Senhora da Vitória, 20 de janeiro de 1905.

sertões. Podemos afirmar que os elementos de culturas indígenas e africanas estavam presentes de maneira sincrética nesse espaço. Os diversos códigos de postura existente ao longo da existência da vila e posterior cidade já demonstravam intolerância e proibição às práticas oriundas das religiões de matriz africana, mas as mesmas não caracterizavam risco para o catolicismo que até então, conforme afirma Itamar Aguiar, “durante quase todo o século XIX, foi o catolicismo a única religião praticada livremente e como religião oficial”. “Quanto às religiões afro-brasileiras, nas fontes pesquisadas, não foram encontrados, no período, quaisquer registros de cultos organizados” (1999, p.64).

Com a república o ambiente estava fértil para a implementação de novas doutrinas religiosas, essas já se desenvolviam na Bahia através dos missionários protestantes e da doutrina espírita que atingiam a princípio as camadas elitizadas. Apesar da condenação da Igreja que se sentia ameaçada com essa diversificação do campo religioso, elas penetraram o sertão chegando a conquistar membros na cidade de Conquista nas últimas décadas do século XIX.

O monopólio católico na região foi quebrado com a chegada das novas doutrinas do espiritismo e do protestantismo, ambas as religiões cristãs, que estavam dispostas a converter as gentes sertanejas. Os espíritas e os protestantes tiveram trajetórias similares no que diz respeito a sua entronização em todas as camadas da sociedade local, a começar pela aristocracia rural com suas famílias tradicionais, como confirma a tese do professor Itamar Pereira de Aguiar (2007). Como trabalhamos no capítulo anterior, a tradição católica foi implantada pela família Gonçalves da Costa, mas após a proclamação da República e mesmo antes temos a família “Dantas, responsáveis pela introdução do Espiritismo Kardecista nos anos de 1890 e particularmente, os Silva e Gusmão, que implantam o Protestantismo e criam a Primeira Igreja Batista” (AGUIAR, 2007, p.38).

Em 1900 os protestantes Batistas já possuíam igreja instalada na fazenda Felícia, pertencente aos Gusmão, e em 1905 passaram a realizar seus cultos em uma casa na Rua da Várzea. Segundo as narrativas e documentos recolhidos pelo pesquisador Itamar Aguiar, foi o fazendeiro Tertuliano Gusmão o primeiro conquistense a ajudar na formação de uma comunidade protestante na cidade. Anos antes de instalar oficialmente a igreja, em uma viagem a Areias (atual Abaíra), onde ia vender uma boiada ele teve contato com um pastor e comerciante de bíblias que estava sendo perseguido por populares naquela zona, o mesmo o defendeu e presenteou o coronel Gusmão com uma bíblia. Ao voltar para Conquista, Tertuliano passou a fazer reuniões com parentes e amigos, na qual era feita leituras dessa bíblia e eram pregadas as ideias e doutrinas protestantes em especial a

que fala sobre o batismo, que para os mesmos só poderia ser de imersão e aplicado em adultos. Não demorou muito e ele trouxe da cidade de Santo Antônio de Jesus o protestante Antônio Teófilo de Queiroz, para melhor evangelizar nas reuniões da fazenda. Queiroz casou-se com uma de suas filhas e foi o responsável pelos primeiros batizados. O mesmo foi consagrado pastor pelo missionário Taylon em Salvador, e ao retornar a Conquista iniciou a primeira Igreja protestante em 1900, sendo durante vinte anos o seu primeiro pastor (AGUIAR, 2007, p.142- 143).



Figura 7 - Foto do primeiro templo Evangélico de Vitória da Conquista, 1ª Igreja Batista, Chegada do novo pastor Gérson Correia da Rocha.<sup>52</sup>

Segundo Elizete Silva (1998, p.7-8), os grupos Batista, assim como os presbiterianos, metodistas, congregacionais e episcopais, fizeram parte do chamado protestantismo de missão. Uma marca fundamental desse protestantismo é o seu empenho proselitista. Em sua dissertação de mestrado, Leonardo Ferreira de Jesus (2014) esclarece que a venda e distribuição de literatura religiosa foram uma das principais armas de divulgação dos grupos protestantes de missão no século XIX, e ele elenca quais foram as principais tentativas de divulgação das novas doutrinas que também contou com o apoio da imprensa e dos grupos liberais, as polêmicas geradas em torno dos debates de católicos e protestantes na imprensa serviram como principal meio de divulgação das ideias protestantes:

---

<sup>52</sup>Acesso em 17-11-2022. Link: <https://fotosdevitoriaconquista.wordpress.com/category/anos-50-cronologia/>.

Pondo em questão a credibilidade da Igreja Católica, os protestantes se apresentavam como os verdadeiros cristãos, aqueles que, por cumprirem o que a bíblia afirmava, estariam de acordo com as ordenações divinas, logo pela obediência, seriam salvos. Se até então, a Igreja Católica no Brasil não tinha nenhum concorrente que oferecesse a salvação da danação eterna, agora estavam diante de um adversário que exigia bastante atenção (JESUS, 2014, p.53).

A chegada dos protestantes ao Brasil se deu de forma organizada, eles vieram preparados para as possíveis tensões que enfrentariam frente ao catolicismo hegemônico. “Além dos recursos financeiros enviados pelas sociedades missionárias de suas respectivas denominações e sociedades bíblicas, as missões protestantes foram favorecidas pela conjuntura política, social e religiosa no Brasil oitocentista” (JESUS, 2007, p.40). Os liberais viram no protestantismo a oportunidade de crescimento do Brasil, um interessante fator para solucionar o “atraso nacional” associado ao catolicismo, “isso em contraposição ao protestantismo, associado ao progresso, a modernidade” (JESUS, 2014, p.115).

A família Dantas foi a responsável pela divulgação e institucionalização do espiritismo. O antropólogo Emerson Giubelli afirma que o marco inicial da doutrina espírita o ano de 1857, “quando Allan Kardec sistematiza a doutrina em seu *O Livro dos Espíritos*” (2008, p.14). A partir de então foi disseminado na última metade do século XIX, em todo o mundo. Em 1860 temos notícias de grupos espíritas formados no Brasil. A princípio seus primeiros adeptos “não enxergavam o espiritismo como a negação ao catolicismo” (JESUS, 2014, p.14), mas com o passar do tempo esse diálogo com católicos passou por diversas fases. Os jornais foram a sua maior fonte de propaganda e debates com a Igreja católica, fazendo assim com que pessoas que nunca tiveram conhecimento com a nova doutrina sentissem curiosidade em conhecê-la de perto. Tanto os espíritas quanto os protestantes associavam suas crenças ao progresso. “É evidente que a ideia de progresso não era completamente igual para esses dois grupos, mas ambos destacavam suas crenças e dogmas aos desafios de um novo tempo” (JESUS, 2014, p.93).

O espiritismo em Vitória da Conquista teve em Ernesto Dantas seu primeiro disseminador, ele chegou na cidade em 1890, se estabelecendo na Fazenda Jequitibá, ali “inaugurou uma escola e começou a difundir os ensinamentos espíritas entre todos os que o cercavam” (CIPRESTE, 2008, p. 18). Homem de vasto conhecimento intelectual, esteve diretamente ligado a imprensa local e foi através da imprensa de outros estados que ele passou a ter contato com a doutrina espírita. Teve como principal colaborador espírita o



Cl. Francisco Soares de Andrade (coronel Chicão), que em sua casa serviu para as primeiras reuniões espíritas. Os meios intelectuais estiveram diretamente ligados ao espiritismo na cidade de Conquista. Em fins do século XIX juntamente com o Dr. João Dantas Barreto e o farmacêutico César Vieira de Andrade, Ernesto Dantas fundou a primeira instituição espírita organizada na cidade, O Centro Espírita Conquistense onde nas “reuniões se produziam efeitos físicos como levitação de corpos, receituário mediúnico, passes e movimento de objetos” (CIPRESTE, 2008, p. 20). Ainda assim os espíritas não foram tão favorecidos com a República.

Para os protestantes, a proclamação da República e a Constituição de 1891 significou maior liberdade religiosa. Para os espíritas significou a discriminação legal por algumas décadas. O Código Penal de 1890 proibia práticas espiritualistas, o que favoreceu a perseguição policial ao espiritismo (JESUS, 2014, p. 116).

Nas pesquisas realizadas não foi encontrada em Conquista perseguição policial ao espiritismo, o que não significa que não aconteceu em algum momento tal confronto. A presença de agentes políticos como o Cl. Chicão que também era funcionário público pode ter ajudado a amenizar a perseguição legal ao espiritismo kardecista na cidade, bem como a influência dos Dantas, o que não aliviou as perseguições de cunho religioso ante as doutrinas espíritas promovidas principalmente pelos católicos. Em meados do ano de 1906, segundo a Revista Espírita de nº 8, chegava a duas mil pessoas o número de simpatizantes pela nova doutrina (CIPRESTE, 2008).

Com a chegada de padre Olympio em 1905, foram registradas no Livro de Tombo as primeiras tensões no campo religioso entre católicos, protestantes e espíritas na região. As disputas e perseguições por clientela religiosa já existiam e geravam certo mal-estar na sociedade. O Cl. Tertuliano Gusmão, por exemplo, antes de se tornar protestante era católico ferrenho, e o fabriqueiro (responsável em guardar e zelar os bens da matriz), e ao abraçar o protestantismo o mesmo passou a ser hostilizado pelos demais católicos (AGUIAR, 2007).

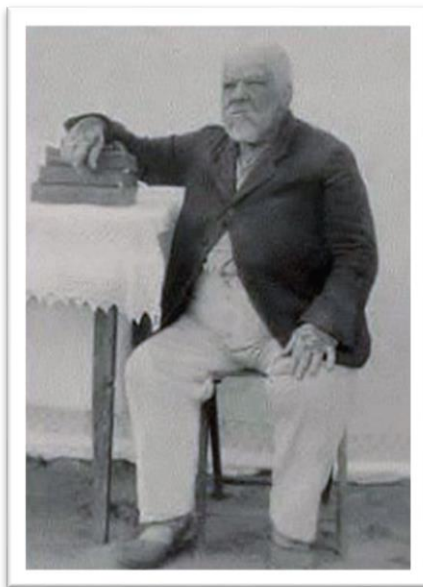


Figura 8 - **Fotografia de Tertuliano Gusmão**, responsável pela fundação da primeira comunidade evangélica da cidade<sup>53</sup>.

Padre Olympio ao se deparar com o campo religioso existente na pequena cidade responsabilizou os problemas de sua igreja as religiões concorrentes já bem definidas e organizadas àquela altura. Descreveu que o protestantismo e o espiritismo se “dignou a melhor plantar as suas perniciosas raízes que muito tem prejudicado a fé primitiva dos habitantes dessa zona”. Padre Olympio assumiu a postura de sua instituição e condenou o Protestantismo e a doutrina espírita, e ainda os colocou como principais responsáveis pelo “lastimável estado espiritual de seus fiéis”. Nessa mesma parte do Livro do Tombo o clérigo elencou as principais deficiências espirituais de seu recém-adquirido rebanho cujo “o povo não dispensa muita atenção ao padre, e nem tem muita vivência aos sacramentos e nem as coisas sagradas” com “raras exceções, e essas felizmente bem edificantes”<sup>54</sup>.

Padre Olympio apontou também a falta de assistência religiosa católica como responsabilidade de seus antecessores, ao perceber que muitos dos que iam se casar tiveram “educação religiosa em outro tempo”, e não sabiam o conjunto básico de orações católicas. Exagero ou não do sacerdote, padre Olympio tinha ciência que não seria fácil o trabalho na freguesia e como a área era extensa, logo recebeu a ajuda de um padre assistente. Os conflitos passaram a acontecer de maneira direta, como os episódios que iremos elencar em seguida.

Os confrontos religiosos achariam um ambiente fértil na cidade e a violência era

<sup>53</sup>Acesso: 10-12-2022. Linki: <https://fotosdevitoriaadaconquista.wordpress.com/category/anos-10-1918>.

<sup>54</sup> Livro do Tombo da Freguesia de Nossa senhora da Vitória, 1906.

marca registrada na região, a presença do jagunço e do coronel era reinante onde a justiça se via distante, e o mandonismo assumia grandes proporções. A face da maior parte de seus fiéis como relata preocupado o sacerdote: “De ordinário não sabem ouvir o santo sacrifício da missa, a qual assistem fora da matriz, de chapéu na cabeça, sentados, conversando e as vezes bem armados”<sup>55</sup>.

Segundo os estudos de Belarmino de Jesus Souza, responsável por aprofundar os estudos a respeito das famílias conquistense e política no período republicano, alguns episódios de conflitos entre as diversas parentelas que compunham a endogamia local estavam frescos na memória do povo como a “guerra do pau de espinho”, e alguns anos mais tarde quando o padre Olympio não estaria mais na cidade o confronto entre Meletes e Pé duros. “E esse cenário de penúria e miséria é palco constante para o surgimento de pecadores, sempre violentos devido às desgraças provocadas pela opressão do poder público que não atende os mais pobres” (SOUZA. 1999. p. 20).

A figura da mulher em uma sociedade patriarcal foi vista como a apaziguadora, responsável pela paz familiar, talvez seja por isso que Padre Olympio começou a suas reformas devocionais na freguesia cuja violência assumia contornos escancarados, através da devoção à Virgem Maria, Nossa Senhora, convidando as moças e mulheres para junto com ele festejarem o mês mariano, pela primeira vez na freguesia no ano de 1905.

A figura feminina ganhava notoriedade no contexto do catolicismo desse período, pois se os homens estavam ligados cada vez mais ao mundo moderno e suas possibilidades de ascensão econômica e social, a Igreja via nessa massa de indivíduos, ainda não tragados pelos valores modernos, um exército pronto para defender os seus valores e as suas doutrinas contra os males da modernidade (SANTOS, 2006, p.127).

O outro passo na implantação a essa devoção foi convidar o povo para celebrar a festa de Nossa Senhora da Vitória, a padroeira da cidade e também proprietária da maior parte das terras do município naquele período, colocando como data o dia 08 de dezembro, dia da Imaculada Conceição da “Virgem”. A devoção a Maria “surgiu na Idade Média e prolongou-se pela Idade Moderna, todavia, teve seu auge nos séculos XIX e XX” (SANTOS, 2006, p.125). Para organizador da primeira festa da padroeira da freguesia, padre Olympio elegeu como “festeiro” o Senhor doutor João Diogo de Sá Barreto, e os festejos foram realizados sem muitos problemas pela primeira vez em 1905. O festeiro

---

<sup>55</sup> Livro do tombo da Freguesia de Nossa Senhora da Vitória, fevereiro de 1905.

tinha como principal papel arrecadar as esmolas, e mais tarde organizar as quermesses e leilões para cobrir as despesas da festa. Geralmente eram convidados para “festeiros” as pessoas da elite da local.

Interessante notar que a princípio Nossa Senhora da Vitória tradicionalmente comemorada em 15 de agosto, foi comemorada nos dois primeiros anos no dia da Imaculada Conceição de Maria, cujo dogma foi proclamado em 1854, logo em seguida o da infalibilidade papal em 1870, também importante para afirmar o poder do bispo de Roma, um século importante para o culto mariano e para a história da igreja na sociedade:

Daí em diante o culto nas suas diversas formas tendeu a aumentar. Há na essência deles uma necessidade de combater tanto as críticas liberais como as críticas protestantes. A figura da “Virgem” de alguma forma representava tanto a pureza da “Santa Madre Igreja”, como elemento de diferenciação, das doutrinas principalmente a protestantes. (...) Era uma forma de afirmação da doutrina católica pela diferenciação das demais crenças (SANTOS. 2006, p. 125).

Os primeiros anos de festa de Nossa Senhora da Vitória não foram muito fáceis, pelo que atesta a documentação, coincidindo justamente com os primeiros conflitos da Igreja local, através de sua hierarquia e demais fiéis com os participantes de outras crenças. A paróquia em si reunia características rurais, além de ser uma cidade pequena, o campo e cidade se misturavam nas ruas de Conquista, uma realidade diferente em relação a capital naquele período. A maior interferência eclesiástica começava a se manifestar nas ruas e o padre Olympio ia construindo uma rede de alianças com a elite local e as demais instituições de poder na cidade. Em 1908, terceiro ano de celebrações da festa, a data foi modificada para o dia 15 de agosto, dia da Assunção de Maria ao Céu, por conselho do Bispo e também por conta das chuvas de dezembro que atrapalhavam a maior concorrência de fiéis. Padre Olympio se questionou nesta festa: “Não sei, porém que há que não podemos celebrar com pleno regozijo a festa de Nossa Senhora, pois sempre nessa ocasião aparece um desgosto, uma contrariedade qualquer que esfria e desmerece o entusiasmo mesmo dos que tem melhor desejo”<sup>56</sup>.

Em oito de dezembro de 1906, segundo ano da festa, por conta das chuvas o padre Olympio celebrou a missa festiva na matriz e adiou para o dia dez daquele mês a procissão da padroeira. O padre tinha passado alguns meses na Europa e quem conduziu os trabalhos por alguns meses foi o seu coadjutor, o padre Manuel Hyginio.

---

<sup>56</sup> Livro de Tombo da Freguesia de Nossa Senhora da Vitória. 1908.

Nesse período seu coadjutor fez vários sermões contra os protestantes e espíritas, o que ocasionou polêmica na cidade, desencadeando em mal-estar entre os fiéis, notado pelo padre em sua chegada e acarretou no protesto após a procissão do dia dez, “Uma página negra da história” como descreve o padre Olympio:

Um grupo de pessoas exasperados corriam as ruas a cavalo em gritos e urros pavorosos parecendo monstros perversos que vomitavam blasfêmias tremendas contra a Igreja, os santos, e S. S. Virgem e contra nós padres a quem ameaçavam de arrastar de casa e para nos porem fora. Felizmente o povo tomou a nossa defensiva, quando pacientes, e resignados a horda de tais terríveis agressores que envergonhados fugiram, mas que dificilmente lavaram a lama com que se nodoaram e a sua terra. Os que se exibiram em tal malfadada cena se dizem espíritas e protestantes. Para honra de seu nome convém lembrar-se aqui o nome de Paulino Viana que foi quem valorosamente assustou a fúria dos que temerosamente nos afrontavam, tomando de armas em punho a nossa casa, no que foi seguido por outros muitos, que, nos cercando de segurança, repeliram os gratuitos e covardes inimigos, sem felizmente haver nenhuma violência física<sup>57</sup>.

O discurso de ódio foi algo marcante nos dois lados envolvidos da história, a ponto de chegarmos a essa altura em um conflito armado. O que não significa ter sido vontade do padre Hygino que os episódios acabassem de maneira tão grave. Os relatos de protestantes e espíritas também nos dão conta de perseguições pelos católicos como consta nas pesquisas de Itamar Aguiar, ao informar que “o padre recomendava aos seus adeptos a queimarem toda a literatura evangélica que recebessem dos protestantes hereges” (2007, p, 144). Ambas as crenças compartilhavam de discursos de aversão umas as outras.

Afirmar que os protestantes eram “hereges”, “apóstatas”, “falsificadores”, “ladrões”, “tão horrível em sua doutrina quanto foi criminoso em suas pretensões, e iníquo nos seus meios”, certamente conduziria o fiel a agir de maneira intolerante. Da mesma forma, o discurso protestante, ao afirmar que o catolicismo é uma religião que “comete um gravíssimo erro” ao “dar culto a imagens” e que, por isso a Igreja Católica não poderia ser a “igreja de Cristo”, contribuiu para deixar o campo religioso bastante tenso (JESUS, 2014, p.33).

Os conflitos começaram a se generalizar com a mudança dos Batistas para a sede do município em 1905, e por ocasião da construção do templo Batista ainda na rua da Várzea. Como narra Aguiar, entre muitos episódios dos Batistas, está o seguinte relato: através de um protestante chamado Altímo Teixeira que escreveu narrações de fatos contra os batistas, onde dizia que “dentro da igreja os crentes eram apedrejados [...] a esposa do pastor foi atingida por uma pedrada [...] resultando no local da pedrada um tumor”. Em outra entrevista uma senhora batista descendente de Cel. Tertuliano afirmou que: “Os grupos se armavam com armas de repetição para atacar os crentes na igreja, mas

---

<sup>57</sup> Livro de Tombo da Freguesia de Nossa Senhora da Vitória. 18 de dezembro de 1906.

os crentes prostrados em oração em orações desestimulavam-nos do intento perverso e tomavam outro caminho” (AGUIAR, 2007, p. 144).

Uma das pessoas que ficou popularmente conhecida pelo seu envolvimento nas querelas religiosas foi a senhora Euflosina Maria de Oliveira Freitas Trindade, bisneta de João Gonçalves da Costa, conhecida como dona Flor (Fulô) Roxa do Panela, era parteira e católica fervorosa. Como nos relata as fontes, por ser descendente dos implantadores do catolicismo local Fulô se sentia no dever de proteger com unhas e dentes o legado de Nossa Senhora da Vitória. Ela foi uma das responsáveis da festa da padroeira no ano de 1906. E tinha dito ao pastor Queiroz “que o mesmo nunca instalaria sua igreja na cidade”, “provavelmente por tais declarações, Fulô do Panela ficou marcada como quem autorizava pessoas a picharem durante a noite as portas das casas dos batistas com uma cruz de cor preta”. Suzimar dos Santos Novais, ao tratar as “Mulheres Sertanejas”, entre as analisadas estava Flor:

Era uma mulher de atitudes extremadas, qualificada como alguém que impunha respeito por ser muito justa. Era católica fervorosa, fé esta que motivou posicionamento contrário a instalação da primeira Igreja Batista na cidade de conquista, a ponte de: “toda noite Flor desfazia a construção que havia sido feita durante o dia, e o interessante é que todos sabiam que era ela mas ninguém tinha coragem de enfrentá-la. (NOVAIS, 2011, p. 92)

Os espíritas também sofreram perseguição, como o apedrejamento das casas onde se reuniam, como relata Antônio Cipreste ao tratar a vida de Alfredo Prates Filho seu Filó, relatando a sua primeira visita a um centro da cidade no momento de sua primeira reunião em 1924: “Filó se encantou com os fenômenos! Principalmente porque recebera com boas vindas, uma chuva de pedras que se ouvia cair no telhado do centro espírita” (CIPRESTE, 2008, p. 51). Mas foi no auge dos conflitos de 1906 que Euclides Dantas escreveu o poema “Cantilenas” contra os católicos, do qual descreveu bem o pensamento espírita em relação ao catolicismo com todos os adjetivos de religião do atraso, sustentando a sua superioridade. O discurso amistoso com relação à igreja católica estava distante de Euclides Dantas naquele momento, em uma cidade dividida por múltiplas crenças.

Nobre povo, acorda! É tempo! Abre os olhos! Fita a Luz!  
De verdade trilha a senda, que ao progresso nos conduz!  
Irmão despertai! Alerta escutai, que a voz da razão percorre a amplidão!  
Deixai os antros da ignorância, onde o clero se mantém!  
Foge o mal que vem das trevas, segue a luz que gera o bem!  
Se o seu suor locupleta o clero que nada faz,  
É porque, de olhos fechados, os seus pés curvados estás!  
Paladino de mentira, verdugos sem coração.  
Não sabem os que te exploram, o que seja compaixão!  
Infernos, penas eternas, Satanás e confissão.

Eis de Roma as ímpias armas, a monstruosa invenção!  
Nunca foram tais torpezas, ensinadas por Jesus.  
Justiça, amor liberdade, legou-nos ele na cruz!  
Esse julgo que te avilta, arranca e quebra de vez!  
Dos males varre essa lepra, imita o povo francês!  
Eis! Os tempos são chegados, diz o céu, a terra, o ar!  
Dessa Igreja corrompida para sempre baquear! (CIPRESTE, 2008, p.19)

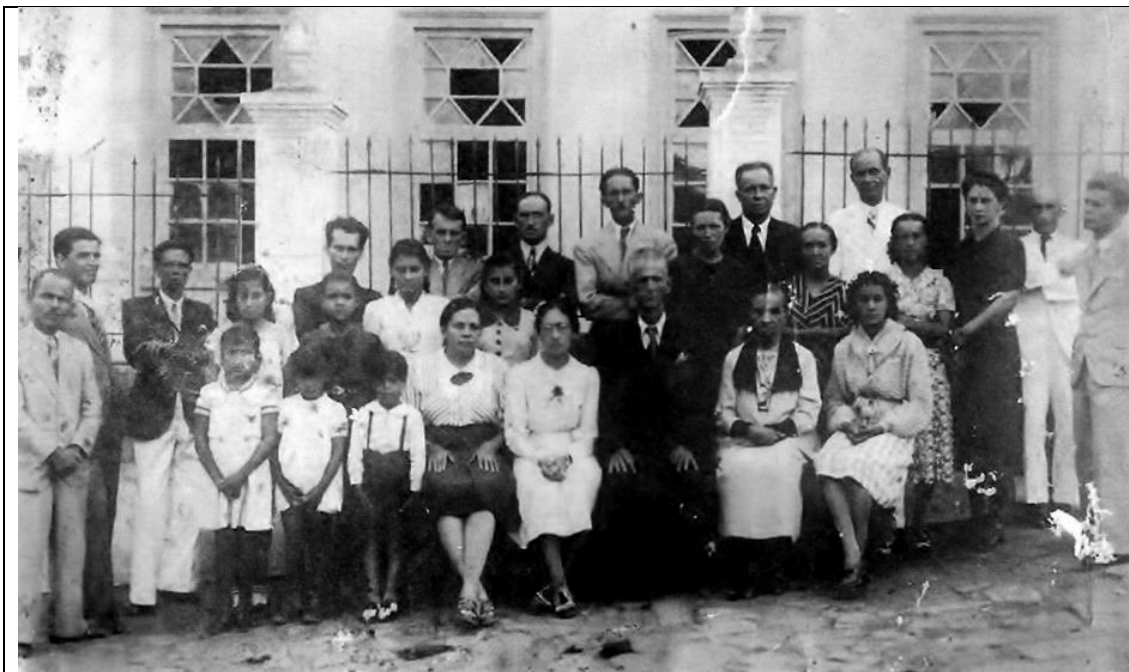


Figura 9 - Foto em frente primeira casa espírita de Vitória da Conquista (Espíritas kardecistas) <sup>58</sup>

Por conta dos conflitos inter-religiosos o arcebispo fez a transferência do padre Hygino, e em seu lugar chegou à cidade o cônego Exupério Gomes. Padre Exupério teria aconselhado a Flor para que não continuasse a perseguição aos protestantes. Os conflitos continuaram até o ano de 1908, com a reforma do código de posturas do município e o acordo de paz feito pelo coronel Gugé e Tertuliano Gusmão. A paz voltou a reinar enquanto esses coronéis foram vivos pondo um momento de trégua ao cisma, e apenas com a morte desses voltaram a eclodir dissidências, a princípio por conta da construção do terceiro templo Batista quando o vigário tentou embargar a obra, por estar sendo construída nas “terras pertencentes à padroeira”. Mesmo assim a Igreja Batista ficou pronta no ano de 1928.

---

<sup>58</sup> Disponível em: <https://fotosdevitoriaconquista.wordpress.com/category/anos-10-1914/> acessos em: 05 de outubro de 2022

O padre Manoel Olympio lutou para que as terras pertencentes à Igreja por conta das doações dos primeiros colonizadores fossem aforadas. Foi através do Senhor Sá Barreto que o padre se colocou a par dos assuntos relacionados ao patrimônio da Matriz e as terras que foram doadas para Nossa Senhora da Vitória. Ao chegar à cidade tomou logo ciência do assunto recorrente no meio popular, mas não encontrou nenhum documento referente a doação das terras, apenas os marcos que definiam os limites das doações, e canhotos das taxas cobradas pelos aforamentos dos terrenos por padres anteriores.

Não achava documento que justificasse a aludida doação, quando por felicidade benevolente me foi oferecida pelo ilustríssimo Senhor Dr. João Diogo de Sá Barreto uma escritura que, não sei como foi parar em seu poder, ao qual se refere duas doações feitas, uma por João Gonçalves da Costa no ano de 1815, outra por João Mendes da Cunha no ano de 1837. De posse desta escritura procurei providencias para por em prática a cobrança do aforamento do terreno<sup>59</sup>.

Além de encontrar um ambiente hostil por parte do povo pouco instruído, e que logo sofreu conflitos inter-religiosos, padre Olympio resolveu cobrar dos moradores da cidade um imposto específico das terras, fora o dízimo e as expostulas tradicionais da igreja, o laudêmio, e a cobrança foi também um dos combustíveis nas desavenças. As questões referentes as terras se arrastaram por vários anos, a inadimplência dos foreiros era comum, variando o pagamento das taxas, e nunca se conseguiu alcançar o total equivalente aos valores relativos as terras. Outras pessoas além de Sá Barreto ajudaram o sacerdote, inclusive fazendo as devidas cobranças para a comunidade local:

Muito me tem auxiliado para execução deste direito na espinhosa cobrança de aforamentos o S. Major Hermínio da Silva Piau, que relevantes serviços me tem prestado para esse fim, medindo propriedades, organizando escrituração e avisando aos contribuintes da obrigação que têm e lutando mesmo com dificuldade por causa da má vontade de muitos que não querem reconhecer o justo direito da Igreja<sup>60</sup>.

Dom Jerônimo Thomé de Sousa ao tomar conhecimento dos terrenos em sua visita pastoral a cidade entre os dias 12 e 21 de agosto de 1907, pediu a padre Olympio que organizasse melhor a documentação e contratasse os serviços de um ajudante, desde que esse estivesse submetido as suas regras. “Havemos por bem nomear cobrador dos foros de Nossa Senhora da vitória da cidade de Conquista, ao Senhor Tenente João Antônio Menezes<sup>61</sup>”. Além das demais competências inerentes a um bispo reformador de sua

---

<sup>59</sup> Livro de Tombo da Freguesia de Nossa Senhora da Vitória, abril de 1905.

<sup>60</sup> Livro de Tombo Da Freguesia de Nossa Senhora da Vitória, abril de 1905.

<sup>61</sup> Livro de Tombo Da Freguesia de Nossa Senhora da Vitória, 1908.



época, D. Jerônimo possuía experiência como bom administrador das terras pertencentes à igreja, não permitindo que a separação entre a Igreja e o Estado afetasse de maneira tão radical ao grande patrimônio de sua instituição, o que justificou seu interesse na regularização dos aforamentos de Nossa Senhora da Vitória no Sertão. Em Salvador o arcebispado:

Foi competente também nas negociações para reaver o patrimônio da Igreja na Bahia, isto é, os terrenos que se estendiam do Palácio à Catedral, ocupado pela Companhia da Linha Circular, nas dependências inferiores do templo. O prelado também encabeçou uma luta pelo direito e posse da Mitra da Bahia sobre o Palácio onde residiam os arcebispos da arquidiocese, indo inclusive, buscar provas nos documentos da Torre do Tombo, em Portugal (SANTOS, 2006, p. 80).

Na administração dos foros o Bispo deu grande apoio ao padre Olympio, que em 1909 fez as transcrições das escrituras dos terrenos da Matriz conseguindo assim valor jurídico perante a lei, sob o registro feito pelo tabelião Bernardino Martins Bastos no livro nº1 à folha 23, livro nº3 à folha 24, livro nº6 à folha 20 e livro 7 à folha-nº 19. Padre Olympio. Como consequência deu-se a primeira ação judicial contra a cobrança dos foros no Tribunal de Apelação da Bahia. A causa foi movida pelo Pastor Antônio Queiroz juntamente com o Dr. Sá Barreto onde recusavam a quitar as dívidas e pagamentos do patrimônio “da Santa”.<sup>62</sup> Cabe lembrar que em 1905 o Dr. Sá Barreto foi o festeiro de Nossa Senhora e em sua primeira festa e naquela época entregou ao padre os documentos da antiga doação. Ao que tudo indica Dr. Sá Barreto também era espírita ou se convertera mais tarde a essa doutrina, pelo que insinua o padre Olympio que a diferença de credo foi a causa da inadimplência e contestação do processo.

Para bem justificar a razão dessa questão, convém declarar aqui que o Dr. Sá Barreto é considerado chefe do espiritismo nesta cidade, e Antônio Queiroz é ministro protestante. Para acompanhar a referida questão em sua nova fase solicitei a autorização do Exm. S. Arcebispo<sup>63</sup>.

D. Jerônimo atende ao pedido do Vigário, oferecendo ao mesmo toda a ajuda por parte do advogado que cuidava das questões relativas as terras da igreja em Salvador, como demonstra a resposta ao padre:

Ilm.º Sr. Conego Manuel Olympio, recebi o ofício de V. Revem.º De 27 do passado, e autorizo a V. Revem.º a continuar com a questão dos foros do terreno pertencente ao patrimônio da padroeira desta Freguesia até final da sentença do Tribunal de Apelação. Dou licença a V. Revem.º para vir à capital

---

<sup>62</sup> Livro de Tombo Da Freguesia de Nossa Senhora da Vitória, novembro de 1909.

<sup>63</sup> Livro de Tombo Da Freguesia de Nossa Senhora da Vitória, novembro de 1909.

e quando aqui chegar, se tratará do advogado a quem deverá ser entregue a dita questão<sup>64</sup>.

A visita pastoral de 1907 teve outros fatores importantes além dos cuidados com o patrimônio da Matriz. “Para favorecer as necessidades espirituais destas longínquas freguesias do sertão, resolveu o Exm<sup>o</sup> Arcebispo com zelo e interesse pelo bem do povo a criar uma vigararia foranea com sede nesta freguesia da Conquista”<sup>65</sup> abrangendo os territórios com seus habitantes das freguesias de Condeúba, Jequié e Poções. Para facilitar o trabalho do Arcebispo recebeu o padre Olympio novas responsabilidades como ministrar o sacramento da crisma em sua freguesia e nas demais, a jurisdição de todas as cláusulas referentes ao sacramento do matrimônio, como os possíveis impedimentos. Ele recebeu ainda o título de “Cônego Honorário” da Catedral, “a exceção do assento e voto em Cabido”<sup>66</sup>.

Além da reforma moral dos sacerdotes do período, “para os novos padres terem autoridade sobre os leigos, seria necessário realizar algumas mudanças na orientação espiritual dos católicos” (COUTO, 2004, p.78). Foram as tentativas de reforma na religiosidade popular, instaurando-se várias novas instituições e devoções incentivadas pela Igreja no período de reforma aqui abordado. Como já falamos do papel da devoção a Maria, e seu culto no mês de maio, o mês de junho a Igreja instituiu a devoção ao Sagrado Coração de Jesus, estimulada pelo Papa Pio XI era uma devoção que deveria atingir todas as igrejas, capelas e lares cristãos. Era uma devoção reparadora, que buscava o arrependimento aos pecados cometidos pela humanidade no período moderno.

Uma espécie de culto de sacrifício pela expiação dos pecados da humanidade. No período entre os fins do século XIX, quando a instituição católica era frequentemente atacada pelas diversas doutrinas liberais e religiosas (entenda-se o protestantismo e o espiritismo), e o clima de beligerância entre as potências aumentava cada vez mais (finalizando-se com as duas grandes guerras), o culto ao Sagrado Coração ganhou mais ênfase no conjunto das devoções e celebrações católicas. Para a Igreja e os fiéis parecia uma necessidade imperiosa que se o fizesse. O mundo “clamava pela expiação dessa cadeia de erros”, iniciado com a Reforma Protestante e a Revolução Francesa (SANTOS, 2006, p.123).

Em 1907 no período da visitação pastoral, foi instalado na cidade o Apostolado da Oração, a primeira associação leiga católica da cidade, cujo principal objetivo

---

<sup>64</sup> Livro de Tombo Da Freguesia de Nossa Senhora da Vitória, 27 de novembro de 1909.

<sup>65</sup> Livro de Tombo Da Freguesia de Nossa Senhora da Vitória, 1907.

<sup>66</sup> Livro de Tombo Da Freguesia de Nossa Senhora da Vitória, 1907.

assumido em nosso país era vivenciar e propagar a devoção reparadora ao Sagrado Coração de Jesus, que coincide em Conquista com os episódios de contestação por parte de outras crenças do papel da Igreja. Essa Irmandade tinha características diferentes das existentes anteriormente no Brasil Colônia. “No período republicano, as associações leigas que permaneceram tiveram que realizar adaptações” (COUTO, 2013, p. 98).

A devoção ao Coração de Jesus e a Sagrada Família eram introduzida aos fiéis de todas as classes em substituição as antigas devoções populares tidas como culto exterior cheio de superstições. Em Salvador essas reformas assumiram contornos dramáticos em relação ao grande teor sincrético e profano de muitas festas, que passaram a ser vistas com maus olhos pela hierarquia moralizante da Igreja e a elite, como evidencia Edilece Couto (2013). Eram assim substituídas as devoções aos santos populares e milagreiros, com o passar dos anos por influência do clero, pelo culto de novos santos que o exemplo de vida seria de melhor inspiração para os fiéis. Outras devoções eram revistas e permaneciam vivas.

Um exemplo é que o altar lateral dedicado a São Sebastião na paróquia da Vitória em Conquista foi, com o passar do tempo, dividindo espaço com outros santos, como Santa Terezinha e Santo Antônio, que passaram a ser celebrados com festa na mesma freguesia. Não encontramos tais homenagens no Livro de Tombo a Sant’Ana e S. Sebastião cuja as imagens estavam no templo desde o Império, mas que nunca receberam festa formal, com exceção de São Sebastião, muito invocado em tempos de peste (DELUMEAU, 1989) com relata a reportagem do Jornal *A Palavra* de 1920, ao tratar da epidemia de varíola que estava grassando na cidade:

Em últimos dias da semana transata, foi rezado, na Igreja Matriz desta cidade, um tríduo em suplicas ao advogado contra a peste, São Sebastião, constante de recitação ao terço e pregação religiosa. No domingo, pela manhã, houve missa celebrada pelo virtuoso padre Moysés Freire e a tarde uma bem organizada procissão, que conduzindo a imagem de S. Sebastião, percorreu as principais ruas da cidade. Ao recolher a procissão como terminação as suplicas religiosas ao protetor contra a epidemia, foi dada a benção do Santíssimo Sacramento<sup>67</sup>.

Padre Olympio foi um grande valorizador da implementação de novas devoções e surgimento de outras, sempre preocupado com as reformas na Igreja. Ele comprava objetos sagrados para melhor celebrar os sacramentos, dourando alfaias, encomendando novas imagens, trazendo à pequena cidade um calendário paroquial de festas e liturgias

---

<sup>67</sup> Arquivo Público de Vitória da Conquista. Jornal *A Palavra*. Janeiro de 1920.

semelhantes as encontradas na capital, conforme encontramos referências no Livro de Tombo da paróquia.

Devemos lembrar que a maior parte da população da freguesia se encontrava na zona rural e distritos, e uma das preocupações de padre Olympio foi a construção de capelas nessas zonas. Em algumas localidades, distantes até mais de cem quilômetros da sede, a presença de padre e dos sacramentos eram tidas nas épocas de Santas Missões Populares, através do pároco e seu coadjuvante ou de missionários regulares, sendo a ordem que mais se destacou a dos padres capuchinhos, antigos líderes de missões. O público agora atendido por esses sacerdotes cresceu, e não era mais uma parcela fixa, as missões não costumavam passar mais de 15 dias em uma localidade.

Vejamos como transcorriam os dias de missão dos capuchinhos pelas cidades do interior baiano. Existia uma certa rotina no desenvolvimento das atividades apostólicas missionárias. Em cada cidade visitada, os frades seguiam um programa de atividades religiosas e juntos promoviam dias de arrependimentos, lágrimas e esperança de vida eterna. Logo após chegarem a cidade de destino, sendo recepcionados pela população local, os capuchinhos iniciavam suas pregações e, depois, a Exposição ao Santíssimo, a bênção eucarística e os benditos (SOUZA, 2005, p. 26).

Somando-se as práticas citadas acima, estavam a ministração dos sacramentos aos fiéis, eram ocasião das confissões, das comunhões eucarísticas, batismos, crismas e casamentos. O marco da missão seria o levantamento de um cruzeiro, em que “a cruz foi transformada, pela pedagogia missionária, no emblema legitimador do sofrimento do sertanejo” (SOUZA, 2005, p.30). Um exemplo de missão em que constavam todos esses elementos foi a que aconteceu nos territórios da freguesia da Vitória entre 08 de maio a 30 de julho de 1909, visitando as cercanias de Encruzilhada, cachimbo e Porto da Santa Cruz<sup>68</sup>. “As missões eram para o episcopado brasileiro o meio mais eficaz para atingir as comunidades nos locais mais distantes do Brasil” (SOUZA, 2005, p.31). Mas não eram apenas as missões uma das principais preocupações do Arcebispado da Bahia. Em 1929, foi criada na freguesia a Congregação para Doutrina da Fé, com o padre Exupério Gomes. “As congregações da Doutrina Cristã tinham como objetivo divulgar a doutrina católica por meio do catecismo” (SANTOS, 2006, p.139).

---

<sup>68</sup> Livro do Tombo da Freguesia de Nossa Senhora da Vitória. 1909.

#### **4 - DESAFIOS E POTENCIALIDADES DO USO DE HISTÓRIA LOCAL NO ENSINO DE HISTÓRIA.**

O Ensino de História tem constantemente dialogado com todas as áreas da historiografia, pois é nas academias que se formam as principais correntes de interpretação do passado e dali ganham corpo no uso da disciplina histórica nas salas de aula. Nem sempre métodos historiográficos e ensino caminharam juntos, cabendo ao professor do ensino básico uma permanente atualização do que vem sendo produzido pelos pesquisadores, sendo ele também um pesquisador em potencial. No entanto as adversidades do dia a dia, impedem que esse profissional da educação básica, ao se distanciar dos espaços acadêmicos, e na luta pela sobrevivência, não consiga o tempo necessário para o exercício intelectual em seu trabalho cotidiano.

Pretendemos facilitar essa aproximação entre a academia e o ensino de base. Sistematizamos um conjunto de atividades que devem dar conta dos usos, possibilidades e abordagens no campo da História Local e história das Religiões na sala de aula através de guia didático, de temas caros a memória e história da identidade em formação de nossos alunos. O Local delimitado foi a Região do Planalto da Conquista, no Sudoeste da Bahia. O guia serve como modelo, no qual a metodologia pode ser aplicada para outros temas e lugares, resguardando os devidos contextos históricos e sociais.

Nossa solução mediadora de aprendizagem foi fruto de um longo trabalho de pesquisa e sistematização do que foi produzido na região a respeito do processo colonizador, ocupação do território, e a instalação da Igreja Católica, uma das instituições que colaboraram com a expansão Império português. Esse material resultou nos capítulos anteriores dessa dissertação. Agora procuraremos sistematizar em um produto, qual abordaremos como “solução mediadora de aprendizado”, contribuindo para a prática do ensino de história local.

Mas afinal o que a história Local e das Religiões tem a ver com o ensino de história na Educação básica? Se entendermos que as narrativas históricas no tempo estão interligadas, e sempre colaboraram para o entendimento das relações humanas ao longo dos séculos fica mais fácil. Ao longo do século XX a historiografia foi influenciada por outras disciplinas, em especial a Sociologia, como acontece no estudo das correntes ligadas a História Social, e a disciplina de Antropologia, que desencadeariam nos diversos estudos que caracterizam a História Cultural, bem como a Nova História Política, que

reviveu e transformou a velha história positivista. Nos anos iniciais, entender o local onde o educando nasceu e dali construir sua identidade, fez com que a história local estivesse presente no ensino. Segundo Circe Bitencourt, o estudo da história local, nos anos iniciais: “Procura estabelecer articulações entre o mais próximo e a história nacional, regional e geral ou mundial” (2009, p. 113).

Nossos guias didáticos buscam enriquecer a educação básica, que muitas vezes se ver atrelada apenas aos livros didáticos. Nossos livros didáticos, ainda são a maior parte das vezes o material mais utilizado pelos professores em sala de aula, e buscam seguir as Normas e Diretrizes que regem o ensino e a elaboração dos currículos que são utilizados nas diversas modalidades educacionais. Mesmo bebendo das correntes da historiografia, as produções sofrem nas mãos dos diversos interesses por trás da indústria do livro, afinal o currículo está imerso no campo da política e sendo assim não é isento de discussão e enriquecimento, bem como o seu não uso, caso não dê conta do que é necessário para a realidade vigente.

Nossa proposta tem como objetivo atender os públicos de quinta a oitava série, atuais 6º ao 9º, anos, do ensino fundamental dois. Atentando-nos ao sétimo e oitavo ano, onde a História nacional abrange uma discussão maior no currículo, possibilitando assim uma melhor abordagem a respeito dos conteúdos referentes a expansão do Império Português e a colonização das Américas.

#### **4.1 - Ensino e História local**

História Regional ou Local, é um campo historiográfico é uma realidade em muitos países e, especial aos de proporções continentais como Brasil, incorporado ao da história nacional. O Livro, ensino de História fundamentos e Métodos, elaborado por Circe Bittencour em 2009, e presente nas diversas escolas da educação básica em suas bibliotecas, norteou o nosso entendimento e configuração metodológica, que abarca as potencialidades da utilização da história local, para a elaboração de nossa proposta de solução mediadora de aprendizagem.

Devemos construir uma ponte entre uma história Macro, que deve dar conta dos grandes processos humanos, fruto da História Social, e a História micro, aquela que ver a impossibilidade da compreensão do objetivo da História como todo sem antes delimitar temas específicos e micros. Saindo de uma para a outra, interligando as mesmas, é o maior desafio não apenas para historiadores da academia, mas também para o ensino de base

em nossa atualidade (BITTECOURT, 2009 p. 160-161). A história regional ou local, associada dentro do que chamamos de História Nacional concorreu de maneira desigual com a História Geral ou mundial, sendo esta última mais valorizada em nossos currículos. Contudo as possibilidades do entendimento do nacional e local vem sendo valorizadas.

A história Regional passou a ser valorizada em virtude da possibilidade de fornecimento de explicações na configuração, transformação e representação social do espaço nacional, uma vez que a historiografia nacional ressalta as semelhanças, enquanto a regional trata das diferenças e da multiplicidade. A história regional proporciona, na dimensão do estudo do singular, um aprofundamento do conhecimento sobre a história nacional, ao estabelecer relações entre as situações históricas diversas que constituem a nação. (BITTECOURT, 2009. p. 161)

As professoras Maria Auxiliadora e Marlene Cainelli (2010), no livro *Ensinar História*, reflexões importantes a respeito do uso da História Local. Elas destacam a abrangência desse conceito, que se tornaram destaque nos PCCNS, entre 1997-1998, e para o Ensino Médio, em 1999 (p. 138). Entre as reflexões as autoras sinalizam dois aspectos importantes, primeiro “observar que a realidade local não possui em si mesma, a chave de sua própria explicação”, e estão ligadas a perspectivas macro, e o segundo aspecto, que ao relacionarmos o Ensino de História local à construção identitária do educando, não negligenciarmos os “marcos de referência relacionais, que devem ser conhecidos e situados, como o local, o nacional, o latino americano, o ocidental e o mundial” (p. 138). Mais que um conteúdo em potencial, a história local é vista pelas autoras como estratégia pedagógica. Reproduziremos aqui o quadro presente na página 139.

### **Possibilidades do trabalho com a história local como estratégia de aprendizagem**

|   |
|---|
| O trabalho com história local pode produzir a inserção do aluno na comunidade da qual faz parte, criar historicidade e a identidade dele.                                       |
| O estudo com a história local ajuda a gerar atitudes investigativas, criadas com base no cotidiano do aluno, além de ajudá-lo a refletir acerca do sentido da realidade social. |
| Como estratégia pedagógica, as atividades com a história local ajudam o aluno na análise dos diferentes níveis da realidade: econômico, político, social e cultural.            |
| O trabalho com espaços menores facilita o estabelecimento de continuidades e diferenças com as evidências de mudanças, conflitos e permanências.                                |

O trabalho com a história local pode ser instrumento idôneo para a construção de uma história mais plural, menos homogênea, que não silencie a multiplicidade de vozes dos diferentes sujeitos da história.

A História local, também está vinculada a história do cotidiano. Tomar a vivência do dia a dia das pessoas de todos os tempos como forma de compreensão dos processos sociais, tal concepção encontrasse ligada a História Cultural. Seus autores segundo Bittencourt, “buscam recuperar as relações mais complexas entre os diversos grupos sociais, estabelecendo conexões entre conflitos diários que se inserem em uma forma de política contestatória, e identificar as lutas de resistências a mudanças, o apego as tradições” (2009. p. 167). Sendo assim, ao utilizarmos o cotidiano entre os educandos temos a possibilidade de levarmos a visualizar as transformações possíveis realizadas por sujeitos comuns.

Muitos dos que se dedicaram a escrever a história local, se tornam construtores de memórias. Na Região do Planalto da Conquista não foi diferente, a maioria dos fatos narrados historicamente passaram por tais homens, porém é necessário identificarmos os limites e as validades dessas abordagens entre memória e história. Podemos cair no risco de contarmos a história de uma elite, em detrimento a complexidade de relações travadas no seio de uma comunidade.

A História local pode simplesmente reproduzir a história do poder local e das classes dominantes, caso se limite a fazer os alunos conhecerem nomes de personagens políticos de outras épocas, destacando a vida e obra de antigos prefeitos e demais autoridades. Para evitar tais riscos, é preciso identificar o enfoque e a abordagem de uma história local que crie vínculos com a memória familiar, do trabalho, da migração, das festas... (BITTENCOURT, 2009. p. 169)

Entendemos assim que com a implantação do catolicismo na região através do movimento de colonização e conquista do território, e o culto devocional a Nossa Senhora da Vitória da Conquista, padroeira do lugar. Esse tema é bastante presente na memória local.

A memória assume o destaque, por ser base da identidade, e é através dela que adentramos a história local. Um outro passo até aqui é identificarmos que local é esse? conceito geográfico caro a nossa análise. Por isso identificarmos anteriormente o que vem a ser o território do Planalto da Conquista, quanto Sertão da Ressaca, é um dos conceitos chaves para a elaboração de nosso produto. Bittencourt, trás uma série de conceitos para aqui que chama de estudo do meio, que é o ensino de história regional centrado no tempo



e no espaço. Em nossa primeira proposta iremos fazer um estudo do meio, uma perspectiva multidisciplinar. Se trata também de um estudo específico que foge as “quatro paredes” da sala de aula.

Para as disciplinas de História, Geografia e Artes, “o meio social e físico” corresponde a um laboratório de ensino. A sociedade, em suas relações temporais e espaciais, normalmente apresentada por textos escritos ou pela iconografia, situa-se em uma outra dimensão e profundidade ao ser observada diretamente, pois neste caso surge a oportunidade de dialogar com pessoas, identificar construções privadas e públicas, atentar para os fatos cotidianos que geralmente passam despercebidos e transformá-los em objetos de estudo, de análise, de descoberta (BITTENCOURT, 2009. p. 274).

Podemos explorar historicamente qualquer “lugar”. As fontes históricas não escritas estão por todos os cantos e ampliando assim o entendimento do aluno e seu olhar para com o mundo que o cerca. “É fundamental, então, identificar os documentos com que os alunos se defrontam no estudo do meio e quais outros documentos são possíveis de ser reproduzidos ao decorrer da atividade” (BITTENCOURT. 2009, p. 280). Ainda corroborando com os estudos de Bittencourt, utilizaremos com o método as etapas por ela elencadas ao compor nosso guia. Outro dado importante é o desenvolvimento da capacidade de observação do discente. Essas atividades resultam em três aspectos, o aprofundamento do conteúdo, a socialização do aluno e a formação intelectual do professor. Por isso a importância de que antes de levar os alunos a campo, o profissional tenha ciência dos objetivos e conheça o método que será utilizado.

O outro destaque é percebermos no lugar, é identificarmos o que forma o conjunto do patrimônio histórico da localidade. Segundo Schmidt, o “trabalho com o patrimônio no ensino de História poderá ser desenvolvido com base no estudo dos edifícios históricos, dos monumentos ou da estatuária e da toponímia” (2010, p. 141).

O Ensino de História fora da sala de aula, com base em visita a um local e edifício histórico da cidade, é dar um passo em relação a realidade sensível do aluno. Shimidt, Utilizando Mattozi, cita que “a escola deve formar personalidades cognitivas capazes de submeter a exame a lógica das construções dos discursos sobre o passado” (2010 p.150). Os lugares assim podem servir de janela para o entendimento do ser e do eu, e das ações dos homens no tempo e no espaço, aprendendo assim a ler o mundo onde vivem.

## 4.2 - Ensino de história e História das Religiões

Em nossa democracia, percebemos à forte influência do cristianismo, reflexos do longo passado colonial, mas que ainda hoje assustam aos que temem uma teocracia. Uma leitura adequada do presente é fundamental aos historiadores, para o entendimento de como as narrativas religiosas afetam a nossa sociedade e refletem também o cotidiano da sala de aula, mesmo os docentes e discentes menos crédulos reproduzem conceitos e pré-conceitos que tem raízes religiosas no espaço escolar. Isso nos permitiu estar atento à forma como a religião e religiosidade influenciam às vivências e interpretações sobre o que é a história, com mais cuidado.

O estudo da história das religiões e religiosidades é uma área ampla em constante desenvolvimento. Na região do Planalto da Conquista um dos principais autores é o professor Itamar Aguiar, em seus estudos a respeito das Religiões de Matriz Africana, com destaque ao que ele identifica como o “Candomblé de Caboclo”, e as trajetórias dos Batistas na Região. A historiadora Elizete da Silva (2010, 2016), é também referência nesses assuntos, utilizaremos dela o conceito de Religião e Religiosidade; levantados pela autora ao tratar das “Configurações históricas do campo religioso brasileiro” em seu capítulo do livro, *“História, Cultura e Poder”*:

Entendemos a religião e a religiosidade como formas de expressão do sagrado, as quais mantêm estreitos vínculos com os demais elementos constitutivos de um sistema cultural e têm se manifestado com variadas nuances e matizes ao longo da História. Nessa perspectiva, destacamos dois conceitos muito discutidos: religião e religiosidade. E qual é a diferença básica? A religião é a instituição. É o corpo sacerdotal, a hierarquia, a teologia e as doutrinas. E o que é a religiosidade? São as vivências, os sentimentos, as práticas, as emoções que permeiam o cotidiano do fiel (SILVA, 2016, p. 105).

Ao adentrar o espaço da sala de aula o professor terá que lidar com a cultura dos alunos, compreendemos que no sentido mais amplo o pensamento, foi pensando nessa temática que Leandro Antônio de Almeida em seu artigo intitulado, “Visão Religiosa de Mundo e Ensino de História”, trabalha com sugestões que possam direcionar a postura que se desenrola entre professores e alunos, a assuntos dessa natureza, “ com vistas a possibilitar que a sala de aula seja um espaço de diálogo livre, mesmo que conflitivo, entre visões de mundo dos professores e dos alunos” (2019, p. 165).

Os temas abordados em nossa intervenção cruzam dois campos históricos, o do lugar e o da Religião, ao compor essa história é impossível não fazer ligações entre a macro e a micro história. Entendermos a cultura e o quanto ela está permeando aquilo que definimos como nossa concepção de sociedade e como esse processo se desenvolveu ao

longo dos anos. A posição da historiografia a respeito da religião vem assumindo ao longo dos anos um papel multifacetado, e muitas vezes o campo das ciências sociais não deu conta de quanto ainda é vigente e atuante o papel da religião no mundo contemporâneo. Como bem salienta Almeida:

Mesmo com a diminuição da presença da religião no nível macrosocial no Ocidente, ela permanece “com funções no nível micro social, onde ela provê as pessoas com complexos de significados e símbolos suficientes para que elas orientem suas vidas num mundo confundido pela complexidade e a mudança. Essa pluralização, que atesta sua persistência e força, nem sempre caminha no sentido da tolerância e da compreensão, mas, por vezes, gera conflitos armados ou contendas simbólicas (2019. p. 164).

Mas é importante compreendermos e acolhermos o conhecimento prévio dos nossos educandos, em especial o que tange ao entendimento da Religião, mesmo que pareça isso contradizer o que entendemos como ensino laico, independente de nossa postura ser ou não cética, vemos o campo da religião distante do fazer científico, já que a crença está ligada ao universo do transcendente e do particular da intimidade de cada indivíduo. (ALMEIDA. 2019. p. 168).

Os professores da educação básica se encontram em uma posição mais incômoda (2019. p, 169). Para esse autor o mesmo pode estar agindo de forma tradicional, quando este se insere como o portador do conhecimento científico e conteudista, e sendo esse o único necessário para o fazer profissional. Por ter uma forte carga acadêmica, esse saber não oferece a prática do Ensino de história aos educandos o poder de questionar e discordar abertamente do professor. “A postura tradicional gera um abismo entre o saber histórico escolar e o saber adquirido em outras esferas da vida, como na família, vizinhança ou comunidade tradicional” (2019, p. 172).

Outra postura adotada que apesar da aparência, não auxilia o modo de mediar os assuntos da temática religiosa, é a postura multiculturalista, onde pode-se tratar a religião longe de sua densidade, tendo-a apenas como objeto de adorno cultural ou curiosidade. Almeida sinaliza com base em Nietzsche, a seguinte premissa nessa abordagem:

O perigo para o professor é assumir uma postura paternalista, pregando tolerância as religiões, mas, como o douto citado por Nietzsche, tendo fé “ em sua própria superioridade, na boa consciência da própria tolerância, na segurança simples que permite ao seu instinto de considerar o homem religioso como um tipo de valor inferior e colocado mais abaixo, da qual ele se libertou, afastou-se e sobre o qual se elevou”. Menos agressiva, essa postura opera no mesmo campo arrogante do tradicionalismo, e almeja alcançar os mesmos objetivos, apesar da maior paciência no processo (2019, p.175)

Corroborando com o pensamento de Almeida, optamos por seguir um novo caminho, cujo primeiro passo é “reconhecer o espaço da aula de história como um

caldeirão de visões de mundo (religiosas) muitas vezes conflitantes, cujos pontos de contato são mais problemáticos dos que os vigentes entre os pares do meio acadêmico” (2019. p. 176). Em seguida uma avaliação diagnóstica, onde o autor salienta o papel da pedagogia freiriana. Assim não apenas buscando o conhecimento prévio dos alunos a respeito dos assuntos trabalhados, mas como eles elaboram o que sabem, “qual a matriz cognitiva e valorativa - incluindo as emoções – a partir da qual filtram a fala do professor” (2019, p. 176).

Sem fugir de seu papel quanto mediador dos processos cognitivos, mas reconhecendo a autonomia que o aluno tem mediante ao processo formativo, e também não reduzir o conhecimento científico. A ideia é entrarmos no campo das argumentações sólidas, onde o professor sai do local de catequista, e veja a realidade com novos olhares. “Entendemos que o professor não pode fugir ao debate nem desqualificar o que os alunos trazem, implícita ou explicitamente, mas pode acolher (não assumir) seus anseios na aula. Os resultados talvez não sejam imediatos nem visíveis, mas consideramos mais efetivo” (ALMEIDA, 2019. p. 178).

Em nossa proposta escolhemos no campo das religiões a Igreja Católica, além de instituição podemos dizer que compreenderemos também um outro campo, o da religiosidade referente ao campo mariano. A proposta em si, vai além de trazer um juízo de valor a respeito da fé e devoção a Maria no Planalto da Conquista, mas sim o entendimento de que no passado não muito distante, foi construído memórias e afirmativas do grupo hegemônico, justificando os seus interesses, ou desconstruindo narrativas e examinando as consciências do discurso religioso por trás dos processos de Conquista da região, em especial aos conflitos com os povos originários.

O professor quanto mediador, trará a luz os processos históricos envolvidos sem necessariamente tomar partido pró ou contra os usos e desusos da memória que se fundamentou em torno da religiosidade. Acredito que se isentar de trazer documentos e textos, que de forma explícita ou implícita retratam tais realidades não será o caminho, mas pelo contrário, entender como a História pode nos ajudar a compreender os seres humanos em toda a sua complexidade, cabendo ao aluno o juízo de valor em relação aos fatos, porém sem cometer anacronismo, e sim criar um pensamento crítico a respeito da história de identidade de seu lugar.

## Solução mediadora de aprendizagem

**Projeto: História, memória e religião no Sertão da Bahia: espaços de memórias e tradições na ocupação do Planalto da Conquista.**

A nossa solução mediadora será para atender o público do sétimo ano do Ensino Fundamental II. Os assuntos do projeto serão conectados com a proposta da BNCC. Vinculando assim a Unidade temática, objetivos de conhecimento e habilidades. Na intenção que o nosso guia didático possa servir de inspiração e seja aplicado em outras localidades.

**Unidade temática:**

A organização do poder e as dinâmicas do mundo colonial americano

**Objeto de conhecimento:** Reformas religiosas: a cristandade fragmentada.

**Habilidade:** (EF07HI05) Identificar e relacionar as vinculações entre as reformas religiosas e os processos culturais e sociais do período moderno na Europa e na América.

**Objeto de conhecimento:** A conquista da América e as formas de organização política dos indígenas e europeus: conflitos, dominação e conciliação.

(EF07HI08) Descrever as formas de organização das sociedades americanas no tempo da conquista com vistas à compreensão dos mecanismos de alianças, confrontos e resistências.

(EF07HI09) Analisar os diferentes impactos da conquista europeia da América para as populações ameríndias e identificar as formas de resistência.

**Objeto de conhecimento:** Resistências indígenas, invasões e expansão na América portuguesa.

(EF07HI10) Analisar, com base em documentos históricos, diferentes interpretações sobre as dinâmicas das sociedades americanas no período colonial.

(EF07HI11) Analisar a formação histórico-geográfica do território da América portuguesa por meio de mapas históricos.

(EF07HI12) Identificar a distribuição territorial da população brasileira em diferentes épocas, considerando a diversidade étnico-racial e étnico-cultural (indígena, africana, europeia e asiática).

### Proposta nº 1-

#### **Aula de campo, meio escolhido: Catedral Metropolitana de Nossa Senhora das Vitórias**

##### **Objetivos específicos:**

- Observar as mudanças que ocorreram na paisagem urbana do lugar nos últimos dois séculos.
- Entender o papel desempenhado pela religião Católica no Brasil durante o período colonial e sua vinculação com o Estado.
- Aprender sobre conceitos específicos da história da arte-sacra e sua arquitetura em nossa cidade e de como ela veio se modificando ao longo do tempo, tomando como espaço a Igreja Matriz antiga e a nova.
- Familiarizar os alunos com o trabalho de análise de fotografias.
- Conhecer um pouco da história das religiões em nosso país, e do espaço político alcançados por elas ao longo dos últimos 200 anos e suas modificações em meio a disputas presentes antes e depois do Estado Laico instituído com a Republica.
- Compreender que a possibilidade de entendimento de fontes históricas é ampla e que estas fontes fazem parte de nosso cotidiano.
- Criar no aluno o sentido de consciência histórica, em uma compreensão do mundo a partir do seu cotidiano e da paisagem de seu município.

**Estratégia:** Seguindo o modelo sugerido por Bittencourt, nosso projeto constara de sete etapas:

##### 1ª etapa- **Reconhecimento**

Reconhecer o local que iremos visitar, sondando com os educandos quais conhecem o local e o que sabem a respeito de sua história. É importante estarmos atentos a uma avaliação diagnóstica no que se refere ao entendimento do que é a Religião e de como ela

influencia nossas vidas. A partir daí levar o aluno a entender que esse processo acontece em um tempo e espaço, e que conseqüentemente a depender desses quesitos vão assumir um caráter diferente na vida em sociedade.

#### 2ª etapa- **Estudo prévio**

Importante que o professor se atenha aqui ao entendimento do espaço que será visitado, sua história e o que podemos apreender sobre o mesmo. Recomendo ao professor aproveitar as aulas para construção de duas atividades pedagógicas, onde poderão ser utilizados um texto a respeito da história do templo (Anexo I) e as fotografias da Igreja Antiga e atual, que poderão ser transformadas em um mural, construído pelos alunos onde possam montar uma linha do tempo sobre o templo, com base nas fotografias e referências contidas no texto auxiliar.

#### 3ª etapa- **Problematização**

Levantamento de problemáticas relacionadas a presença do lugar e o que ela significar para a temática estudada. Nessa etapa através de um questionário e em seguida discussão em sala de aula, o professor poderá abordar os conteúdos relacionados aos conceitos de colonização, conquista e Império português e de como isso pode ser identificado no papel representado pela Igreja na história local.

#### 4ª etapa- **Roteiro de visitaçã**

O professor em conjunto com a direção da escola organizará a visitaçã ao espaço da Catedral, vendo a possibilidade de a instituição Igreja receber os alunos para a aula de campo, incorrendo assim o cuidado prévio de agendamento de horários e explicaçã do que será feito.

É importante aqui ressaltar aos alunos que o espaço visitado se trata de um templo religioso e que mesmo que para ele não tenha significado afetivo, é um lugar que exige o devido respeito, e mesmo aos colegas que praticam a religiã que está sendo estudada.

Importância do silêncio, organizaçã e disciplina no espaço Igreja, e a atençã aos detalhes que poderão ser explorados pelo professor ao utilizar o templo. Pode-se aqui realizar um exercício interdisciplinar com a disciplina de artes, observando a qual escola artística e época estão relacionados o acervo sacro da Catedral.

#### 5ª etapa- **Preparaçã do caderno de campo**

O aluno previamente elencará questões a respeito do lugar. E pretende-se que ele anote os dados que mais o chamou atenção na visita. Nesse caderno o aluno além de colocar as orientações prévias da visita, irá anotar aquilo que mais lhe chamou a atenção, bem como as inferências feitas na visita pelo professor que será o guia do passeio, ou mesmo um terceiro que venha a ser responsável pela parte expositiva.

#### 6ª etapa- **Execução do estudo do meio**

A ida ao local, a observação dos espaços do edifício visitado e o que pode contar a respeito da história e da memória local. É importante a observação do local onde foi erguida a catedral, se trata do terreno onde nasceu a povoação, é importante fazer memória do cartaz feito anteriormente onde demonstra a evolução do sítio em que se desenvolveu o núcleo formativo da cidade.

#### 7ª etapa- **Tratamento dos dados coletados**

O professor definirá uma forma de elaborar algo que remonte a visita do lugar. Pode ser através de uma exposição de fotos colhidas pelos alunos, a elaboração de um texto a respeito do relato da aula de campo.

### Proposta nº 2-

**Exposição e apresentação de espaços temáticos na escola, referentes a história local, dos povos originários aos conquistadores.**

#### **Objetivos específicos:**

- Compreender os processos históricos das sociedades humanas da região, desde os povos autóctones (Nações indígenas) até a chegada dos colonizadores e dos processos daí decorrentes.
- Perceber a memória das tradições afro-indígenas presentes na comunidade, tantas vezes relegada ao segundo plano, folclorizada ou marginalizada em nossa sociedade.



- Valorizar os saberes tradicionais da comunidade, presentes na culinária, música, festas, tradições e vivências.
- Resignificar o passado para a melhor compreensão do presente e qualidade de vida.
- Construir o pensamento crítico no aluno em especial ao processo colonial e das diversas problemáticas daí decorrentes.
- Imergir o aluno nas diversas identidades presentes na sua comunidade o respeito necessário para a harmonia da sociedade humana em sua pluralidade.

**Estratégia:** Construir um espaço de exposição e aprendizagem onde histórias e memórias da comunidade possam ser contadas através de objetos de identidade e ancestralidade dos alunos e seus familiares, bem como de membros do corpo docente e mediadores do funcionamento da escola.

**Material necessário (sugestões, podem ser acrescidas ou diminuídas pelo docente):** Objetos e coisas de diversas origens que remontem a memória e os saberes ancestrais da comunidade, traga pelos alunos e os demais mediadores da atividade. Cartolina e materiais de papelaria para confecção de cartazes e etiquetas para a exposição. Vídeos que remetam ao conteúdo de identidade histórica que possam ser de identidade dos alunos. Escolha de um espaço adequado e iluminado para a exposição.

**Metodologia:** Através do trabalho em sala de aula o professor trará a comunidade dos alunos as histórias do passado de povoamento da região pelos povos indígenas e as relações que se seguiram com a chegada dos colonizadores. Importante que o professor faça uso de material escolhido previamente, como, capítulo de livro, fonte documental, vídeo-documentários, aula expositiva ou palestra, atividades.

Durante a explicação dos assuntos com os métodos citados acima, o professor pode já ir previamente organizando com os alunos cartazes com imagens e alguns conceitos dos temas trabalhados. E já orientando os alunos para as diversas possibilidades de objetos e espaços para montagem de exposição.

**Desenvolvimento:** O tema até aqui exposto pode ser transformado em uma múltipla exposição. A princípio trabalhar com a montagem de dois espaços, um que remeta aos povos originais e outro que remeta a ocupação do colonizador e demais situações daí decorrentes, como o desenvolvimento de aldeamentos de catequese indígena e esfacelamento e quase extermínio dos povos originários. Ciclos econômicos de subsistência e comércio das diversas localidades sertanejas do povoamento colonizador e a sociedade heterogênea daí decorrente.

### **Montagem de exposição**

#### **Espaço indígena:**

Na parte indígena da exposição o professor vai buscar com os alunos utilizar as imagens e mapas que foram feitas pelos viajantes que passaram pela região e como descreveram os nossos povos originários e as relações que foram construídas com os colonizadores.

Os alunos serão levados a identificar em sua comunidade quais tradições de origem indígena ainda são presentes em seu dia a dia, e retratar através de objetos cerâmicos, fotografias, artesanato, maquete, em seus traços fisionômicos e costumes alimentares e representar em cartazes ou acervo catalogado previamente devidamente organizado junto ao professor ou professores de outras áreas (o trabalho pode dialogar com as demais disciplinas da escola desde que sejam criados pontes para uma interdisciplinaridade).

**Espaço da rancharia dos tropeiros e boiadeiros:** Após o estabelecimento dos colonizadores na região e dos diversos conflitos daí decorrentes com os indígenas, a região se tornou entreposto comercial e estrada de passagens de importantes produtos que abasteciam as principais cidades da região bem como a capital em nosso caso a Cidade do Salvador da Bahia de Todos os Santos, e o seu Recôncavo. Nessa parte o professor poderá utilizar os mesmos métodos acima citados com o foco nas implementações de atividade econômica dos ciclos de colonização, como a pecuária e o comércio dos mais variados produtos entre Sertão e a Capital e o Litoral, e as demais Províncias da Colônia em especial a de Minas Gerais, região limítrofe do Planalto da Conquista.

Com base no estudo, documentos e memória montar um rancho de pouso de boiada, em forma de maquete, ou de pequeno espaço que remonte a tal estrutura e de sua serventia, bem como os materiais que ali poderiam ser encontradas. Aproveitando também o

professor pode expor mapas contendo mapas dos diversos caminhos que ligavam os sertões e demais localidades nas trocas comerciais principalmente do gado.

**Espaço de objetos:** Quando trabalhado os diferentes objetos e coisas para a exposição, muitos dos materiais trago pelos alunos podem ser encaixados também em outro espaço contando a singularidade desses objetos. Exemplo: Fotografias de família e as diferentes técnicas ali empregadas e maquinas antigas de fotografia. Artesanatos presentes na região, objetos de uso comercial como baleiros de antigas vendas e comércio de secos e molhados, balança com peso e medidas. Objetos de uso secretariado como maquinas datilográficas, perfuradores ou outros materiais. Invenções tecnológicas como televisões, rádios e mídias como discos de vinil ou fitas cacetes, telefones e fichas e cartões telefônicos.

A princípio requer uma certa organização por parte do professor e demais colegas profissionais envolvidos, para que aqueles objetos não se transformem em um amontoado de coisas e não expressem o sentido e significado que podemos extrair deles. Não deixa de ser também uma experiência museológica, de pesquisa empírica e de arquivo ressaltando sempre as devidas proporções.

Caso a cidade já possua um local de acervo ou arquivo municipal, o professor pode levar os alunos a conhecer esses espaços e de como eles nos ajudam a entender sobre as identidades e processos ali representados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao construirmos esse trabalho sobre as narrativas de ocupação do Planalto da Conquista com a implantação do catolicismo e à Devoção de Nossa Senhora das Vitórias na região, nos foi possível sintetizar uma série de informações a respeito de como a Religião e o Estado funcionavam no período que abrange a última metade do século XVIII, todo o século XIX, e o começo do século XX, no Brasil. A Igreja funcionou como colaboradora em um regime imperialista português que deixaram suas marcas na região de Vitória da Conquista interior da Bahia, referente a memória de ocupação, local que no período imperial se tornou um dos principais locais de ligação entre as províncias de Minas e Bahia. O lugar se destacou como zona de entreposto e pouso de vaqueiros e boiadeiros que transportaram o gado para abastecimento de cidades como Salvador, e mesmo a esse período se destacou economicamente na criação de gado na forma extensiva. Em meio a esse desenvolvimento os locais de culto e manutenção da Igreja Católica se solidificou, e mesmo com a laicização do Estado com o advento da República, continuou atuando como lugar de forte influência política na região.

A devoção a Virgem Maria, embora de origem portuguesa se constituiu ao longo dos séculos um importante traço da identidade religiosa dos brasileiros em todos os cantos do país, o que mostra a força da colonização, contudo nos últimos anos o catolicismo e mesmo a devoção a Virgem tiveram impacto com o aumento das igrejas evangélicas, em um movimento que começou ainda tímido no início do século XX, como bem trabalhamos na terceira parte de nosso trabalho tendo como amostra o caso da cidade de Conquista.

Na cidade de Vitória da Conquista a devoção a Virgem tem um traço diferente ao ser associada ao português João Gonçalves da Costa, um dos principais líderes do processo de ocupação e relacionado as alianças e conflitos com os povos originários da região. Ao longo dos séculos XIX e XX, a devoção originada no seio de uma família mestiça e aristocrática do lugar, foi utilizada como vínculo de justificação do êxito da conquista em prol da Coroa portuguesa. Nos últimos anos a Igreja veio modificando e reinterpretando tais fatos, como pode-se notar no Hino a Padroeira, composto em 2000, pelo padre Walmir Neves. Mesmo constatando tais fatos, o nosso trabalho se ateve a remontar as narrativas que cercam a história da Igreja Católica na região, com dados ainda do período onde a localidade era um arraial administrado religiosamente pela freguesia de Rio Pardo de Minas.

Até então não existia de maneira sólida um estudo mais sistematizado sobre a implantação do catolicismo na região em nossa historiografia, fica assim essa dissertação como um caminho a ser pensado para o aprofundamento dessa temática para os próximos anos. Identificamos com o desenvolvimento das pesquisas as potencialidades da história regional, não só para o entendimento e enriquecimento do campo acadêmico, mas como ponte com o ensino de história nos últimos anos do ensino Fundamental. O ensino de história local ao vincular-se ao ensino de história para educação básica, serve como potencializador do currículo já previsto pelas diretrizes educacionais em nosso país, como exemplo as competências e habilidades exigidos atualmente em na BNCC.

Através da criação de um produto, que preferimos chamar de solução mediadora de aprendizagem, sistematizamos o conhecimento da pesquisa científica e o fazer na sala de aula, em um projeto que busca a atender as turmas do sétimo ano do Ensino Fundamental. Esperamos ajudar os diversos profissionais em história, disciplinas afins e coordenadores pedagógicos nas áreas de ciências humanas de nosso o país, e os alunos dos mestrados em Educação e Ensino, para à construção de futuras propostas de trabalho em história local, história da religião e religiosidade, nos saberes históricos presentes em diferentes espaços de memória em suas realidades regionais.

Constitui-se uma tarefa árdua que devido as situações atuais referentes a pandemia do novo Corona-vírus, não foi possível a aplicação em sala de aula de nossa solução mediadora de aprendizagem. Acreditamos que a nossa solução mediadora, expressa em forma de guia didático seja um dos caminhos, porém não o único, para a abordagem de um tema tão amplo e de fundamental importância para o entendimento do conhecimento e da construção de uma consciência histórica em nossos alunos, e posteriormente poderemos ver os resultados da utilização de nosso produto, bem como da dissertação por outros companheiros e companheiras da educação.

Em um país que a religião continua a ter um papel importante na vida das pessoas, é necessário que os profissionais da educação e mesmo a produção acadêmica olhem com maior atenção para esse campo e utilizem para o enriquecimento de seu trabalho e entendimento de nossa sociedade, e gere em nossos alunos, parceiros na construção do conhecimento, a consciência histórica tão importante para a construção de suas identidades.

## REFERÊNCIAS

- AUGRAS, M. *Todos os Santos São Bem-Vindos*. Rio de Janeiro. Pallas, 2005.
- AGUIAR, I. P. de. *Religiões Afro-brasileiras em Vitória da Conquista: caminhos da diversidade*. Dissertação de Mestrado. PUC, São Paulo, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Do Púlpito ao Baquiço: religião e laços familiares na trama da ocupação do sertão da Ressaca*. Tese de doutorado. PUC, São Paulo, 2007.
- AGUIAR, D. V. de. *Província da Bahia*. 2º edição. Brasília. INL, 1979.
- ANGELIS. *Efemérides Riopardenses*. Salinas: R & S Arte Gráfica, 1998. PIRES, Simeão Ribeiro. *Raízes de Minas*. Montes Claros, 1979. \_\_\_\_\_.
- AZEVEDO, T. de. *Igreja e Estado em tensão e Crise: a conquista espiritual e o padroado na Bahia*. São Paulo: Ática, 1978.
- AZZI, R. *A Sé Primacial de Salvador, A Igreja Católica na Bahia (15551-2001) VI. II-Período Imperial e Republicano*. Petrópolis- RJ. Editora Vozes, 2001.
- COSTA E SILVA. C da. *Roteiro da vida e da morte: um estudo do catolicismo no sertão da Bahia*. São Paulo: Ática, 1982.
- \_\_\_\_\_. *Os Segadores e a Messe: o clero oitocentista na Bahia*. Salvador: SCT, EDUFBA, 2000.
- COLTO, E. S. *Tempo de Festas: Homenagens a Santa Bárbara, N. S. da Conceição e Sant'Ana em Salvador (1860-1940)*, Tese (Doutorado em História), Assis SP: Universidade Estadual Paulista, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Revista Brasileira de História das Religiões- Dossiê memória e narrativas nas religiões e nas religiosidades. Devoções Leigas na Bahia Republicana*. Maringá PR. N. 15, janeiro de 2013.
- \_\_\_\_\_. *Devoções, Festas e Ritos: Algumas Considerações*. Revista Brasileira de História das Religiões – Ano I, no. 1 – Dossiê Identidades Religiosas e História. Disponível em: <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf/01%20Edilece%20Souza%20Couto.pdf> Acesso: 28 de março 2018
- \_\_\_\_\_. *Considerações sobre a produção historiográfica das religiões e religiosidades na Bahia*. In.: DIAS, A.L.M.; COELHO NETO, E.T.; LEITE, M.M. da S. B.; (orgs). *História Cultura e Poder*. Feira de Santana- Ba. EDUFBA, 2010.

COLTO, E. S.; SILVA, M.A.N. da; SOUZA, G.M.B. (Org.). *Práticas e vivências religiosas: temas da história colonial à contemporaneidade luso-brasileira*. 1ed.salvador; Vitória da Conquista- BA. Edições UESB, 2016.

FITLER, B.; SALES SOUZA, E (Org.). *A Igreja no Brasil: normas e práticas durante a vigência das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, 1618-1620*. São Paulo: Editora Unifesp, 2011.

FRAGOSO, H. *A Igreja na Formação do Estado Liberal, 1840-1875*. In: BEOZZO, J. H. *História da Igreja no Brasil: A Igreja no século XIX*. Tomo II/2. Petrópolis: 1980.

HAUCK, J. F. *A Igreja na Emancipação, 1808-1840*. In BEOZZO, J. O. *História da Igreja no Brasil: A Igreja no Brasil no século XIX*. Tomo II/2. Petrópolis: 1980.

HOBBSAWM, Eric. Não basta a história da identidade. In: *Sobre história: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 281-292;

HOORNAERT, E. *Formação do Catolicismo Brasileiro: 1500-1800*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1975.

IVO, I. P. *O anjo da Morte Contra o Santo Lenho: Poder, Vingança e Cotidiano no Sertão da Bahia*. Vitória da Conquista. Edições UESB, 2004.

\_\_\_\_\_. *Homens de caminho: trânsitos culturais, comércio e cores nos sertões da América portuguesa. Século XVIII*. Vitória da Conquista- Bahia. Edições UESB, 2012.

IVO, I.P.; PAIVA, E.F.; AMANTINO, M; (Organizadores). *Religiões e Religiosidades, Escravidão e mestiçagens*. São Paulo, Intermeios; Vitória da Conquista: Edições UESB, 2016.

RUSEN, Jorn. *Narração Histórica: fundações, tipos, razão*. In: MALERBA, Jurandir (Org.). *História e narrativa: a ciência e a arte da escrita histórica*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016. p. 45-57.

JANCSÓ, I. & KANTOR, Í. (orgs.). *Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa*. São Paulo: Imprensa Oficial; Hucitec; Edusp; Fapesp, 2001. 2vs.

JESUS, L. F. “*Ventos Venenosos*”: *o catolicismo diante da inserção do protestantismo e do espiritismo na Bahia durante o arcebispado de Dom Manoel Joaquim da Silveira (1862-1874)*. Dissertação (Mestrado em História Social) Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2004.

LIMA, J.A. de. *O ensino de História local: possibilidades e desafios*. E-book SINAFRO. Campina Grande- Paraíba. Realize Editora, 2018. P. 780-795. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/39640> Acesso: em 16 de dezembro de 2021.

MARIA, Frei A. de S. *História das Imagens Milagrosas*. Lisboa, Portugal. Oficina de Antônio Pedrozo Galran, 1722.

MEDEIROS, R.H.A.; *Notícias da Velha Casa de Oração*. Disponível em: ruymedeirosblogspot.com.br Consultado em 15 de dezembro de 2015.

\_\_\_\_\_, *História Local e Memória: Limites e Validades- Campinas- SP*. Librum Editora, 2013.

MOITINHO, H.R.; PINA, M.C.D.; *História Local como Estratégia para Ressignificar o Ensino de História*. IN: Anais do X Encontro Estadual de História ANPUH Bahia. Vitória da Conquista: ANPUH-BA, 2020.

MOTY, L; *Cotidiano e vivencia religiosa, entre a Capela e o Calundu*. In. NOVAIS, F.A.; SOUSA, L.M.e; *História da Vida Privada no Brasil*. Cotidiano e Vida Privada na América Portuguesa. São Paulo- SP. Companhia das Letras, 1997.

NEVES, E. F. *História Regional e local – fragmentação e recomposição da História na crise da modernidade*. Feira de Santana, Ba: Arcádia, 2002.

\_\_\_\_\_. *Sertões da Bahia- formação social, desenvolvimento econômico, evolução política e diversidade cultural*. Salvador, Arcádia, 2007.

\_\_\_\_\_. *Crônica, memória e história- formação historiográfica dos sertões da Bahia*. Feira de Santana, Ba: UEFS, Editora, 2016.

OLIVEIRA, R. F. de. *Índios Paneleiros do Planalto da Conquista: do massacre e o (quase) extermínio aos dias atuais*. Salvador-Bahia. Sagga, 2020.

SCHMIDT, M. A. CAINELLI, M. *Ensinar História*. São Paulo- SP. Scipione, 2009.

SILVA, E. *Configurações históricas do Campo Religioso Brasileiro*. In.: DIAS, A.L.M.; COELHO NETO, E.T.; LEITE, M.M. da S. B.; (orgs). *História Cultura e Poder*. Feira de Santana- Ba. EDUFBA, 2010.

SILVA, E. da. *Cidadãos de Outra Pátria: Anglicanos e Batistas na Bahia*. (Tese de Doutorado em História) Universidade de São Paulo- USP, 1998.

SOUSA, M. A. S de. *A conquista do Sertão da Ressaca: povoamento e posse da terra no interior da Bahia*. Vitória da Conquista: UESB, 2001.

SOUZA, A. B.; *A alimentação no Planalto da Conquista, 1930-1950*. Vitória da Conquista: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

SOUZA, B. J. *Arreios, currais e porteiras - uma leitura da vida política em Vitória da Conquista na Primeira República*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999



- SOUZA, C. F. S. de. *Piedade e Reforma católica na Bahia: a atuação dos Frades Menores Capuchinhos (1889-1924)*. Dissertação (Mestrado História Social) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2005.
- SPIX, J. B. V., MARTIUS, C. F.V. *Viagem pelo Brasil*. Vol.2. 3ª Ed. São Paulo- SP. Melhoramentos- IHGB-MEC. 1976.
- TANAJURA, M. *História de Conquista – Crônica de uma cidade*. Vitória da Conquista; Brasil Artes Gráficas, 1992.
- TORRES, T. L. (1859-1896). *O Município da Conquista, Ba*. Vitória da Conquista- Ba. Memória Conquistense, Museu Regional da UESB, 1996.
- VIANA, A L. *Revista Histórica de Conquista*. Vitória da Conquista: Gráfica do Jornal de Conquista Vol. 1 e 2. 1982.
- WELING, A. *Formação do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro- RJ. Novas Fronteiras, 1999.
- WIED, NIWIED, *Príncipe M. de. Viagem ao Brasil*. Rio/São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1940.
- NOVAIS, I, A. F. *Produção e comércio na Imperial Vila da Vitória (1840-1888)*. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal da Bahia. Salvador, Ba, 2008.

## **ANEXOS**

## **Anexo I. Artigo do professor Mozart Tanajura Junior**

Acessado no dia 21 de novembro de 2022

### **Linkin de acesso:**

<https://www.blogdoanderson.com/2014/08/15/origem-da-festa-de-nossa-senhora-das-vitorias/>

### **Por José Mozart Tanajura Junior**

A devoção a Nossa Senhora da Vitória é bastante secular. Segundo os historiadores, remonta ao século XVI ou mesmo antes desse período, pois, em 1549, o então governador Tomé de Souza já havia encontrado em Salvador uma capela dedicada a N. Sra da Vitória, erguida pelos primeiros colonizadores. O que se sabe é que esta devoção se espalhou por boa parte do território brasileiro. Há igrejas históricas dedicadas a esta santa em São Luís-MA, em Vitória-ES, em Oeiras-PI, em Maceió-AL, em Ilhéus-BA e na cidade do Rio de Janeiro. Segundo consta na tradição oral e escrita, a devoção esteve, ao que parece, sempre ligada à vitória de um povo sobre o outro. Em terras baianas, observa-se um fato na história da cidade de Salvador, conforme transcrição extraída da obra do prof. Mozart Tanajura:

“A primeira Paróquia & Matriz, que teve a cidade da Bahia”, narra Frei Agostinho de Santa Maria, “foi a causa de Nossa Senhora da Vitória, título adquirido de uma grande vitória, que os portugueses alcançaram (sic) com o fervor de Nossa Senhora contra os índios.”

E, semelhantemente, como os fatos que se deram em Conquista, narra o frei:

“Estimulados estes (os índios) do mau trato de alguns dos nossos, unidos todos em um copiosíssimo exército, intentaram lançar de todo fora das suas terras aos nossos portugueses & como estes os vencerão (sic), & destruirão (sic) com favor de Nossa Senhora pela grande vitória, que ella deu contra todo aquele gentilismo, lhe impuserão (sic) o título de Vitória”[2].

A devoção a N. Sra. da Vitória, em Vitória da Conquista, apresenta uma historiografia um pouco complexa devido aos poucos registros históricos no âmbito eclesiástico e em virtude de algumas datações distintas. Por ora, apresentam-se os dados de alguns renomados historiadores desta cidade, para, em seguida, ressaltar os dados pesquisados nos arquivos paroquiais da matriz dedicada a esta santa.

A historiografia conquistense relata que, em 1752, a bandeira de João da Silva Guimarães adentrou no território, vencendo os índios Imborés e Mongoiós em combate sangrento travado pela conquista das terras. Em função dessa vitória obtida, João Gonçalves da Costa, genro do bandeirante supracitado, cumprindo os votos de uma promessa feita a Nossa Senhora, constrói uma capela cuja invocação a Nossa Senhora da Vitória faz referência a este fato. A construção desta igreja foi iniciada em 1803. De acordo com prof. Mozart Tanajura, “em 1806 se conclui que já estava coberta, pelo fato desta data ter sido impressa em algumas telhas recolhidas quando da sua demolição em 1932” [3]. Ainda segundo este historiador, somente em 1823, a igreja teria sido inaugurada sem os altares e decoração, pois estes vinham encomendados quase sempre da capital baiana. Com efeito, a construção desta igreja demorou mais de quarenta anos para se concluir totalmente. Destarte, o historiador Ruy Medeiros escreve sobre o fato, acrescentando:

João Gonçalves da Costa, ao que tudo indica, edificara uma igrejinha. Depois, resolvera (...) pedir autorização para edificar um Oratório público, mais definitivo, maior e oficializado (...). Em 8 de fevereiro de 1813, Dom José de Santa Escolástica, monge da Ordem de São Bento, Arcebispo Metropolitano de Salvador, mediante provisão, concede ao ‘coronel João Gonçalves da Costa e mais moradores do Sertão da Conquista, termo da Vila de Caetité, na Freguesia do Rio Pardo, licença para que possam erigir um Oratório público ou Casa de Oração, no Arraial da mesma Conquista em atenção a se acharem muitas léguas distantes da Matriz, e da capela mais vizinha”[4].

Em relação aos primeiros atos celebrativos na capela, Aníbal Lopes Viana [5] afirma que, em 1809, no dia 15 de agosto, foi celebrada a primeira missa na matriz de N.Sra. da Vitória, ainda sem ter a sua construção concluída evidentemente. Naquela ocasião, a missa fora presidida por um presbítero da Vila de Rio Pardo, estado de Minas Gerais, pois esta era a sede da freguesia. No dizer de Aníbal, havia um cruzeiro em frente à igreja com data de 1809 em algarismo de chumbo em razão da comemoração da primeira missa celebrada na capela matriz.

O historiador Mozart Tanajura também menciona o ano de 1809 como provável data para a celebração da Primeira Missa na antiga capela dedicada à Mãe do Salvador:

“A primeira missa em louvor à padroeira foi celebrada no dia 15 de agosto de 1809, por um padre vindo da atual cidade do Rio Pardo, Minas Gerais. Na mesma data, foi entronada no altar principal a imagem de Nossa Senhora da Vitória e levantado um cruzeiro de madeira em frente à capela, no qual foram expostas a data e as insígnias de Jesus Cristo [6]”.

Bruno Bacelar de Oliveira, por sua vez, sugere da mesma forma o ano de 1809 como marco histórico da religiosidade desta terra:

Ao demolir a velha igreja, construída por João Gonçalves da Costa, o fundador da cidade, foi demolido também um grande cruzeiro que havia em sua frente e no qual estava colocada uma chapa de cobre, tendo gravada a data de 1809 e que fora colocada por João Gonçalves da Costa, em procissão festiva, no dia da missa inaugural da igreja por ele construída (15 de agosto de 1809). Essa placa em cobre era sempre recolocada em novos cruzeiros, pelos padres da freguesia, quando o cruzeiro envelhecia. Conhecida por toda a população conquistense, arrancada do cruzeiro para ser guardada, a chapa metálica comemorativa de tão importante acontecimento, desapareceu para nunca mais ser vista, desaparecendo de igual modo algumas telhas com inscrições também comemorativas encontradas no telhado da velha igreja demolida” [7].

Como se nota, aparentemente, o marco inicial celebrativo se firma mesmo no ano de 1809. Entretanto, alguns registros em escritos diversos apresentam os anos de 1807, 1808 e 1811 como datas possíveis de serem atribuídas a realização da Primeira Missa na primitiva capela. Tais hipóteses devem estar baseadas em dados da tradição oral ou em outros registros que, infelizmente, se perderam ao longo do tempo. O certo é que grande parte dos estudiosos da área prefere a datação de 1809.

Concretamente, pode-se ressaltar que, no tocante aos registros históricos eclesiásticos, tem-se a escrituração do Primeiro Livro de Tombo (1907) da Paróquia Nossa Senhora da Vitória. De acordo com este livro, foram anotados dados a partir de 1905, escritos inicialmente pelo Cônego Manuel Olympio Pereira.

O Revmo Padre transcreve algumas notas referentes a datas precedentes à abertura do livro, pois não havia encontrado um livro de tomo anterior à sua chegada e como aguardava a visita pastoral do Exmo Revmo Arcebispo Primaz D. Jeronymo Thomé da Silva à freguesia de N. Sra. da Vitória, era necessário fazer determinados registros históricos [8]. Ainda de acordo com suas primeiras anotações, Pe Olympio se deparou com uma igreja mal conservada em sua estrutura física, apesar de suas paredes bem edificadas. Além disso, o referido presbítero encontrou apenas dois livros de assentamentos muito estragados e com muitas notas dispersas de batizados e de casamentos [9].

Dessa forma, torna-se difícil afirmar com exatidão o ano inicial da festa de N. Sra. da Vitória, fundamentado em registros eclesiásticos oficiais. O que se tem escrito no livro de tomo [10], transcreve-se:

Havia nesta freguesia o costume de se fazer somente a festa do Divino Espírito Santo, a qual era celebrada com grande pompa, como dizem, com banquetes por oito dias, etc mas esta mesma já tinha sido (superada?) de alguns anos para cá. Este anno começamos a festejar o mez de maio, o que se fez com grande influencia e entusiasmo da parte das moças a quem encarreguei desta devoção. Conhecendo eu, então, o desejo de muitas pessoas para a celebração das festas religiosas, convidei o povo para fazermos a festa de Nossa Senhora da Victoria, a qual (...?) a todas as outras deveríamos solemnizar por ser a

Mesma Senhora a Padroeira desta nossa freguezia. Designei portanto o dia 8 de Dezembro para a realização daquela solemnidade, nomeando festeiro do corrente anno o Ilmo Sr.Dr.João Diogo de Sá Barreto que delicadamente acceitou esta incumbencia e a satisfez com gosto. Conquista, 20 de dezembro de 1905. Vigario Manuel Olympio Pereira.

No ano seguinte, a data da procissão foi adiada devido a fatores climáticos: “Realizou a sua solenidade no dia 8 de dezembro, transferindo-se a procissão para o dia 10 do mesmo por causa das chuvas” [11].

No ano de 1908, a festa de N.Sra. da Vitória foi realizada numa outra data por sugestão e pedido do Exmo Revmo Sr. Arcebispo:

Por conselho e mesmo determinação do Exmo Sr. Arcebispo foi transferida desde a visita pastoral a festa de Nossa Senhora da Victoria do dia 8 de Dezembro para o dia 15 de Agosto por ser esta data mais própria para a dita festa e também por ser mais conveniente este tempo para a mesma, visto como em Dezembro a estação chuvosa muito prejudicava o (concurso?) do povo. Por esse motivo effectuou-se ja no corrente anno a 15 de agosto a festa de Nossa Senhora da Victoria” (...). Conquista, 15 de dezembro de 1908. Vigario Manuel Olympio Pereira [12].

Com relação à denominação do título dado a N. Sra da Vitória, este foi utilizado, nos primeiros anos, no singular conforme os registros já citados. Só a partir de 1937, encontra-se o título no plural referindo-se à santa como rainha das Vitórias por Pe Nestor Passos da Silva [13].

Em 1938, tem-se a denominação no plural incluída no nome da Paróquia: “(...) a segunda visita pastoral, geral da Arquidiocese, partindo da capital aos quatro de novembro S. Excia. deve chegar a esta cidade de Conquista aos seis do mesmo mês, visitando além da Sede desta Paróquia de N. S. das Vitórias as capelas filiais de Angico e José Gonçalves” [14]. Há referência também à padroeira como N. Sra das Vitórias: “(...) ficando o altar mor destinado à Padroeira Nossa Senhora das Victorias” [15] Em 1942, o frei Egídio de Elcito, Ordem dos Frades Menores- Capuchinhos, retoma o nome original, referindo-se a Festa de N. Sra da Vitória[16]. No entanto, em 1948, volta a ser chamada de N.S das Vitórias segundo a promulgação de um manifesto registrado no livro segundo de tomo:

Titular da Igreja matriz e Padroeira da cidade – 15 de agosto de 1948 com propaganda extraordinária e com brilho não comum, foi feita a festa a N.S. das Victorias. Foi promulgado um manifesto que relato fielmente. Manifesto: Povo de Conquista, a cidade prospera (sic) e grande, vem sendo protegida e abençoada por Maria SS. Muito bem escolhida pelos nossos antepassados como padroeira do lugar. É dever de todos celebrar louvores a tão carinhosa

Mãe, porque Conquista, por seus filhos, vive feliz com suas vitórias [17] no mar tempestuoso da vida [18]. Frei Isidoro de Loreto, OFM Cap. Vigário.

No que diz respeito à festa do Divino Espírito Santo, pode-se relatar que esta continuou a ser realizada, mesmo sem possuir a pompa de antes e após uma breve interrupção no ano de 1920, em virtude do avanço da peste variólica que flagelou muitos conquistenses [19], pois, em 1956, têm-se dados[20] da realização solene desta festa. Evidentemente, depois de determinado tempo a festa em honra ao Divino Espírito Santo, em Vitória da Conquista, perdeu o seu entusiasmo devido a grande ênfase que se deu à solenidade da padroeira Nossa Senhora das Vitórias, assim denominada atualmente.

Isso posto, deve-se concluir que, a partir de 1905, com o Padre Manuel Olympio, foi retomada a celebração festiva de Nossa Senhora da Vitória como padroeira da Matriz, seguida de uma procissão bem participada pelo povo de Vitória da Conquista com fé e entusiasmo cristão. No que diz respeito à data exata dos primeiros festejos em louvor a Nossa Senhora da Vitória, torna-se difícil afirmar algo sobre o início desta solenidade, tendo como base apenas os dados encontrados no livro de tombo da atual Paróquia Nossa Senhora das Vitórias. Assim, a celebração solene de N. Sra. da Vitória atingiu o seu centenário de retomada dos festejos no ano de 2005. E no ano de 2008, comemorou-se o centenário de realização da solenidade no dia 15 de agosto, visto que, até 1907, o dia solene era realizado em 08 de dezembro.

#### **NOTAS:**

[1] José Mozart Tanajura Júnior é presidente da Academia Conquistense de Letras, mestrando em Letras pela UESB e autor do livro *O Outro sob a Ótica do Amor*.

[2] In: TANAJURA, J.M. *História de Conquista: Crônica de uma Cidade*. Vitória da Conquista, 1992.p. 45

[3] TANAJURA, J.M. *História de Conquista: Crônica de uma Cidade*. Vitória da Conquista, 1992.p. 58

[4] MEDEIROS, Ruy. *Notícia da Velha Casa de Oração*. In: *Jornal Hoje*, edição comemorativa dos 161 anos de instalação do Município da Imperial Vila da Vitória.

[5] VIANA, A.L. *Revista Histórica de Conquista*. Vol 1. Vitória da Conquista, 1982. p. 33.

[6] TANAJURA, J.M. *História de Conquista: Crônica de uma Cidade*. Vitória da Conquista, 1992. p.155.

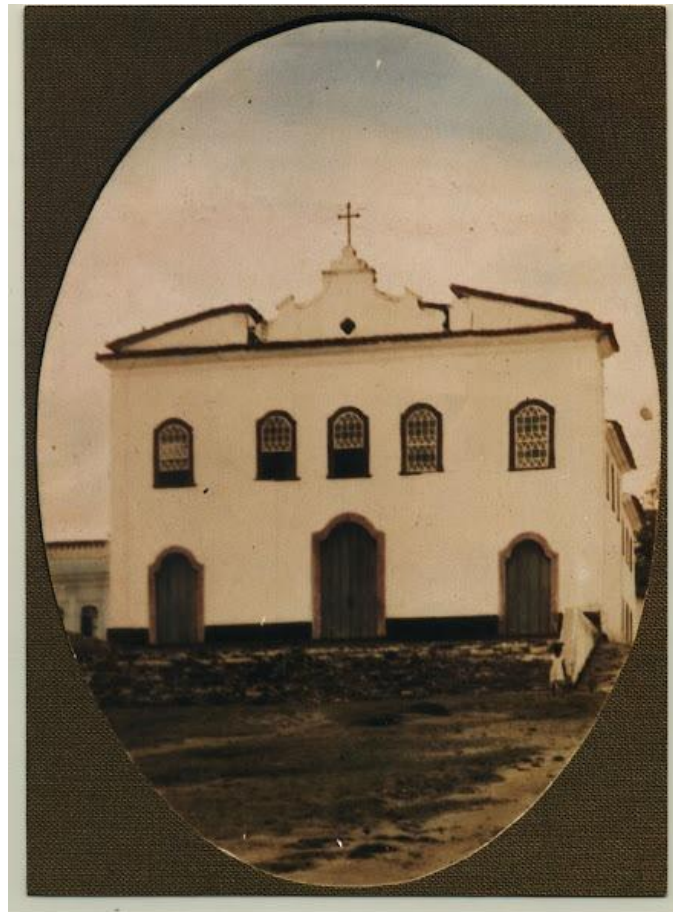
- [7] OLIVEIRA, B. B. *Objetos Históricos*. In: O Sertanejo. Vitória da Conquista, 04/09/1976.
- [8] LIVRO DE TOMBO. Vol 1. Declaração. Paróquia Nossa Senhora da Vitória, 20/11/1907, p. 3, frente
- [9] Idem. Vol 1. Estado da Matriz e da Freguezia em geral. Paróquia Nossa Senhora da Vitória, 03/02/1905. p.3 verso.
- [10]Idem. Vol 1. Paróquia Nossa Senhora da Vitória, 20/12/ 1905. p.6 frente e verso.
- [11]Idem. Vol 1. Paróquia Nossa Senhora da Vitória, 18/12/1906, p.8, verso.
- [12]Idem. Vol 1. Paróquia Nossa Senhora da Vitória, 15/12/1908, p.17 frente
- [13]Idem. Vol 2. Paróquia Nossa Senhora da Vitória,26/12/1937, p.12 verso.
- [14]Idem. Vol 2. Paróquia Nossa Senhora da Vitória, 02/09/1938, p. 19, frente.
- [15]Idem. Vol 2. Paróquia Nossa Senhora da Vitória, 15/11/1938, p.21, frente.
- [16]Idem. Vol 2. Paróquia Nossa Senhora da Vitória, 16/08/1942, p.26, verso
- [17] Grifo nosso
- [18] LIVRO DE TOMBO. Vol 2. Paróquia Nossa Senhora da Vitória, 15/08/1948, p.36, verso.
- [19]Idem. Vol 1. Paróquia Nossa Senhora da Vitória, 1º/01/1920, p. 72, verso.
- [20]Idem. Vol 2. Paróquia Nossa Senhora da Vitória, 20/05/1956, p. 70, frente.



**Anexo II-** imagens antigas da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Vitória, antes e depois da demolição (local)

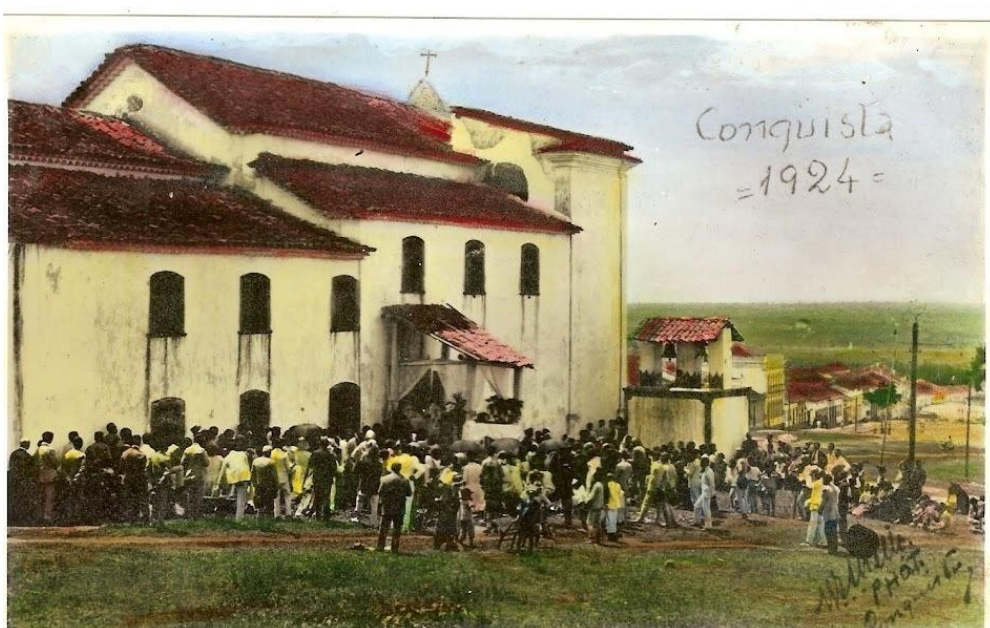
Como sugestão da produção de exposição do projeto e para o entendimento da transformação sofrida pela Igreja matriz e o espaço que ela foi localizada trouxemos as fotografias abaixo. A fotografia é uma importante fonte histórica, um documento para pesquisa e instrumento para o ensino didático. As imagens e textos a seguir, trazem algumas questões que poderão ser abordadas em sala de aula pelo professor.

Antiga Igreja matriz de Nossa Senhora da Vitória, construída no início do século XIX, e demolida em princípios do século XX, durante quase 120 anos, foi uma das mais importantes construções locais. As fotografias revelam os traços e estilo desse antigo monumento, diretamente ligado ao processo de colonização da região e a memória local. As fotografias abaixo pertencem ao Museu Regional da UESB, Casa Henriqueta Prates.



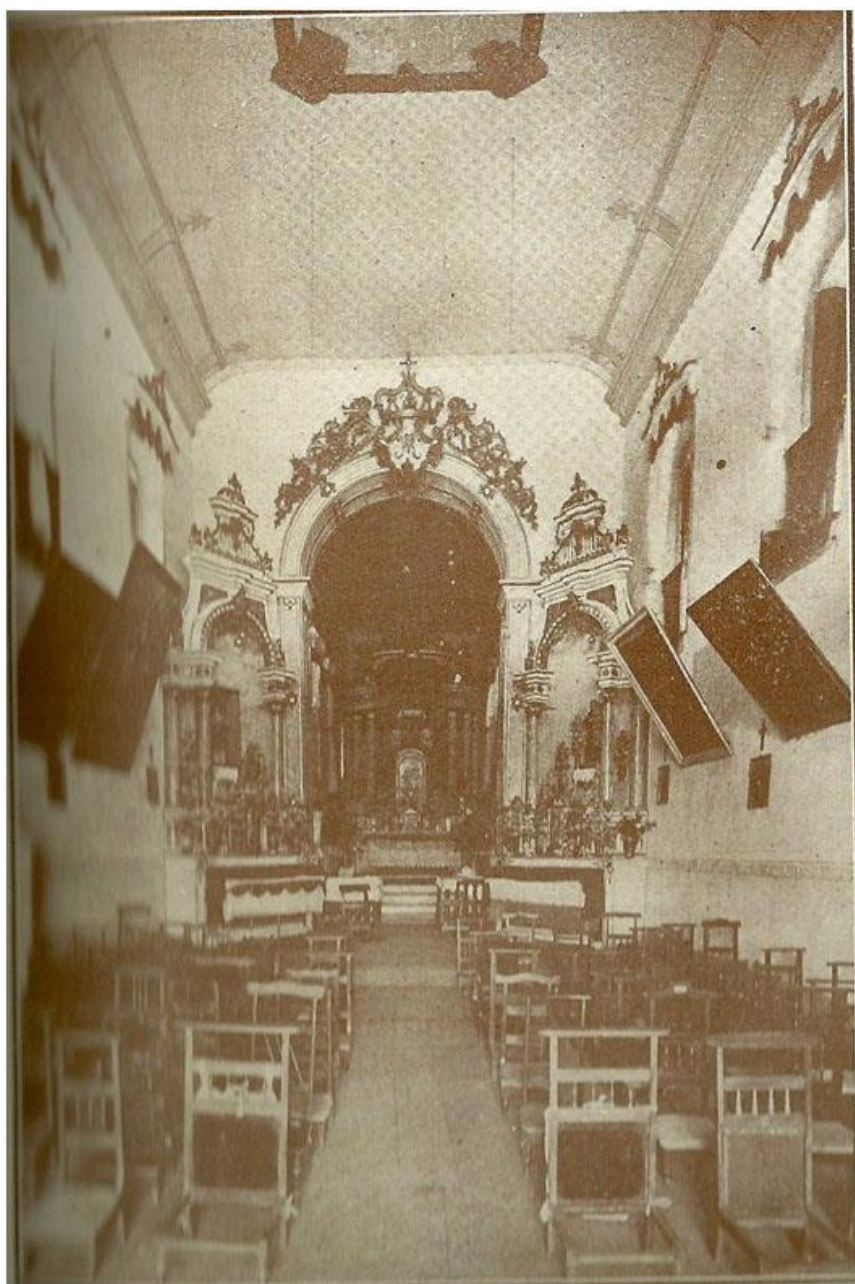
Fotografia de 1924, pertencente ao Museu Regional da UESB. Ao que tudo indica, por conta da estrutura montada que se trata de uma missa campal, realizada na lateral da Antiga Matriz, é possível reparar o tamanho da Igreja, e que não possuía torre sineira, mas um campanário, essa mesma observação poderemos perceber se compararmos outras igrejas do mesmo período construídas na região, como a Capela do distrito de São Felipe, pertencente a cidade de Tremedal.

Abaixo é possível perceber a continuidade da rua grande e o tipo de arquitetura presente na época, ao horizonte a região que hoje é malha hurbana estava coberta de vegetação



- 1- Que tipo de evento estaria acontecendo nesse local? Por qual motivo ele não foi realizado dentro da Igreja Matriz?
- 2- Observando a primeira imagem é possível identificarmos a ausência de torre para os sinos, na segunda fotografia já é possível identificarmos que anexo a Igreja está um campanário. Por qual motivo a Igreja do lugar não tinha torre? A quantidade de torres de uma Igreja nesse período tem muito a revelar, com o auxílio do seu professor faça uma pesquisa junto aos seus colegas e debata isso na sala.
- 3- Faça uma pequena narrativa, onde você seria um jornalista da época encarregado de cobrir esse evento e contar um pouco sobre esse local.

A duas imagens que se seguem retratam uma parte da Igreja em seu interior. A primeira imagem<sup>69</sup>, ao lado do texto, trás o arco do Cruzeiro que abriga o altar principal em seu interior, e os dois altares laterais, nessa imagem podemos aobservar a presença de bancos de ajoelhar-se. Através da decoração é possível observar quais características são presentes na arte sacra da antiga matriz.



---

<sup>69</sup> Acesso: 03 de dezembro de 2022. link: <https://fotosdevitoriaadaconquista.wordpress.com/category/anos-20-1925/>



1- Pesquise na internet o período em que se desenvolveram as seguintes técnicas de arte-sacra das alternativas abaixo e quais eram as suas principais características:

- a) Rococó
- b) Barroco
- c) Neoclássico
- d) Maneirista

2- Através dos conhecimentos obtidos na pesquisa referente a cada época e estilo da arte sacra desenvolvida na Colônia e sobre o que foi ensinado a respeito do período da construção da Igreja Matriz, é possível classificar quais escolas de arte influenciaram sua arquitetura externa e interna? Justifique sua resposta.<sup>70</sup>

3- As igrejas em nosso país geralmente ocupam local de destaque nos centros da cidade. As imagens abaixo mostram um pouco sobre a Rua grande, mas são do início do século XX, em uma aparece a antiga matriz ao fundo, e na outra a mesma rua grande mas já com a nova matriz em construção.

a) O que levou a comunidade a não preservar a antiga matriz segundo o que foi estudado em nossas aulas?

b) Em muitas cidades as igrejas do período colonial permanecem preservadas. A conservação desse patrimônio requer investimentos. O que fez com que em muitos locais casarios e igrejas antigas fossem preservados e em outros não?

c) Por qual motivo não é perceptível encontrarmos na Colônia e mesmo no Império templos religiosos evangélicos ou de candomblé nos centros da cidade?

d) Como se encontra a visibilidade dos templos religiosos hoje em dia na nossa cidade, será que igrejas evangélicas, tradicionais e pentecostais ocupam os mesmos espaços urbanos? E o que falar dos templos de religiões de Matriz africanas ou de origem oriental em nosso espaço urbano. Após a aula de campo, observe e anote quais igrejas ocupam o espaço onde anteriormente era localizado a Rua grande.

---

<sup>70</sup> Acesso: 03 de dezembro de 2022. link:  
<https://fotosdevitoriaadaconquista.wordpress.com/category/anos-20-1925/>



As duas imagens abaixo são da construção do prédio da nova matriz que desde os anos 60 se tornou catedral de Nossa Senhora das Vitórias. Em quanto a velha igreja foi construída com terra, madeira, pedra e cal, em técnicas que iam da taipa de pilão ao adobe de tição, a nova matriz utilizou o tijolo cozido e o cimento armado. Quais as principais mudanças podem ser observadas na nova matriz? Quais valores estavam por trás da nova construção?

